

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO: MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO**

Neima Quele Almeida da Silva

**ANÁLISE INSTITUCIONAL DO CONCEITO DE RESERVAS EXTRATIVISTAS:
perspectiva dos atores sociais em Rondônia.**

**PORTO VELHO-RO
2012**

NEIMA QUELE ALMEIDA DA SILVA

**ANÁLISE INSTITUCIONAL DO CONCEITO DE RESERVAS EXTRATIVISTAS:
perspectiva dos atores sociais em Rondônia.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação: Mestrado em Administração (PPGMAD) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração. Linha de Pesquisa: Gestão de Agronegócio e Sustentabilidade.

Orientador: **Prof. Carlos André da Silva Müller, Dr.**

PORTO VELHO-RO
2012

FICHA CATALOGRÁFICA
BIBLIOTECA PROF. ROBERTO DUARTE PIRES

S5861a

Silva, Neima Quele Almeida da

Análise institucional do conceito de reservas extrativistas: perspectiva dos atores sociais em Rondônia / Neima Quele Almeida da Silva. Porto Velho, Rondônia, 2012.

103f. :il.

Dissertação (Mestrado em Administração) Fundação Universidade Federal de Rondônia / UNIR.

Orientador: Prof. Dr. Carlos André da Silva Müller

1. Reservas extrativistas 2. Institucionalismo 3. Amazônia 4. Institucionalização 5. Sociologia econômica I. Müller, Carlos André da Silva II. Título.

CDU: 658: 502.131.1 (811.1)

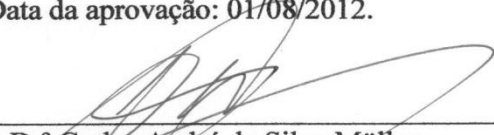
Bibliotecária Responsável: Ozelina Saldanha CRB11/947

NEIMA QUELE ALMEIDA DA SILVA

**ANÁLISE INSTITUCIONAL DO CONCEITO DE RESERVAS EXTRATIVISTAS:
perspectiva dos atores sociais em Rondônia.**

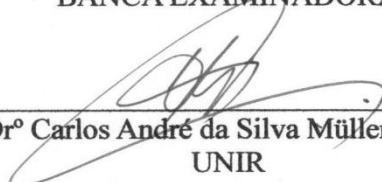
Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação: Mestrado em Administração (PPGMAD) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração. Área de Agronegócio e Sustentabilidade.

Data da aprovação: 01/08/2012.

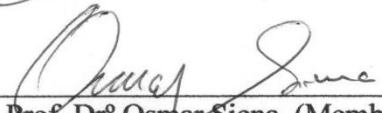


Prof. Drº Carlos André da Silva Müller
Coordenador em exercício
PPGMAD/UNIR

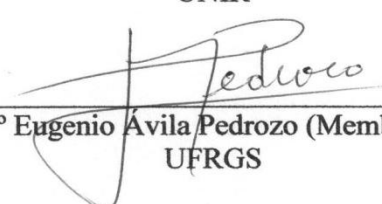
BANCA EXAMINADORA



Prof. Drº Carlos André da Silva Müller (orientador)
UNIR



Prof. Drº Osmar Siena. (Membro)
UNIR



Prof. Drº Eugenio Ávila Pedrozo (Membro externo)
UFRGS

PORTO VELHO
2012

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, que me propiciou, em sua misericórdia, o necessário para as conquistas alcançadas durante esse período de dedicação ao mestrado.

Ao meu orientador, Dr. Carlos André da Silva Müller, por sua dedicação, orientação e lucidez enquanto buscava refinar e lapidar o meu intelecto para esta jornada.

Ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração e todo seu corpo docente, em especial aos professores Dr. Osmar Siena e Dr. Haroldo Teixeira Leite, por suas críticas construtivas durante as várias etapas do programa.

Ao projeto “Busca da Sustentabilidade para os Produtos Não-Madeiráveis (PFNM) para o Estado de Rondônia”, bem como toda sua equipe, que me propiciou base teórica e material de pesquisa complementares ao estudo realizado para esta dissertação.

À minha família e amigos, por vezes negligenciados, que mantiveram sua compreensão, apoio e carinho.

A todos os meus amigos de turma, com os quais momentos de alegria e dificuldades foram divididos.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES que ao fornecer uma bolsa de estudo, possibilitou com que houvesse dedicação exclusivamente à elaboração deste trabalho.

Às organizações que prontamente abriram suas portas por meio de seus representantes para realização da pesquisa de campo.

Muito obrigada a todos!

**“Nenhum problema pode ser resolvido a partir da
mesma consciência que o criou. Precisamos
aprender a ver o mundo renovado.”**
Albert Einstein, apud Sterling, 2001.

SILVA, Neima Q. A. **Análise institucional do conceito de reservas extrativistas:** perspectiva dos atores sociais em Rondônia. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração – PPGMAD, Porto Velho: UNIR, 2012, 103p.

RESUMO

Ao considerar as Reservas Extrativistas (RESEX) como uma política pública de conservação da biodiversidade a partir da institucionalização de uma forma inovadora de gestão conciliando a presença humana e a preservação da natureza, objetivou-se identificar o grau de institucionalização do seu conceito apreciando o ponto de vista dos próprios atores envolvidos com RESEX. Assim, foram considerados os atores de organizações responsáveis pela gestão e fiscalização, atores de associações relacionadas com RESEX, bem como extrativistas. Como referencial teórico, foi utilizada a abordagem institucional da sociologia organizacional de Meyer e Rowan, Dimaggio e Powell e Scott, complementada pela sociologia econômica representada por Neil Fligstein. Metodologicamente, utilizou-se a triangulação de dados e métodos, com uso das ferramentas Análise de Conteúdo para análise de documentos, legislação, visão de *expert*, bem como, das entrevistas realizadas. Utilizou-se também o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) como forma de compreender como o discurso dos atores no que se refere a definição de extrativismo, desenvolvimento e sustentabilidade, aplicados a dados secundários. Os resultados apontam, de forma geral, a existência de grau diferenciado de institucionalização, porém, com diversas fragilidades em sua implementação, apresentando características específicas em suas fases (habitualização, objetificação e sedimentação). O processo de formulação da proposta de RESEX, resultado de lutas sociais e modificação no paradigma ambiental realizou a habitualização do conceito, como uma forma inovadora de gestão de florestas. Os processos de monitoramento e teorização apresentam que o conceito foi objetificado, o que significa que inovações são implementadas para resolver problemas. Sua sedimentação, no entanto, apresentou maior fragilidade, uma vez que se constatou maior diferenciação de sua institucionalização junto às organizações gestoras, no entanto, o mesmo não ocorreu com os atores extrativistas. Desta forma, as Reservas Extrativistas representam um conceito inovador institucionalizado em resposta a ação dos grupos interessados, principalmente extrativistas e ambientalistas. No entanto, são necessárias ações que garantam sua implementação como política pública, cumprindo seu papel de proteção e conservação do meio ambiente.

Palavras-Chave: Reservas Extrativistas. Institucionalismo. Amazônia. Grau de institucionalização. Sociologia econômica.

SILVA, Neima Q. A. **Análise institucional do conceito de reservas extrativistas: perspectiva dos atores sociais em Rondônia.** Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração – PPGMAD, Porto Velho: UNIR, 2012, 103p.

ABSTRACT

In considering the Extractive Reserves (RESEX) as public policy of biodiversity conservation from the institutionalization of an innovative way of reconciling the human presence management and nature conservation, aimed to identify the degree of institutionalization of its concept appreciating the point of view of the actors involved with RESEX. Thus, the actors were considered for organizations responsible for the management and supervision, players associations related RESEX and extractive. The theoretical approach was used to approach the institutional organizational sociology Meyer and Rowan, DiMaggio and Powell and Scott, complemented by economic sociology represented by Neil Fligstein. Methodologically, we used the triangulation of data and methods, with the use of content analysis tools for document analysis, legislation, vision expert, as well as the interviews. We also used the Collective Subject Discourse (CSD) as a way of understanding how the discourse of the actors as regards the definition of extraction, development and sustainability, applied to secondary data. The results show, in general, the existence of differentiated degree of institutionalization, however, with several weaknesses in its implementation, with specific features in their phases (habitualization, objectification and sedimentation). The process of formulation of the proposed RESEX, the result of social struggles and changes in environmental paradigm held habitualization the concept as an innovative way of managing forests. Monitoring processes and theorizing that have been objectified concept, which means that innovations are implemented to solve problems. Its sedimentation, however, showed greater weakness, since it found its institutionalization greater differentiation among the organizations management, however, this did not occur with the actors extraction. Thus, the extractive reserves represent an innovative concept institutionalized in response to stakeholder action, mainly extractive and environmentalists. However, action is needed to ensure its implementation as public policy, fulfilling its role of protecting and conserving the environment.

Key-words: Extractive Reserves. Institutionalism. Amazonia. Degree of institutionalization. Economic sociology.

LISTA DE ABREVIATURAS

BPA	Batalhão de Polícia Ambiental
CDB	Convenção sobre diversidade biológica
CNS	Conselho nacional dos seringueiros
CNUC	Cadastro nacional de unidades de conservação
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	Confederação nacional dos trabalhadores em agricultura
DSC	Discurso do sujeito coletivo
EMATER	Associação e assistência técnica e extensão rural do Estado de Rondônia
ICMbio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
NSE	Nova sociologia econômica
ONG	Organização não governamental
OSR	Organização dos seringueiros de Rondônia
PFNM	Produto florestal não-madeirável
PLANAFLORO	Plano agropecuário e florestal de Rondônia
POLONOROESTE	Projeto de desenvolvimento integrado do noroeste do Brasil
RESEX	Reservas extrativistas
SE	Sociologia econômica
SEDAM	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
SNUC	Sistema nacional de unidades de conservação
STR	Sindicato dos trabalhadores rurais
SUDAM	Superintendência da Amazônia
SUDECO	Superintendência de desenvolvimento do centro-oeste
SVPEA	Superintendência de valorização econômica da Amazônia
UC	Unidade de conservação
ZSEE	Zoneamento socioeconômico

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Sobrevivência organizacional	19
Figura 2 - Instituições: um modelo em camadas	21
Figura 3 - Processos inerentes à institucionalização	30
Figura 4 – Processos de institucionalização	49
Figura 5 - Etapas do DSC	57
Figura 6 - Condições que geraram a formulação da proposta de RESEX.....	59
Figura 7 - RESEX e Meio Ambiente	63
Figura 8 - Visões sobre a viabilidade do extrativismo e das RESEX.....	65
Figura 9 – Citações referentes normas e regulações.....	67
Figura 10 - Discurso do Sujeito Coletivo EXTRATIVISTA e categorias com maior grau de incidência no que se refere a definição de EXTRATIVISMO.	81
Figura 11 - Discurso do Sujeito Coletivo ORGANIZAÇÕES e categorias com maior grau de incidência no que se refere a definição EXTRATIVISMO.	82
Figura 12 - Discurso do Sujeito Coletivo EXTRATIVISTA e categorias com maior grau de incidência no que se refere a definição DESENVOLVIMENTO.....	83
Figura 13 - Discurso do Sujeito Coletivo ORGANIZAÇÕES e categorias com maior grau de incidência no que se refere a definição DESENVOLVIMENTO.....	84
Figura 14 - Discurso do Sujeito Coletivo EXTRATIVISTA e categorias com maior grau de incidência no que se refere a definição SUSTENTABILIDADE.....	86
Figura 15 - Discurso do Sujeito Coletivo ORGANIZAÇÕES e categorias com maior grau de incidência no que se refere a definição SUSTENTABILIDADE.....	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - As seis perspectivas de campos organizacionais	23
Quadro 2 - Reservas extrativistas do Estado de Rondônia.....	44
Quadro 3 - População dos atores sociais que compõem o Campo Organizacional das Reservas Extrativistas	47
Quadro 4 - Etapas de pesquisa.....	50
Quadro 5 – Principais documentos publicados pelo Projeto “Busca pela Sustentabilidade dos Produtos florestais Não-Madeiráveis de Rondônia”	52
Quadro 6 – Autores mais citados nas publicações do “Projeto Busca pela Sustentabilidade dos Produtos florestais Não-Madeiráveis de Rondônia”	53
Quadro 7 – Síntese das entrevistas semi-estruturadas	54
Quadro 8 – Códigos das entrevistas semi-estruturadas.	55
Quadro 9 - Normas e Regulações importantes no processo de institucionalização das RESEX	68
Quadro 10 – Categorização das entrevistas semi-estruturadas com base no conceito de RESEX	73

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Contextualização	12
1.2	Problema de pesquisa	14
1.3	Objetivos	15
1.3.1	Objetivo Geral	15
1.3.2	Objetivos Específicos	15
1.4	Justificativa	15
1.5	Organização do trabalho	16
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	18
2.1	Institucionalismo Organizacional	18
2.1.1	O processo de mudança institucional	25
2.1.2	O papel do ator-chave e dos grupos sociais na análise institucional	31
3	RESERVAS EXTRATIVISTAS	36
3.1	Contexto histórico e formulação do conceito de RESEX	36
3.1.1	Forma de Gestão das RESEX	41
3.1.2	RESEX em Rondônia	43
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	46
4.1	Tipologia da pesquisa	46
4.2	Identificação da população e definição da amostra	47
4.3	Operacionalização do modelo de medição do grau de institucionalização	48
4.4	Tratamento dos dados e análise dos resultados	50
4.4.1	Análise dos documentos, legislação e posicionamento dos <i>experts</i>	50
4.4.2	Análise das entrevistas semi-estruturadas	54
4.4.3	Análise dos dados secundários	55
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES	58
5.1	Análise dos documentos e posicionamento dos <i>experts</i>	58
5.1.1	Condições que geraram a formulação da proposta de RESEX	58

5.1.2	RESEX, Meio ambiente e sustentabilidade.....	62
5.1.3	As normas e regulações do processo de institucionalização das RESEX	66
5.2	Organizações-chave: ICMBio, SEDAM e Associações de Extrativistas	72
5.3	Discurso do sujeito coletivo (DSC)	80
6	CONCLUSÃO	88
	REFERÊNCIAS	91
	APÊNDICE A – Categorias da análise dos documentos e <i>experts</i>	98
	APÊNDICE B – Lista de documentos utilizados na análise de conteúdo	100
	APÊNDICE C – Roteiro da Entrevista Semi-Estruturada	102

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

Políticas brasileiras recentes de conservação do meio ambiente têm demonstrado a crescente preocupação do Estado com os recursos naturais, frutos de debates internacionais acerca do tema, como a Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente (1972), Comissão Brundtland (1987), bem como a ECO-92 e a Rio+20, em 2012.

Dentre os desafios dessas políticas, destaca-se o de implementar uma forma de gestão diferenciada do espaço ambiental amazônico. Neste âmbito foi criado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), cujo objetivo é fornecer critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação, dentre as quais, as Reservas Extrativistas (RESEX), cuja concepção envolveu uma série de mobilizações sociais centradas na luta em defesa da floresta (fonte de sustento das populações extrativistas), fortificada por pressões internacionais em prol da conservação dos recursos naturais (ALLEGRETTI, 1997, 2002, 2008; CAVALCANTI, 2002).

Implantada pelo governo brasileiro através da Lei 9.985, em 18 de julho de 2000, as RESEX estão definidas no Artigo 18 como

[...] uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

As RESEX foram especialmente criadas através de uma combinação de propósitos: a necessidade de uma política de territorialização que resolvesse o problema de alocação da população existente no seio da floresta, remanescente de ciclos econômicos (principalmente da borracha); uma vez alocadas, prover as condições de sobrevivência para as famílias, o que poderia ser feito a partir da exploração natural e; a mudança de paradigma criada pela ação dos movimentos globais em prol da conservação ambiental, intensificados a partir da década de 1970, cujo impacto em território brasileiro, foi percebido principalmente através das políticas de financiamentos por organismos internacionais.

O fato de a criação de RESEX possuir ainda uma história recente leva a controvérsias no que concerne a sua importância, bem como, de suas funções social e ambiental. A forma

única como foram instituídas na Amazônia une exploração econômica com a manutenção de populações tradicionais nestas florestas, colocando em polos opostos pensadores como Homma (2000) e Allegratti (2002, 2008) os quais defendem o fracasso e o êxito desse modelo de gestão, respectivamente.

De certo, é bastante comum encontrar casos na qual a criação das RESEX não atendeu os objetivos de gestão do território amazônico, nem tampouco atenção às demandas sociais e ambientais na Amazônia, preconizados pelos respectivos movimentos. Em Rondônia, diversos estudos têm indicado que a criação das RESEX não têm resolvido problemas como extrações de madeira artificialmente legitimados por parte do poder público ou extrações ilegais, causadas por invasões; ausência do Estado no interior das RESEX; deficiência no gerenciamento da produção, organização, beneficiamento e transporte dos produtos; extrativistas em condições inferiores ao de subsistência (FACHINELLO e SIENA, 2009; VALIANTE, 2008; MOREIRA, 2010). Tais situações sugerem ineficiência de gestão do Sistema de Unidades de Conservação no que se refere a conservação do meio ambiente e manutenção dessas populações.

Entretanto, estes estudos não indicam resultados homogêneos, muito pelo contrário. Percebe-se que, de acordo com as características locais e de atuação dos grupos sociais ou das organizações os resultados têm sido bastante diferenciados. Por exemplo, RESEX estaduais tem buscado a legalização do manejo florestal dentro das áreas protegidas o que garante renda para seus moradores, com elevado grau de prejuízos ambientais; por outro lado, os de jurisdição federal não aprovam manejo florestal, mas a renda percebida pelos moradores é significativamente inferior às áreas com manejo aprovado.

Estas e outras evidências indicam a importância das organizações dos grupos sociais como atores relevantes da atual situação dentro destas áreas protegidas, bem como indicam que o posicionamento desses atores sociais determina os resultados heterogêneos entre as RESEX, principalmente no que se refere a sua função seja ambiental, social ou econômica.

Entende-se disto que a questão central desta pesquisa gravita em torno de como os atores sociais incorporaram a concepção de Reservas Extrativistas, e a teoria básica para essa compreensão gira em torno de teorias institucionais, em especial aquelas que tratam de processo de institucionalização. Nessa assertiva, a noção de estruturação e estabilização do campo organizacional discutido por Dimaggio e Powell (1983), bem como a interpretação de lutas de poder dentro do campo abordado por Fligstein (2007) parecem ter aderência com o

trabalho. Ambos podem ser associados ao processo de institucionalização propostos por Tolbert e Zucker (2010), cuja metodologia se propõe analisar o grau de institucionalização de uma determinada inovação, seja por meio de mudanças nas forças de mercado, na legislação ou mudanças tecnológicas.

1.2 Problema de pesquisa

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação foi consolidado em 2000, como resultado de um intenso período de mobilização socioambiental e demonstra a convergência de diversos atores que, mesmo representando segmentos diferentes da sociedade lutaram por um objetivo comum. Neste sentido, houve a presença dos movimentos ambientalistas (nacional e internacional), movimentos em defesa dos povos indígenas e movimentos em defesa dos seringueiros. Cerca de vinte anos foram necessários, tendo seu auge na década de 1980 com a morte de diversos líderes sociais, dentre eles, Chico Mendes, aumentando a atenção para a situação das comunidades locais. As reservas extrativistas são, portanto, a implementação de uma política pública que permitiu um resultado inovador, visando atender aos anseios de um público diferenciado.

Ocorre que, mesmo com a existência de diversos trabalhos na área social e econômica, muitos fatores chave em relação a implementação continuada da gestão de reservas extrativistas permanecem incógnitos, tais como, a existência de interesses individuais e coletivos nas relações sociais dentro das RESEX e como estas variáveis influenciam na tomada de decisão cotidiana das famílias extrativistas. Além disso, esse modelo de reserva visa também a conservação dos recursos naturais de forma que há na literatura apropriada divergência sobre o êxito dessa questão.

A presença de relações de poder e interesses poderia, então, ser evidenciada através de uma análise institucional das regras, hábitos e condicionamentos existentes no interior das reservas extrativistas. Ao analisar estas relações tornou-se possível, inclusive, perceber o nível influência da presença de organismos públicos e privados na sua gestão. Sendo assim, tomou-se o seguinte problema de pesquisa:

Qual o nível de institucionalização do conceito de Reservas Extrativistas de Rondônia para diferentes atores sociais?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar o nível de institucionalização do conceito de Reservas Extrativistas na concepção dos diferentes atores sociais, como forma institucional de conservação da biodiversidade.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Identificar as regras institucionais emanadas das organizações e grupos sociais diretamente envolvidas com Reservas Extrativistas;
- Compreender as relações sociais e interorganizacionais dos atores diretamente envolvidos;
- Comparar o nível de institucionalização entre os atores sociais das Reservas Extrativistas.

1.4 Justificativa

A teoria institucionalista, apesar de sua aceitabilidade no círculo acadêmico ainda não possui um arcabouço definido, permitindo diversas interpretações e aplicabilidades. Especialmente no que concerne a questões relativas ao desenvolvimento sustentável, há uma considerável, mas pequena gama de publicações. Caso que se afunila ainda mais na análise de espaços ambientais, tais como o amazônico.

Considerando a necessidade de análise de um espaço singular para a região amazônica, se opta pelo estudo das reservas extrativistas rondonienses à luz da teoria institucionalista. Tal se dá, visto que o arcabouço teórico citado situa-se além do *mainstream* econômico. A economia tradicional, focada no individualismo metodológico busca suas respostas nas variáveis agregadas como nível de emprego, renda e produto, bem como estuda o comportamento das unidades tais como os consumidores, as firmas, o mercado e suas inter-relações. No entanto, apesar da sua importância, é evidente que torna por negligenciar as questões não econômicas, tais como as relações interpessoais, os aspectos cognitivo e cultural. É fato que a teoria tradicional utiliza-se da história econômica em sua análise, considera-se como uma ciência social, no entanto, desconsidera que o sistema econômico é social não apenas pelo fato de representar relações de uma sociedade. Tal característica é encontrada na teoria institucionalista. Esta, ao incorporar as relações sociais e suas implicações possibilita um novo olhar sobre o comportamento dos agentes que se relacionam com as reservas extrativistas do Estado. Desta forma, possibilita uma análise mais ampliada e de acordo com a realidade, identificando, assim, os aspectos determinantes da estrutura singular que é uma RESEX.

1.5 Organização do trabalho

O presente trabalho está organizado da seguinte forma: no capítulo 01 foi apresentada uma breve introdução com os motivos da pesquisa, questão problema, objetos e justificativa. Em seguida, apresenta a revisão bibliográfica onde foi realizada uma sucinta descrição da teoria institucionalização, a qual deu sustentação para esta pesquisa. O primeiro tópico deste capítulo faz uma explanação sobre o institucionalismo organizacional. O segundo tópico trata do processo de mudança institucional e o seguinte explana sobre os atores que possuem o papel-chave na cooperação dos grupos sociais de um determinado campo ou ambiente. No capítulo 03, dividido em três tópicos realiza-se, no primeiro, um breve histórico e contextualização sobre as Reservas Extrativistas, foco da presente pesquisa. No seguinte, disserta-se sobre a forma de gestão das RESEX e seus principais elementos, e, no próximo, o status atual de RESEX no estado de Rondônia.

O capítulo 04 delinea os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa e utilizados para realizados dos objetivos propostos. Elementos como população, amostra, operacionalização da pesquisa, onde especifica-se as técnicas de coleta, análise e tratamento dos dados, bem como as ferramentas utilizadas para sua facilitação.

O capítulo 05 apresenta os resultados da pesquisa e discussão sobre os achados, organizada em três partes, conforme etapas de pesquisa apresentada no capítulo imediatamente anterior. Assim, apresenta-se a análise em relação aos documentos pesquisados e posicionamento dos *experts* em RESEX; a visão dos atores de organizações-chave que gravitam em torno das reservas e; análise dos dados secundários obtidos por meio do Projeto Casadinho: “Busca da Sustentabilidade para os Produtos Não-Madeiráveis (PFNM) para o Estado de Rondônia”, que apresenta uma comparação de dois grupos distintos (extrativistas e organizações) identificando assim, o entendimento atual destes atores em relação à concepção inicial do modelo de RESEX.

O capítulo 06 apresenta as principais conclusões, recomendações e sugestões de estudos futuros em relação a RESEX.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

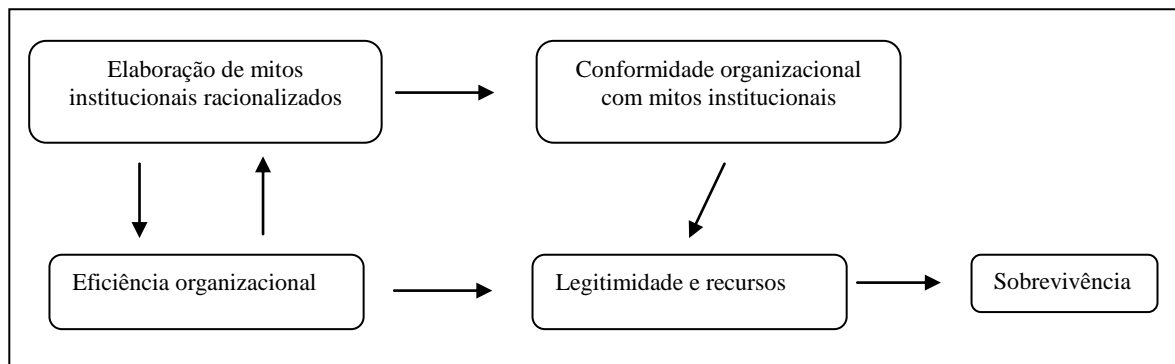
2.1 Institucionalismo Organizacional

A teoria das organizações, a partir do desenvolvimento de Max Weber em seu paradigma racionalista-burocrático, tem seu foco na eficiência produtiva. O modelo weberiano de organização considera a ação racionalizada em todos os seus níveis, a partir da qual define objetivos por meio de um sistema de regras e papeis a serem desempenhados, seguindo comportamentos pré-fixados (WEBER, 1999). Para Weber a burocratização resultou a partir de três causas relacionadas à concorrência entre empresas capitalistas no mercado; a concorrência entre os estados, necessidade do aumento do controle do seu pessoal e cidadania e; demanda da burguesia para a proteção igual perante a lei (DIMAGGIO e POWELL, 1983).

Os estudos institucionalistas na perspectiva organizacional, ao questionar tal paradigma, sugerem que organizações vão além da eficiência produtiva. De fato, o aumento da complexidade da sociedade e sua resposta a problemas econômicos específicos levaram a especialização dos mecanismos de coordenação e controle dos recursos disponíveis bem como a produção dos bens “desejados” pela sociedade pós-industrial. O marco original dessa abordagem está no trabalho desenvolvido por Meyer e Rowan (1977), os quais argumentam que a organização racionalizada, tal qual descrita por Weber, não responde a todos os fatores que determinam seu *continuum*. Estruturas formais estariam imersas num ambiente social desenvolvendo comportamentos socialmente esperados gerando elementos incorporados pelas organizações os quais refletem as crenças e os hábitos sociais (mitos).

In modern societies, the elements of rationalized formal structure are deeply ingrained in, and reflect, widespread understandings of social reality. (Meyer, Rowan, 1977, p.343).

Tais elementos impactando diretamente em mudanças organizacionais ao longo do tempo, resultantes da incorporação de novos elementos sempre que mudanças no ambiente institucional ocorrem. Para Meyer e Rowan (1977) os elementos incorporados irão levar a legitimidade e sobrevivência das organizações, como pode ser observado na figura 1, considerando, pois, a eficiência e a conformidade organizacional.

Figura 1 - Sobrevivência organizacional

Fonte: Adaptado de Meyer e Rowan, 1977, p.353.

Organizações tenderiam ao processo isomórfico gerado pelas mudanças no campo institucional do qual fazem parte (DIMAGGIO e POWELL, 1983).

Neste sentido, Meyer e Rowan (1977) referem-se aos mitos gerados pela sociedade e incorporados pelas organizações, entendendo ser este o resultado da interação dentro de determinados setores da sociedade. DiMaggio e Powell (1983), por sua vez, consideram a existência de um campo organizacional, como área de vida institucional de diversos atores, no agregado, na qual o campo estruturado representa um ambiente de respostas organizacionais no sentido de representação na qual seu relacionamento se delimita.

Considera-se que são os campos organizacionais altamente estruturados que fornecem o contexto necessário para os esforços individuais para racionalização com as incertezas e restrições levando o conjunto à homogeneidade estrutural, cultural e de seus *outputs*. Os autores afirmam assim, que o campo seria um ambiente de resposta das organizações, ou seja, o resultado de um conjunto diversificado de organizações estabelecido através da homogeneização destas mesmas organizações e seus operadores (DIMAGGIO e POWELL, 1983).

Outra questão levantada é a forma como as organizações se tornam assemelhadas, o que se dá por meio do isomorfismo institucional (DIMAGGIO e POWELL, 1983). Este isomorfismo consiste em uma tentativa de observar como as instituições surgem e como servem a interesses, considerando a existência dos mitos e cerimônia, tal como colocado por

Meyer e Rowan (1977), a sobrevivência populacional, a influência dos interesses de elites, a luta de poder e sua aplicação na política moderna. Sendo assim, surge a necessidade de conhecer como se formam os comportamentos e a apropriação da estrutura organizacional e política por certos grupos visando compreender o funcionamento do Estado através das organizações privadas. Tal entendimento sugere a atenção dos formuladores de políticas públicas para o impacto dos programas para o campo como um todo, tanto a partir das semelhanças quanto das variações existentes entre as organizações (DIMAGGIO e POWELL, 1983).

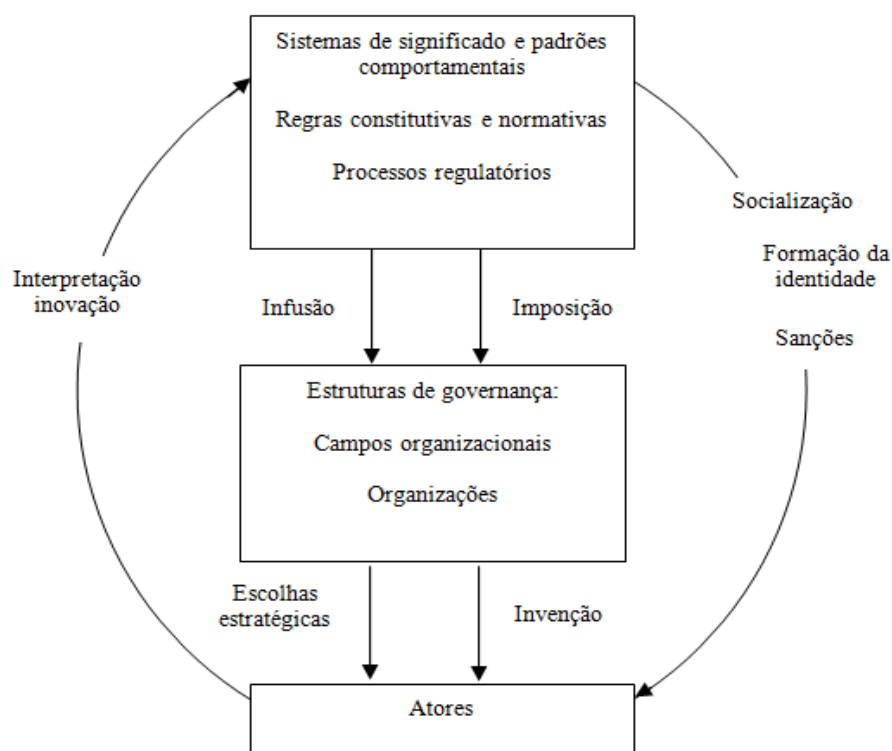
A partir das discussões institucionalistas iniciais apontadas por esses autores, diversos outros passaram a refinar a teoria institucional dentro da sociologia organizacional, destacando-se o modelo de camadas desenvolvido por Scott (1991). O autor sugere a presença de um ambiente institucional e um ambiente técnico, ambos existindo em complementaridade. O primeiro agrega os componentes institucionais, com a atuação de fontes de influência normativa e cognitiva, tais como, grupos regulatórios, associações profissionais, ou seja, regras definidas socialmente. É no ambiente institucional que se dá a legitimação por organizações individuais recompensadas pelo estabelecimento de estruturas e processos corretos.

O ambiente técnico, por sua vez, envolve tecnologias complexas e trocas de produtos e serviços em um mercado, onde cada organização é recompensada pelo controle eficiente dos processos de trabalho. É o exercício do controle de *outputs* sobre as organizações.

Scott (1991) ressalta que os ambientes, apesar de possuírem distinção, as características de um não impede a presença do outro tipo, podendo ser tratados como dimensões ao longo das quais os ambientes variam e não como estados dicotômicos. Dessa forma, uma organização pode sofrer fortes pressões institucionais e ter um fraco ambiente técnico, ou mesmo, estar suscetíveis a fracas pressões institucionais.

Neste âmbito, é possível retratar o ambiente institucional a partir do modelo de Scott (1994) organizado em camadas e que demonstra a inter-relação existente entre as instituições. Neste, o autor considera que podem ser vistas a partir de três componentes: 1) sistemas de significados e padrões de comportamentos, que contém 2) elementos simbólicos, incluindo elementos representativos, constitutivos e normativos, que são 3) impostos por processos regulatórios, tal qual exposto na figura 2.

Figura 2 - Instituições: um modelo em camadas



Fonte: Adaptado de Scott, 1994, p. 57.

Scott (1994) enfatiza a existência de diversos mecanismos que implicam diretamente na forma como as instituições se originam e se transformam. Em primeiro lugar, ressalta os elementos que conformam um sistema de significado. Para o autor a existência de modos comuns de interpretar o entendimento, e as experiências são compartilhadas no dia a dia tornando-se rotina e tomando-se como garantidas – entendimento interpretativo, considerando o significado que cada participante atribui para as ações. Qualquer ação poderia ser compreendida e explicada somente pelo exame das condições objetivas e subjetivas dos autores interpretadas por eles mesmos (SCOTT, 1994). Somam-se a isso as regras que qualificam as instituições, explicitando que nem todos os sistemas de significados são instituições¹.

¹ Scott considera que um sistema de significado só poderá ser considerado uma instituição se possuir regras representativas, constitutivas e normativas, analisadas em detalhes em sua obra *Institutions and organizations: toward a theoretical synthesis*, 2004.

Em primeiro lugar tem-se o conjunto de regras constitutivas e normativas que juntamente com o processo regulatório constituirão as bases para as estruturas de governança. As regras constitutivas definem a natureza dos atores e sua capacidade para ação e as regras normativas são elementos do sistema de significado institucional. Associado com atores e identidades são concepções de ações apropriadas: papéis, rotinas e *scripts*. São prescrições (ou proscições) do comportamento; estas regras existem na expectativa que temos para o nosso próprio comportamento (SCOTT, 1994). O processo regulatório é tido como a estrutura básica que reforça as regras institucionais. Estes elementos, no seu conjunto são responsáveis por mecanismos de constrangimentos nos quais os seres humanos moldam a sua interação.

Em segundo lugar, o autor considera a existência de estruturas de governança nas quais organizações são formadas e onde os indivíduos criam e sustentam novos significados em interação constituindo um campo organizacional; processos regulativos e normativos são desenvolvidos e operados nestas situações. As estruturas de governança dentro das organizações são feitas pelos elementos institucionais já citados, sistema de significados, elementos simbólicos e processos regulatórios. Organizações participam e incorporam quadros institucionais transorganizacionais constituindo o campo (SCOTT, 1994). Importante ressaltar que mudanças nas regras institucionais criam uma nova e diferente condição de equilíbrio afetando a sobrevivência das organizações (SCOTT, 1994).

Em terceiro lugar, Scott (1994) apresenta a ação reflexiva dos atores representada pelas escolhas estratégicas e as invenções, correspondendo diretamente com as estruturas de governança. A abordagem do autor destaca a inter-relação de todos os elementos, incluindo os normativos e cognitivos, cada um em um nível de análise específico. Os elementos coercitivos, impositivos geram uma forma de socialização dentro do campo ou organização, gerando identidade e novas sanções que guiarão os novos elementos na ação individualizada do ator social. Este por sua vez, através das escolhas estratégicas geradas por elementos da estrutura levam a interpretação cognitiva impactando nos sistemas de significados, padrões de comportamentos e regras institucionais, mantendo um ciclo de desenvolvimento *continuum* dos aspectos institucionais.

De forma geral, o modelo de Scott (1994) corrobora e amplia a discussão realizada por Dimaggio e Powell (1983) no que se refere ao campo organizacional. Entretanto, a teoria institucionalista passou a discutir a dificuldade de se compreender a definição de campo organizacional dada sua amplitude conceitual, o que tem levado a autores diversos a dar

diferentes definições com a finalidade de melhor conceituação e operacionalização (SCOTT e MEYER, 1983; SCOTT, 1991; SCOTT, 1994; SWEDBERG, 2004a; SWEDBERG, 2004b; JEPPEPERSON, 1991; FLIGSTEIN, 2007).

Tais perspectivas diferenciam-se pela extensão dada pelo conceito, no entanto, concordam que o campo organizacional é um ambiente onde se dá o processo de institucionalização. Entretanto, compreender campo organizacional como a totalidade dos atores relevantes (DIMAGGIO e POWELL, 1983) faz emergir o problema de definição de qual é a fronteira do campo organizacional e o que o delimita.

Com a preocupação de classificação das diversas acepções de campo organizacional, Machado-Da-Silva, Guarido Filho e Rossoni (2010) realizaram uma classificação desse tema conforme seis perspectivas teóricas (quadro 1).

Quadro 1 - As seis perspectivas de campos organizacionais

Perspectiva Teórica	Autores	Elementos-Chaves	Descrição
Campo como a totalidade dos atores relevantes	DiMaggio; Powell.	Significação e Relacionamento	Conjunto de organizações que compartilham sistemas de significados comuns e que interagem mais frequentemente entre si do que com atores de fora do campo, constituindo assim uma área reconhecida da vida institucional.
Campo como arena funcionalmente específica	Scott; Meyer.	Função Social	Conjunto de organizações similares e diferentes, porém interdependentes, operando numa arena funcionalmente específica, compreendida técnica e institucionalmente, em associação com seus parceiros de troca, fontes de financiamento e reguladores.
Campo como centro de diálogo e de discussão	Hoffman; Zietsma; Winn.	Debate por Interesse Temático	Conjunto de organizações, muitas vezes com propósitos díspares, que se reconhecem como participantes de um mesmo debate acerca de temáticas específicas, além daquelas preocupadas com a reprodução de prática ou de arranjos institucionais relacionados à questão.
Campo como arena de poder e conflito	Vieira; Carvalho; Misoczky.	Dominação e Poder de Posição	Campo como resultado da disputa por sua dominação, numa dinâmica pautada pela (re)alocação de recursos de poder dos atores e pela sua posição relativa a outros atores.
Campo como esfera institucional de interesses em disputa	Fligstein; Swedberg; Jepperson.	Poder e Estruturas Cognitivas	Construções produzidas por organizações detentoras de poder, que influenciam regras de interação e de dependência do campo em função de seus interesses, que, por sua vez, são reflexos da posição delas na estrutura social.
Campo como rede estruturada de relacionamentos	Powell; White; Owen-Smith.	Articulação Estrutural	Conjunto formado por redes de relacionamentos usualmente integradas e entrelaçadas, que emergem como ambientes estruturados e estruturantes para organizações e indivíduos, revelados a partir de estudos topológicos e de coesão estrutural.

Fonte: Machado-Da-Silva, Guarido Filho e Rossoni, 2010, p.113.

A classificação **Campo como Esfera Institucional de Interesses em Disputa** guarda relação com a proposta desse trabalho e está associado ao campo de estudo denominado de sociologia econômica, a qual destaca a ação do indivíduo como ator relevante dentro do campo. Neste, o processo de institucionalização dá-se principalmente por meio de disputas políticas e de poder, o que o caracteriza (MACHADO-DA-SILVA, GUARIDO FILHO e ROSSONI, 2010).

Para Fligstein (2007), o campo organizacional (ou ainda ambiente institucional ou arena), pode ser definido como “situações nas quais grupos organizados de atores se reúnem e desenvolvem suas ações recíprocas face a face”. Seu ponto de vista é um dos fundamentos da sociologia econômica.

Machado-da-Silva, Guarido Filho e Rossoni (2010, p. 118) representam bem a perspectiva trazida por Fligstein, centrando, por sua vez, a análise na ação coletiva:

[...] a noção de campo tem a ver com a forma pela qual ordens locais, entendidas como padrões de interação que se reproduzem na ação, são estabelecidas, mantidas ou transformadas. Para ele, a construção de campos organizacionais é fenômeno cultural que envolve práticas sociais preexistentes, regras imersas nas relações de poder entre grupos e estruturas cognitivas que funcionam como quadros culturais (*habitus*) [...].

A visão de Fligstein (2007), cuja centralidade está na habilidade social de atores-chaves, induz à transformações no interior do campo, onde a superação de crises leva ao surgimento de novas oportunidades acarretando estabilização de um novo campo, no qual grupos de atores dominantes estabilizariam o campo em seu favor, sendo, inclusive, o motivo pela qual busca-se a estabilidade do campo organizacional.

No entanto, Fligstein (2007) considera como problemática a postura tanto do institucionalismo da escolha racional, quanto do sociológico, uma vez que desconsideram a possibilidade de as pessoas reais criarem seus mundos sociais a partir de suas próprias ações. Estes atores, segundo o autor, estariam envolvidos em interações estratégicas na busca de seus interesses.

Sua crítica consiste na ideia de que as teorias institucionalistas iniciam sua análise em ambientes já institucionalizados. As instituições funcionariam como roteiros pré-estabelecidos nos quais os atores interpretam “as ações dos outros e as ações para reproduzir seus grupos

sociais”. Assim, os significados compartilhados são disseminados de forma consciente ou inconscientemente, podendo se utilizar de mitos racionalizados.

Neste caso, os atores seriam apenas receptores passivos das instituições. Os significados compartilhados seriam a força causal e os atores atuariam apenas como transmissores. O “porquê” e “no interesse de quem” os campos devem existir, não são, segundo Fligstein (2007), tratados pelas teorias institucionalistas, as quais não focam o poder e quem se beneficia e o porquê os “atores atuam”.

O autor deixa alguns questionamentos:

De onde vêm as oportunidades para essas novas formas de ação? Quais atores podem organizar? Quais significados estão disponíveis e quais não estão e por quê? Por que e como os atores que deveriam apenas ser capazes de seguir roteiros reconhecem essas situações e criam novas instituições? (FLIGSTEIN, 2007, p. 66).

O institucionalismo de Meyer e Rowan (1977) e DiMaggio e Powell (1983) deixaria, segundo Fligstein (2007), a descoberto os motivos que levam as pessoas a agir, que elas têm interesses e agem de forma a obtê-los. Condições institucionais estáveis ou não levam em conta apenas os significados compartilhados, mas possuem certo nível de habilidade social reproduzindo ou contestando sistemas de poder, sendo, portanto, membro ativo de um campo (FLIGSTEIN, 2007). Mesmo quando o institucionalismo busca explicar o motivo pelo qual as instituições surgem e se modificam, considerando a ação individual, como o faz a escolha racional, ainda sim deixa a problema de como equilibrar a ação de elevado número de atores. Um exemplo utilizado por Fligstein (2007) é a necessidade de manter unificado um grupo de atores desafiantes para que todos cooperem mantendo sua motivação, utilizando-se de criatividade e habilidade.

Dessa forma, os processos sociais fazem parte da constituição das instituições devendo ser considerados a qual se traduz na habilidade social dos atores na condução da cooperação de outros indivíduos levando benefício ao grupo ou coletividade.

2.1.1 O processo de mudança institucional

Tais mudanças ocorridas no interior do campo institucional são caracterizadas como um processo, no qual mecanismos transformadores deste campo entram em ação. São

processos sociais que levam uma realidade a ganhar relevância no pensamento social (MEYER e ROWAN, 1977). Em organizações, neste processo, sujeito a pressões sociais, os valores substituem os fatores técnicos na determinação das tarefas organizacionais (CARVALHO, VIEIRA e LOPES, 1999). Em especial, alguns autores sugerem as mudanças isomórficas como um mecanismo que leva as organizações a similaridade e, ainda, a conquista da legitimidade.

O isomorfismo organizacional pode ser definido como o processo de restrição pelo qual as instituições passam para se parecerem umas com as outras dentro de um mesmo conjunto de condições ambientais. É um paradoxo, visto que atores racionais tornam suas organizações mais semelhantes quanto mais tentam mudá-las (DIMAGGIO e POWELL, 1983).

Conforme apresentado, os campos organizacionais possuem considerável diversidade de abordagem e forma no início de seu ciclo de vida que, uma vez bem estabelecido, possui um impulso inexorável para homogeneização. O que há de comum entre eles é o resultado da estruturação de um campo organizacional como resultado das atividades de um conjunto diversificado de organizações, e, segundo, a homogeneização destas organizações, e de novos operadores, uma vez que o campo é estabelecido, considerando sua conectividade e equivalência estrutural. Consiste em um ambiente onde organizações respondem a outras através do isomorfismo. Tal é o processo de restrição que as forças de uma unidade em uma população levam a assemelhar-se com outras unidades que enfrentam o mesmo conjunto de condições ambientais, resultando em mudança organizacional expressa pela transformação na estrutura organizacional, cultura organizacional, metas, programa ou missão (DIMAGGIO e POWELL, 1983).

Dimaggio e Powell (1983) compreendem a institucionalização como um processo de definição institucional ou estruturação, que por sua vez, seria decomposto em quatro partes: um aumento no grau de interação entre as organizações no campo; o surgimento de estruturas interorganizacionais bem definidas de dominação e de padrões de coalizão; um aumento na carga de informações com que as organizações em um campo devem lidar e; o desenvolvimento de uma consciência mútua entre os participantes no conjunto de organizações que estão envolvidos em um empreendimento comum (DIMAGGIO e POWELL, 1983).

Os autores sugerem três classificações para o isomorfismo organizacional: o coercitivo, mimético e normativo.

Por **isomorfismo coercitivo** entendem-se as mudanças ocorridas como resultado da influência política e as questões relacionadas a legitimidade. Em outras palavras, resulta das pressões sofridas (forças, persuasão ou convites para entrar em conluio) por organizações formais por outras organizações, gerando dependência e, por expectativas culturais na sociedade em que as organizações funcionam. Este tipo de isomorfismo pode ser identificado também como uma resposta direta a mandatos governamentais, como exemplo, uma nova regulamentação ao controle da poluição, exigindo adequação por parte das organizações a fim de atender aos requisitos exigidos. Meyer e Rowan (1977) afirmam que as organizações expandem seus domínios refletindo cada vez mais as regras institucionalizadas e legitimadas dentro do estado. Assim, o Estado providencia suporte para a homogeneização de modelos organizacionais por meio de relações diretas de autoridade (DIMAGGIO e POWELL, 1983).

O processo **isomórfico mimético** ocorre quando as organizações imitam outras como forma de minimizar incertezas, expectativas futuras ou quando tem-se incremento tecnológico em determinado campo. Tal processo pode ser vantajoso uma vez que reduz despesas na solução de problemas não muito claros ou de causas incertas a medida que uma organização implementa uma solução cuja transferência se dá a outras organizações na busca de conseguir êxitos semelhantes. Os modelos organizacionais podem ser difundidos involuntariamente por meio da transferência indireta de funcionários ou explicitamente através de empresas de consultoria (DIMAGGIO e POWELL, 1983).

Dimaggio e Powell (1983) sustentam que as organizações tendem a se transformar em modelo para outras organizações à medida que ganham legitimidade ou se tornam bem sucedidas.

O **isomorfismo normativo**, por sua vez, é caracterizado por formas comuns de interpretação e ação, como por exemplo, o processo de profissionalização que gera pressões dos conselhos de classe ou especialização profissional (DIMAGGIO e POWELL, 1983; CARVALHO, VIEIRA e LOPES, 1999). A profissionalização, segundo Dimaggio e Powell (1983, p.152) pode ser entendida “como a luta coletiva dos membros de uma ocupação para definir as condições de trabalho e para estabelecer uma base cognitiva e legitimidade para sua autonomia profissional”. Duas fontes de profissionalização são citadas por Dimaggio e Powell (1983), a educação formal e a legitimação de uma base cognitiva por especialistas

universitários; a segunda é o crescimento das redes de profissionais que se estendem por organizações onde novos modelos são difundidos rapidamente.

No entanto, o processo de mudança institucional não se restringe ao isomorfismo organizacional, sendo percebidas outras fontes de alterações da estrutura organizacional, ou mesmo, outros pontos de vista, cuja centralidade das teorias não divergem entre si. Jepperson (1991) em seu artigo *Institutions, institutional effects, and institutionalism* distingue tipos e processos de mudança institucional, sugerindo a existência de quatro tipos, os quais seriam os mais relevantes:

1. Formação institucional: a qual considera como uma saída da entropia social ou de padrões de comportamento não-reprodutivos ou ainda, de padrões de reprodução baseados na ação.
2. Desenvolvimento institucional (ou elaboração): representa a continuação institucional ao invés de uma saída – uma mudança dentro de uma forma institucional. Um exemplo dado pelo próprio autor é a expansão da população, tal como foi caracterizada por Marshall.
3. Desinstitucionalização: representa uma saída da institucionalização para a reprodução por meio da ação de repetição, ou padrões não-reprodutivos ou entropia social.
4. Reinstitutionalização: representa saída de uma institucionalização e entrada em outra forma de institucionalização.

Uma vez que estes processos estejam estabelecidos a mudança pode ocorrer, visto que instituições podem gerar contradições com seu ambiente (por exemplo a questão ecológica), com outras instituições ou com comportamentos sociais elementares. Tais contradições ou possíveis choques exógenos podem forçar uma mudança através do bloqueio ou ativação de procedimentos reprodutivos ou frustração desses procedimentos, modificando ou destruindo a instituição (JEPPERSON, 1991). Fica claro que o processo de institucionalização é tratado pelo autor como um processo circular.

Os mecanismos da institucionalização também foram discutidos por Tolbert e Zucker (2010) buscando retratar o processo pelo qual surge uma instituição ou pelo qual se modifica, considerando a estrutura social e, ainda, como forma de gerar consenso entre as diversas abordagens. Assim, foi sugerida pelos autores uma abordagem teórica específica sobre os processos de mudança institucional permitindo a identificação do estágio atual de institucionalização das organizações ou mesmo, de um campo organizacional.

Sob essa abordagem é possível analisar como as ações são tornadas habituais generalizando-se entre os indivíduos e organizações. O pressuposto é de que há três

momentos, a habitualização, a objetificação e sedimentação, compreendendo a criação de uma estrutura ou comportamentos padronizados, porém individualizados; a generalização destes comportamentos e; sua sedimentação no tempo, respectivamente. A partir destes três conceitos seria possível, conforme os autores, identificar o nível de institucionalização, considerando sua variabilidade.

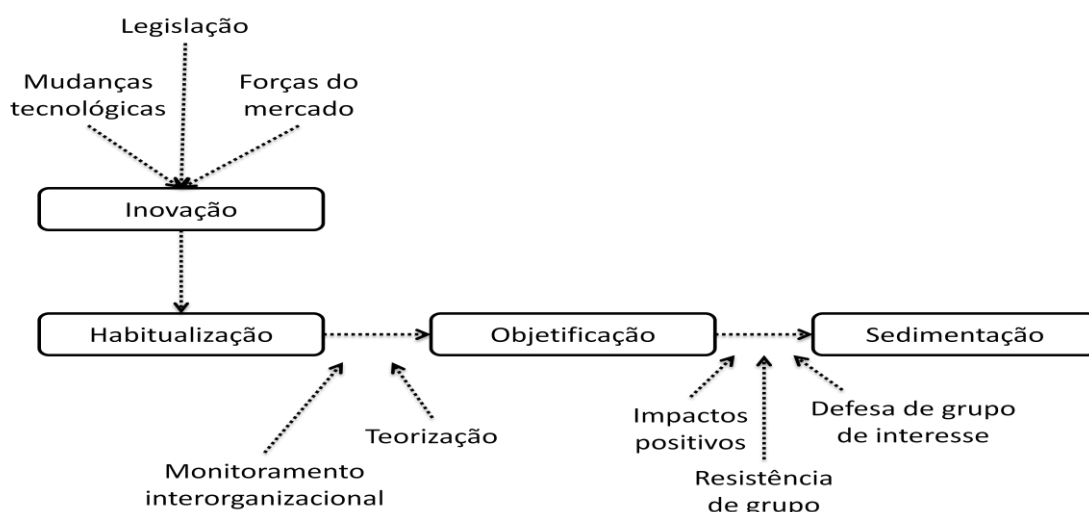
Assim, é possível compreender a *habitualização* como o desenvolvimento de novos arranjos estruturais em resposta a problemas organizacionais específicos, em conjunto ou individualmente. Tais comportamentos padronizam-se e são associados a estímulos. Neste estágio novas estruturas são criadas e são em grande parte estruturas independentes. As estruturas resultantes destes processos podem ser classificadas como pré-institucionalizadas (TOLBERT e ZUCKER, 2010).

Por conseguinte, a objetificação seria o desenvolvimento de significados gerais socialmente compartilhados ligados a esses comportamentos. Neste, ocorre rápida disseminação e difusão da estrutura organizacional motivada pelo grau de conscientização dos decisores levando a organização a um ponto além sua origem (TOLBERT e ZUCKER, 2010)

Durante o processo de objetificação a difusão da estrutura pode ser ocasionada pela presença de grupos com interesse material e que tendem a buscar a defesa de regras que, por ventura, lhe sejam convenientes, a exemplo da presença de famílias tradicionais, e para o retorno destas. Os autores denominaram esses grupos como *champions* e inculcam a eles duas grandes responsabilidades: a definição de um problema organizacional genérico e a justificação de um arranjo estrutural formal que seja apto para sua resolução, com o arcabouço teórico devido para seu diagnóstico e solução (TOLBERT e ZUCKER, 2010).

A exterioridade ou sedimentação é a continuidade histórica da estrutura levando a sua sobrevivência no longo prazo, onde as tipificações organizacionais são vivenciadas como possuindo uma realidade própria. Nesta, há uma provável baixa resistência de grupos de oposição, existência de promoção e apoio cultural continuado por grupos de defensores e uma correlação positiva com os resultados esperados (TOLBERT e ZUCKER, 2010).

Figura 3 - Processos inerentes à institucionalização



Fonte: Tolbert e Zucker, 2010, p.205.

A figura 3 mostra a análise do processo de institucionalização com seus pontos críticos. O primeiro processo, o da habitualização, ocorre em reposta a possíveis inovações geradas no ambiente institucional, tais como mudanças na tecnologia e legislação e, alterações no mercado. O importante é a existência de uma base comum de conhecimento e ideias compartilhada entre os decisores o que possibilita a inovação, a qual será adotada simultaneamente pelas organizações. Neste momento, é variado o número de organizações e as formas de implementação de estruturas que, por vezes, duram apenas o período de uma gestão (TOLBERT e ZUCKER, 2010).

O segundo estágio da institucionalização requer uma capacidade maior de monitoramento entre as organizações, permitindo avaliar o risco na tomada de decisão e, por conseguinte, a disseminação da nova estrutura. A observação da escolha de outros decisores diminui o grau de incerteza; uma escolha mais disseminada pode ser percebida como uma escolha ótima. Além do mais, se o processo de tomada de decisão é importante, a presença dos *champions* poderá causar uma influencia direta a partir da teorização relacionadas a busca de solução dos problemas organizacionais. A teorização atribui legitimidade cognitiva e normativa geral à estrutura organizacional (TOLBERT e ZUCKER, 2010).

Por fim, a transição para o estágio de institucionalização total requer uma maior sedimentação da estrutura, em um processo de difusão e conservação a longo prazo. Alguns fatores que se apresentam é a existência de grupos capazes de se mobilizar coletivamente

contra a estrutura, por serem afetados por ela. Quanto mais positiva for a previsão dos resultados, menor será a resistência em sua adoção, permitindo sua disseminação e perpetuação no campo (TOLBERT e ZUCKER, 2010).

Importante ressaltar que Tolbert e Zucker (2010) se referem a institucionalização tanto como estado de qualidade quanto como um processo, necessitando uma definição rigorosa de modo que um método de análise apropriado deva ser estabelecido.

Tais processos de mudança institucional não devem, contudo, serem tratados de forma isolada, podendo muitas vezes correr simultaneamente identificando-se, portanto, um tipo de isomorfismo em um dado estágio de desenvolvimento institucional ou mesmo, a intensificação do primeiro acelerando o processo de transformação do campo institucional. Ainda, há que se considerar a existência de regras pré-existentes de interação e distribuição de recursos, as quais poderão atuar como fontes de poder (FLIGSTEIN, 2007).

2.1.2 O papel do ator-chave e dos grupos sociais na análise institucional

Diversos autores (GRANOVETTER, 1985; SWEDBERG, 2004a; FLIGSTEIN, 2007) questionam a perspectiva institucional da sociologia organizacional, principalmente no que se refere ao papel dos indivíduos e grupos sociais na institucionalização de determinados conceitos dentro de um espaço cognitivo, como o campo organizacional. Para esses autores, a presença de atores sociais é ponto relevante no processo de transformação institucional os quais podem agir em resposta a uma dada regra institucional ou os responsáveis por sua alteração, portanto, não se pode desconsiderar que os indivíduos que sofrem as ações no campo e vice-versa, o que no agregado, irá gerar mudanças em grande escala (mudança coletiva).

A teoria institucionalista ressalta que a vida social é constituída por elementos tais como as regras e os recursos existentes, o que pode ser ampliado ao se considerar “[...] a capacidade dos atores de utilizar habilmente as regras e os recursos também faz parte do cenário” (FLIGSTEIN, 2007, p. 63).

Fligstein (FLIGSTEIN, 2007) ao dar sua ênfase no indivíduo sustenta que a dinâmica das instituições é esboçada com base em uma concepção mais sociológica de regras, recursos e habilidade social, em especial este último.

Berger e Luckmann (1996 [1974]), a partir da análise fenomenológica, argumentam que a realidade social é construída entre os indivíduos num sistema face a face. Para os autores [...] *humans are a product of society and society is a product of humans*”, havendo, portanto, uma interação direta entre os indivíduos e a sociedade na qual estão inseridos.

A Sociologia Econômica (SE) defende o que ela mesma denomina a construção social da economia (enraizamento social), cultural e política, sustentando-se nas obras de Karl Marx, Max Weber, Émile Durkheim, Joseph Schumpeter e Karl Polanyi (GRANOVETTER, 1985; SWEDBERG, 2004a; SERVA e ANDION, 2006). Sua versão atualizada, a Nova Sociologia Econômica (NSE), foi constituída a partir da obra de Granovetter (1985), “*Economic action and social structure: the problem of embeddedness*” que sustenta que a economia está assentada nas relações sociais e redes (SWEDBERG, 2004a). As relações sociais entendidas como o modo pelo qual os indivíduos adquirem costumes, hábitos ou normas que são seguidos pelos demais (GRANOVETTER, 1985). As redes podem ser concebidas em arranjos mais adaptados de competição, em termos econômicos e de cooperação, em termos sociais (REGINATO, 2007).

Seu pressuposto principal é a compreensão da inter-relação entre a ciência econômica e a sociologia, criando um campo de estudo que se desassocia do individualismo metodológico neoclássico, analisando os fenômenos econômicos com a lente sociológica (SWEDBERG, 2004a).

Segundo Swedberg (2004^a, p.8) “os fenômenos econômicos são sociais por sua natureza; estão enraizados no conjunto ou em parte da estrutura social.” Para Granovetter (1985) as relações sociais devem estar presentes na análise econômica de forma a se estudar os conflitos que surgem da confiança e má-fé. A NSE trata de uma resposta mais significativa aos modelos da escolha racional, centrados na ação individual e na imersão do econômico pelo social (REGINATO, 2007).

Granovetter ao criticar a perspectiva institucional econômica, assentada nos custos de transações, que gerariam a melhor forma de coordenação para as instituições de forma que a mais eficiente prepondera (ZYLBERSZTAJN, 1995), sustenta que as redes de relações interpessoais existentes no interior das instituições levariam a configuração observada. Para o

autor, as relações sociais possuem uma amplitude que vai além dos custos de transação sendo, portanto, resultado de conexões sociais mais abrangentes entre os atores, havendo, na verdade, uma mistura das relações de negócios com as sociais com influência direta do oportunismo e racionalidade limitada (GRANOVETTER, 1985). Segue-se que as relações sociais seriam as principais responsáveis pela produção de confiança na vida econômica.

Granovetter (1985) sustenta ainda a possibilidade de riscos, tais quais:

- A confiança originada pelas relações pessoais apresenta, por sua própria existência, uma oportunidade maior para má fé – “sempre se magoa a quem se ama”.
- A força e a fraude são utilizadas com mais proveito por grupos, e a estrutura desses grupos requer um nível de confiança interna – “honra entre ladrões” – que normalmente obedece a lógicas preexistentes de relacionamento para a má-fé.
- A dimensão da desordem resultante da força e da fraude depende em muito de como a rede de relações está estruturada.

Análise similar é feita por Swedberg (2004a, 2004b) ao ressaltar o papel do interesse considerado pelo autor como a força que dirige o comportamento humano levando ao entendimento de que as instituições são o modelo dominante de como os interesses devem ser realizados. As relações sociais e interesses devem, portanto, fazer parte da mesma análise, de forma a unir os conhecimentos básicos de economia e sociologia (SWEDBERG, 2004b). Este autor fala das redes de relações.

Fligstein (2007) ao abordar a habilidade social ressalta a importância da ação considerando que esta habilidade nasce da necessidade que tem os atores de induzir a cooperação dos outros a, por exemplo, tomar parte em uma ação coletiva construindo e reproduzindo ordens sociais locais (campos institucionais). Relativa importância é dada aos empreendedores institucionais que, em condições de crise tem a possibilidade de criar novos sistemas de significado (FLIGSTEIN, 2007).

Tal relação é indutora da estabilidade no campo, produzindo padrões estáveis de interação. Neste, o processo de construção de instituições toma lugar no contexto de atores poderosos na tentativa de produzir regras de interação para estabilizar sua situação vis a vis outros atores mais ou menos poderosos. Os campos operam para ajudar a reproduzir o poder e privilégios de grupos inclinados e definem a posição dos desafiadores. Enquanto esses grupos se beneficiam na maioria dos campos, os desafiadores ganham alguma estabilidade pela sobrevivência, embora, com um nível menor de recursos (FLIGSTEIN, 2007).

Portanto, tem-se a presença dos interesses como molas propulsoras do comportamento humano (SWEDBERG, 2004b), os quais levam os indivíduos a tomarem decisões de acordo com a identidade do grupo a que pertencem, socializando-as para coletivizá-las e assim, motivando o comportamento estratégico dos grupos (FLIGSTEIN, 2007). Esses grupos ou *champions*, conforme denominados por Tolbert e Zucker (2010) poderão ser bem sucedidos se tiverem a capacidade de identificar os problemas e as possíveis soluções, estas específicas para cada problema.

A perspectiva do ator social, bem como da ação dos grupos sociais vem ao encontro da teoria institucionalista visto que, o conhecimento social, uma vez institucionalizado existe como fato, como parte de uma realidade objetiva e pode ser transmitido diretamente sobre esta base. Para atos altamente institucionalizados é suficiente uma pessoa simplesmente dizer a outra que é assim que se faz as coisas (ZUCKER, 1977).

Isso implica que, seja em resposta a problemas organizacionais específicos ou necessidade de adequação ao ambiente, os atores ou grupos geram sua forma de ação, cuja face poderá estar centrada na habilidade social de Fligstein ou na necessidade de controle do indivíduo (má-fé) como colocado por Granovetter, é necessário considerar o comportamento individual na análise organizacional.

Posto os principais pontos acerca do processo de mudança institucional e as formas como este ocorre, percebe-se uma convergência entre as visões dos diversos autores citados, convergindo para um processo de criação de regras e hábitos, sendo que algumas já existem previamente no ambiente, iniciando-se um processo de disseminação de algumas destas regras, aquelas mais apropriadas às condições existentes, e por fim, a sua sedimentação. Neste último estágio, o comportamento encontra-se consolidado de tal forma que os indivíduos passam a atuar por condicionamento, não havendo, portanto, questionamentos.

Outro ponto importante, e que parece ser consensual, é que condições adversas, como choques externos, levam a necessidade de alteração das estruturas que compõem determinado campo levando a sua desestruturação e criação de novas regras. Desta forma, havendo um processo institucional de transformação circular, onde as regras que criam instituições podem ser as mesmas que a destroem, impossibilitando haver uma clara identificação das regras originárias.

No entanto, a problemática apontada não impede que uma análise mais aprofundada dos componentes institucionalizados ou em processo de institucionalização possa ser

realizada identificando seu comportamento, e, desta forma, permitindo a identificação ou medição do grau de institucionalização em que determinado ambiente encontra-se.

3 RESERVAS EXTRATIVISTAS

3.1 Contexto histórico e formulação do conceito de RESEX

Até o século XVII, o látex era apenas mais um dos produtos ou especiarias da região. No entanto, com o advento da Revolução Industrial, o fruto da seringueira ganha espaço no mercado internacional, consolidando-se como matéria-prima industrial, porém, extraída de forma manual e em pequena escala (MACIEL, 2003; CAVALCANTI, 2002).

Esse primeiro ciclo da borracha foi marcado pela intensificação da exploração da seringueira com a vinda de povos oriundos de outras regiões, principalmente a nordestina, cuja força de trabalho se encontra sem opção devido a forte seca ocorrida por volta dos anos de 1877 (CAVALCANTI, 2002; ANDRADE e LIMOEIRO, 2003). Ocorre que, à medida que a exploração se intensificava, avançava em território boliviano gerando o conflito que ficou conhecido como “a questão acreana”. A solução foi, conforme Tratado de Petrópolis (1903), a incorporação do Acre ao Brasil, em troca de pagamento em dinheiro, parte do território mato-grossense e a construção de uma ferrovia com o objetivo de escoar os produtos bolivianos, principalmente, o látex (ANDRADE e LIMOEIRO, 2003). No início do século XX o Brasil era o maior produtor e exportador mundial de borracha.

Em 1910-12 a borracha brasileira entra em decadência com a exploração inglesa e holandesa com o cultivo na Ásia (Ceilão, Indonésia e Malásia) produzindo a custos baixos e em larga escala. Em 1920, a queda da borracha brasileira em vista do desenvolvimento asiático com elastômero sintético leva a estagnação profunda do extrativismo vegetal tradicional na Amazônia, situação que perdurou até a Segunda Grande Guerra (MACIEL, 2003).

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) com a invasão japonesa à Malásia, impedindo a exportação da borracha, a região Amazônia passa a viver o segundo ciclo que durou de 1942 a 1945, aproximadamente, tendo os E.U.A. como principal importador. No entanto, os seringais se encontravam com pouca força de trabalho, caso que levou o governo brasileiro novamente a estimular a migração nordestina que continuava sofrendo com a seca. Desta forma, o Brasil preparava-se para atender o acordo feito com o governo americano de

produzir 45 mil toneladas de látex. Os Estados Unidos tiveram participação direta nesta fase da exploração através de suas organizações, fornecendo os materiais necessários aos seringueiros e, até mesmo, providenciando o transporte de nordestinos para a região amazônica (CAVALCANTI, 2002). A “Batalha da Borracha” como ficou conhecido os propósitos de intensificação da exploração, fez ressurgir as oligarquias da região e o sistema de aviamento (MACIEL, 2003).

Cessando a guerra, novamente as economias da região asiática são reorganizadas retomando seu lugar no comércio mundial. O Brasil, sem estímulo governamental a produção da borracha e sem buscar superar suas ineficiências, tem seus seringais fechados e o fim do segundo ciclo da borracha. Além disso, outras questões como atraso tecnológico, dispersão das árvores na região levando a custos altos e ainda, a proliferação de um fungo, *microcyclus uley*, responsável pela doença “mal-das-folhas”, que atacou as árvores produtoras do látex (MACIEL, 2003). Afora, a produção de borracha sintética, triunfo do progresso químico, passa a substituir, inclusive, a produção asiática.

O cenário que seguiu ao declínio da exploração do látex, portanto, não foi promissor. Mudanças políticas nacionais, a partir da tomada do poder dos militares levaram a uma nova concepção de desenvolvimento. O “desenvolvimentismo” tinha como um de seus objetivos a integração do país, levando a ocupar e desenvolver a região com a implantação da agropecuária, resultando em problemas sociais, econômicos e ambientais.

Os migrantes, em sua maioria, cearenses, e que ficaram conhecidos como Soldados da Borracha permaneceram na região, no entanto, muitos morreram em detrimento das doenças locais, alguns conseguiram retornar as suas cidades. Os soldados que ficaram, são, portanto, os constituidores das populações tradicionais, extrativistas que permaneceram sobrevivendo da exploração dos frutos da floresta. Estes resultaram do abandono em antigos seringais em ambos os ciclos da borracha. São seringueiros, extrativistas, ribeirinhos, pescadores, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu – pobres e marginalizados (ALLEGRETTI, 2008).

No período de 1950 a 1970, a principal característica da região amazônica, é, portanto, a de fronteira agrícola, cujo investimento é financiado por condições criadas pelo estado brasileiro (BECKER, 1994, *apud* SIENA; FACHINELO; MAIA, 2010). Uma destas condições foi o Projeto de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil

(POLONOROESTE²), integrante das políticas definidas como “Operação Amazônia”, lançado no início dos anos de 1980, um projeto de desenvolvimento com recursos do Governo Federal e Banco Mundial sob a coordenação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) cujo foco era absorção de população de outros estados através do uso da terra da região (CAVALCANTI, 2002; EMBRAPA, 2012). O POLONOROESTE foi responsável pelo asfaltamento da BR que liga Rondônia a Mato Grosso, facilitando o fluxo entre a região e o restante do país. A BR-364 foi aberta na década de 1960 ligando Cuiabá (MT) a Porto Velho (RO) e esta a Rio Branco no Acre. Sua construção foi um marco na região, pois modificou o processo de urbanização que antes se dava pelas margens dos rios.

Como resultado, houve o desenvolvimento de grandes empresas agropecuárias que, transferindo-se para região transformaram antigos seringais em pastos afetando diretamente os seringueiros que foram expulsos de suas localidades dando origem a mobilização social destas populações, como forma de resistência contra o programa governamental que incentivava a implantação destas empresas agropecuárias, como em contraposição direta aos novos donos da terra (ALLEGRETTI, 2008).

A mediação dos novos donos era feita pelo Banco da Amazônia, e sem a presença dos seringueiros deram início ao processo de derrubada das florestas sem resistência, visto os constantes endividamentos dos seringueiros com os seringalistas e destes com o Banco, a título de hipoteca (ALLEGRETTI, 2008; CAVALCANTI, 2002). A autora ressalta que tal situação perdurou de 1970 a 1975, quando em 1975, por iniciativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (CONTAG) foram criados os primeiros Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR). Ação importante do sindicato foi a qualificação dos seringueiros como posseiros e aplicação da legislação quanto a indenização (ALLEGRETTI, 2008). Além do sindicato rural, setores progressistas da Igreja Católica reforçaram a luta da população local a partir das Comunidades Eclesiais de Base.

Insatisfeitos com a quantia recebida como indenização e percebendo não ser suficiente para sobrevivência nas cidades, os seringueiros retornaram às colocações e, já de forma

² Os principais objetivos do Polonoroeste eram: contribuir para a maior integração nacional; promover a adequada ocupação demográfica da região noroeste do Brasil, absorvendo populações economicamente marginalizadas de outras regiões e proporcionando-lhes emprego; aumentar a produção da região e a renda de sua população; reduzir as disparidades de desenvolvimento intra e inter-regionais; assegurar o crescimento da produção em harmonia com as preocupações de preservação do sistema ecológico e de proteção às comunidades indígenas (EMBRAPA). In: <http://www.machadinho.cnpm.embrapa.br/conteudo/polono.html>.

organizada, passaram a preconizar uma reforma agrária que contemplasse a forma tradicional de vida que levavam nos seringais (ALLEGRETTI, 2008).

Como resultado da mobilização dos sindicatos e do desejo dos seringueiros, principalmente na região acreana, onde havia mais intensidade do movimento, foi realizado o 1º Encontro Nacional dos Seringueiros, em outubro de 1985, na cidade de Brasília (ALLEGRETTI, 2008). Duas consequências importantes foram a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e a formulação de uma proposta para solução da questão fundiária baseada no modelo de reservas indígenas e de unidades de conservação, as reservas extrativistas (CNS, 1985, *apud* ALLEGRETTI, 2008). Allegretti (2008) destaca o elemento inovador nos conflitos: a luta contra os desmatamentos. Dois anos após a criação da CNS e nenhuma reivindicação atendida, os seringueiros, liderados por Chico Mendes conseguem apoio da direção nacional do INCRA que inclui na Assembleia Nacional Constituinte as Reservas Extrativistas como uma modalidade de assentamento (FACHINELLO e SIENA, 2009).

Mais tarde, aliados aos índios criaram a identidade de Povos da Floresta passando a luta pela Reforma Agrária com a floresta em pé, uma experiência surgida da conscientização de ambos os segmentos colocados em confronto em decorrência da disputa pela exploração dos seringais (ALLEGRETTI, 2002). Dessa união resultou, em 1989, o 1º Encontro dos Povos da Floresta que lançou a Aliança dos Povos da Floresta, que entre outras ações, subsidiaram a organização da ECO-92 a partir de seus depoimentos, deu respaldo a dezenas de colaborações entre índios e seringueiros em conflitos, e deu início e liderou a mobilização que criou o Grupo de trabalho da Amazônia (GTA) (IPAM, 2008).

A ação da Aliança, bem como as reverberações do CNS foram imprescindíveis na luta pela reforma agrária, influenciando a adoção de políticas públicas como a demarcação de Reservas Indígenas e a criação das RESEX.

Sendo assim:

As Reservas Extrativistas foram concebidas como territórios contínuos que não deveriam ser divididos, como ocorria com a reforma agrária convencional, de propriedade da União, para usufruto de comunidades com tradição no uso sustentável dos recursos naturais, por meio de contratos de concessão de uso, condicionados a planos de manejo dos recursos. (ALLEGRETTI, 2008, p.47).

Paralelamente ao movimento dos seringueiros, a configuração internacional que colocava em voga a proteção ambiental, em resposta aos documentos publicados, dentre os quais do Clube de Roma (1970), *Os Limites do Crescimento*, colocavam em xeque a defesa dos recursos naturais exercendo pressão internacional sobre a forma de gestão nas florestas amazônicas. Dessa forma, a criação de reservas extrativistas passa a configurar nos acordos de investimentos firmados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) como medida de ordenamento territorial, inclusive como medida prévia ao asfaltamento da BR-364 (ALLEGRETTI, 2008).

Vale ressaltar ainda, um marco importante no direito agrário que afeta diretamente a relação entre os donos da terra e seus usuários e as questões de territorialidade. Foi publicação da Lei de Terras (Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850) que define o direito a propriedade da terra bem como sua exploração social. Sob esse ponto de vista, Cavalcanti (2002) destaca a criação da moderna propriedade de terra separou o trabalhador da terra do seu meio de produção e ainda, permitiu a criação do trabalho assalariado, em outras palavras, é o desenvolvimento capitalista no país. Essa Lei teve fundamental importância na geração de conflitos permitindo vantagens extrajudiciais com a legalização da grilagem (CAVALCANTI, 2002). A Lei de Terras surgiu no âmbito da abolição da escravatura de forma a garantir a posse da terra para aqueles que residiam e produziam nela e ao mesmo tempo, para evitar que os ex-escravos fossem em busca de terras não se submetendo ao trabalho assalariado. Esta lei permaneceu praticamente inalterada, havendo uma mudança na Constituição de 1946 que atribui função social à propriedade da terra e a Constituição de 1988 que institucionaliza a desapropriação para fins de reforma agrária, fato regulamentado pela Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993 (CAVALCANTI, 2002).

E as reservas extrativistas foram estabelecidas pela confluência de diversas condições que favoráveis se deram no tempo devido. As RESEX são, portanto, o resultado de uma tentativa de conciliar a resolução de problemas sócio-econômicos com a conservação da floresta nativa; como política específica de reforma agrária e proteção ambiental, à semelhança dos modelos criados nos países desenvolvidos para proteger seus recursos naturais, no entanto, adaptado para permitir a presença humana (ALLEGRETTI, 2008). Foi a reação em conjunto das comunidades afetadas, principalmente os seringueiros, com os movimentos ambientalistas, nacional e internacionalmente (MACIEL, 2003).

A RESEX representa, portanto, um tipo criativo de solução para os seringueiros, consolidando uma experiência de conservação com presença humana superando dilemas de implantação de políticas ambientais (CAVALCANTI, 2002).

Segundo Siena, Müller e Fachinelo (2010, p.02),

Diversos autores apontam que o processo de criação das RESEX foi influenciado pela aliança dos seringueiros e povos indígenas com ambientalistas e organizações não-governamentais (ONGs) nacionais e internacionais, contando com apoio de pesquisadores brasileiros que se uniram às demandas. (ALLEGRETTI, 1997; 2008; GONÇALVES, 2003; ALMEIDA, 2004).

Vale ressaltar o êxito do movimento dos seringueiros que articulados por partidos políticos, mas não dirigidos por eles construíram alianças com vários setores da sociedade, sensibilizando a opinião pública e viabilizando seu intuito (ALLEGRETTI, 1997; ALLEGRETTI, 2002).

Sendo assim, o Decreto n.º 98.863, de 23 de janeiro de 1990 cria a Reserva Extrativista do Alto do Juruá, no Acre – a primeira RESEX. Subsequentemente, o Decreto n.º 98.897, de 30 de janeiro de 1990 institucionaliza as RESEX, definindo-as como espaços destinados à exploração sustentável, e sua afirmação veio através da Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000, com a instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), dentre os quais, as RESEX, em seu artigo 18, cuja regulamentação foi dada pelo Decreto n.º 4.340, de 22 de agosto de 2002.

3.1.1 Forma de Gestão das RESEX

A institucionalização das reservas extrativistas só foi possível devido a um conjunto de condições, o que garantiu sua forma única de organização conciliando a permanência dos seringueiros, a manutenção de sua cultura e o caráter ambiental. Para a concretização desta ideia foi também necessária a construção de condições por parte da esfera governamental na consecução dos órgãos que fariam sua gestão, fiscalização e disposição de aparato técnico para os produtores.

Conforme o Decreto 98.897, de 30 de janeiro de 1990, cujo conteúdo dispõe sobre as RESEX tem-se que a utilização por populações extrativistas será realizada mediante contrato

de concessão, na forma do art. 7º do Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967. Ressalta-se que o artigo 4º permite a quebra do contrato “quando houver quaisquer danos ao meio ambiente ou a transferência da concessão inter vivos”.

Segundo a Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o SNUC, em seu art. 18, § 2º:

A Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

Obedecendo, portanto, as normas do SNUC, as RESEX serão geridas por um Conselho Deliberativo, que poderá ser composto por representantes de Associações de Moradores, Organização dos Seringueiros (OSR), cooperativas e representantes da sociedade civil, presididos por um servidor do Órgão Gestor (SIENA, *et al.*, 2011).

Poderá haver Plano de Manejo, desde que previamente aprovado pelo Conselho Deliberativo, com prévia aprovação do órgão executor. Poderá ainda, ocorrer exploração comercial dos recursos madeireiros em bases sustentáveis, conforme regulamento específico e Plano de Manejo.

O Estado de Rondônia possui 25 reservas extrativistas (listadas no quadro 02, p.44). Devido à pequena quantidade de técnicos e pouca infraestrutura, as RESEX foram agrupadas em regiões: Porto Velho, Guajará Mirim, Machadinho d'Oeste e Costa Marques (SIENA; FACHINELO; MAIA, 2010).

Segundo Siena, Fachinelo e Maia (2010) as reservas carecem de recursos financeiros, técnico e questões básicas como escolas, postos de saúde, estradas, energia elétrica entre outros, levando ao entendimento de que o maior problema das RESEX de Rondônia é a própria gestão. Melhores condições são encontradas nas reservas de gestão federal (SIENA; FACHINELO; MAIA, 2010).

Ainda segundo Siena, Fachinelo e Maia (2010) em algumas RESEX há desmatamento realizado pelos próprios moradores com o objetivo de abrir espaço para cultivo agrícola ou criação de gado, no entanto, sem gerar grandes impactos.

Fato grave é a constatação de inoperância do poder público permitindo a interferência de fazendeiros e grupos saqueadores protegidos na gestão das reservas extrativistas (SIENA; FACHINELO; MAIA, 2010).

3.1.2 RESEX em Rondônia

Durante o POLONOROESTE, foi realizada a primeira aproximação do zoneamento socioeconômico (ZSEE), tendo sendo instituído em 1988. Em seguida, com o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO), cuja meta assegurava a criação de unidades de conservação estaduais, deu-se a criação da maioria das áreas protegidas do Estado, ainda durante os anos de 1990 (SIENA; FACHINELO; MAIA, 2010).

O PLANAFLORO, executado mediante contrato de empréstimo nº 3444/BR com o BIRD, teve seu início em 01/01/1991 e término em 30/09/2002 e seu objetivo era “viabilizar a ocupação econômica e auto-sustentada do Estado de Rondônia, por meio da melhoria da qualidade de vida dos produtores rurais e do manejo adequado dos recursos naturais” (MPOG, 2002). No entanto, a criação de um elevado número de UC's em um curto prazo ocasionou uma série de problemas tais como a demarcação inadequada de certas áreas, ausência de diretrizes básicas e falta de aparelhamento institucional, entre outros (AGRA, 2004).

Em 1991, com a criação da Organização dos Seringueiros de Rondônia (OSR) em 1991, bem como, outras associações envolvendo os municípios com seringais, novo impulso passa a ser dado, visto terem com objetivo principal garantia da criação de RESEX. Dessa forma, um mapeamento foi realizado no período de 1991-1994 com objetivo de identificar as áreas propícias, nas quais já havia presença de famílias seringalistas (MOREIRA, 2010). No entanto, a influência de organismos internacionais foi decisiva a partir da exigência de criação de Unidades de Conservação como requisito para aprovação ou continuidade de financiamentos para projetos a partir da década de 1980 (SIENA; FACHINELO; MAIA, 2010).

Moreira (2010) cita, a partir dos documentos do GT RESEX (2006), a extrema fragilidade na região com instabilidades legais, com pouco aparato legal para implementação das reservas, também ressaltadas por Allegretti (2006, *apud* SIENA; FACHINELO; MAIA, 2010). No ano de 2000 foi publicada a lei de criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, com diretrizes e critérios para exploração sustentável dos recursos naturais, no entanto, as esferas de governo não se dedicaram à Elaboração dos Planos de Manejos e Uso Múltiplo das Reservas, papel que lhes cabia, acarretando ainda mais problemas (MOREIRA, 2010).

De acordo com Ribeiro e outros (2005) Rondônia tem um total de 106.617 km² de áreas protegidas, totalizando 45% do seu território, sendo que, o equivalente a 54% das Áreas Protegidas rondonienses foram criadas durante a vigência do PLANAFLORO.

De acordo como Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) Rondônia possui 14.498,9618 km² destinadas as RESEX, totalizando 25 (vinte e cinco) reservas, 21 de gestão estadual e 4 de gestão federal (CNUC).

O quadro 2 detalha quais são as RESEX existentes em Rondônia.

Quadro 2 - Reservas extrativistas do Estado de Rondônia

Nr	Nome da Unidade (Esfera Administrativa Estadual)	Localização	Área (km ²)	Órgão Gestor
1	Reserva Extrativista Angelim	Machadinho D'Oeste	83,8394	Sedam
2	Reserva Extrativista Aquariquara	Machadinho D'Oeste	192,7641	Sedam
3	Reserva Extrativista Castanheira	Machadinho D'Oeste	96,6103	Sedam
4	Reserva Extrativista Curralinho	Costa Marques	17,0472	Sedam
5	Reserva Extrativista Do Itaúba	Machadinho D'Oeste	16,0436	Sedam
6	Reserva Extrativista Freijó	Machadinho D'Oeste	6,2852	Sedam
7	Reserva Extrativista Garrote	Machadinho D'Oeste	8,6594	Sedam
8	Reserva Extrativista Ipê	Machadinho D'Oeste	8,1950	Sedam
9	Reserva Extrativista Jaci-Paraná	Buritis, Nova Mamoré, Porto Velho	2.003,2006	Sedam
10	Reserva Extrativista Jatobá	Machadinho D'Oeste	13,3882	Sedam
11	Reserva Extrativista Maracatiara	Machadinho D'Oeste	86,6002	Sedam
12	Reserva Extrativista Massaranduba	Machadinho D'Oeste	61,7456	Sedam
13	Reserva Extrativista Mogno	Machadinho D'Oeste	24,1310	Sedam
14	Reserva Extrativista Pedras Negras	Alta Floresta D'Oeste, Costa Marques	1.265,2071	Sedam
15	Reserva Extrativista Piquiá	Machadinho D'Oeste	12,7856	Sedam
16	Reserva Extrativista Rio Cautário	Costa Marques, Guajará Mirim	1.510,5540	Sedam
17	Reserva Extrativista Rio Pacaás Novos	Guajará Mirim	3.504,4253	Sedam
18	Reserva Extrativista Rio Preto-Jacundá	Machadinho D'Oeste	1.197,6962	Sedam
19	Reserva Extrativista Roxinho	Machadinho D'Oeste	10,3902	Sedam
20	Reserva Extrativista Seringueira	Machadinho D'Oeste, Vale do Anari	4,7554	Sedam
21	Reserva Extrativista Sucupira	Machadinho D'Oeste	28,1835	Sedam
Nr	Nome da Unidade (Esfera Administrativa Federal)	Localização	Área (km ²)	Órgão Gestor
1	Reserva Extrativista Do Rio Cautário	Guajará-Mirim	751,2506	ICMBIO
2	Reserva Extrativista Barreiro Das Antas	Guajará-Mirim	1.061,1124	ICMBIO
3	Reserva Extrativista Lago Do Cuniã	Porto Velho	521,0289	ICMBIO
4	Reserva Extrativista Rio Ouro Preto	Guajará-Mirim, Nova Mamoré	2.013,0628	ICMBIO

Fonte: CNUC – Cadastro Nacional de Unidades de Conservação.

Na atualidade os moradores destas reservas exploram o açaí nativo, a castanha-da-Amazônia, o óleo da copaíba, látex e babaçu, no entanto, possuem, em boa parte, baixo valor agregado levando os produtores a enfrentar a concorrência competitiva de outros produtos, principalmente em termos de custo, qualidade e entrega (SIENA *et al*, 2011). Além de outras formas de exploração como a madeireira e agricultura.

Como está claro, o processo de criação de áreas protegidas rondonienses teve sua gênese nos mesmos moldes do restante da região amazônica. No entanto, seus problemas são característicos e, portanto, requer análise individualizada. A forma de gestão adotada pelos atores responsáveis por tal tarefa, bem como, a ação dos grupos existentes na região podem exigir políticas públicas específicas, o que pode ser observado na escolha metodológica aplicada à presente pesquisa.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 Tipologia da pesquisa

Uma dificuldade para determinação dos procedimentos metodológicos está na própria dificuldade inerente à teoria institucional, dentro da sociologia organizacional. Não há consenso sobre conceitos-chaves, métodos e formas de medidas padronizadas. Segundo Tolbert e Zucker (2010, p.194), “[...] a teoria institucional ainda não desenvolveu um conjunto central de variáveis-padrão, não tem metodologia de pesquisa, padronização nem tampouco conjunto de métodos específicos.” Diante desse problema, essa pesquisa buscou ser conduzida conforme a orientação desses autores.

Compreender o grau de institucionalização do conceito de Reservas Extrativistas certamente acarreta adentrar em questões pouco exploradas, trazendo luz a fenômenos subjacentes, e envolve interpretação cognitiva de atores sociais, motivo pela qual essa pesquisa tem característica exploratória em corte transversal (RICHARDSON, 2007, apud SIENA, 2009; CRESWELL, 2010).

Uma estrutura institucionalizada, do ponto de vista de Tolbert e Zucker (2010, p. 199) “[...] é a que é considerada, pelos membros de um grupo social, como eficaz e necessária; ela serve, pois, como uma importante força causal de padrões estáveis de comportamento” de forma que o grau de institucionalização poderá mostrar a tendência ou não da institucionalização no interior das RESEX.

Tolbert e Zucker (2010, p.209) sugerem que quando uma pesquisa dentro da área institucional é compreender o grau de institucionalização em um corte no tempo, a pesquisa deve ser feito via *survey* sobre: a) a percepção dos atores quanto à eficiência da estrutura ou por meio de questionário sobre atributos relacionados, ou b) utilizando questionários “[...] sobre atributos relacionados ao grau de institucionalização, tais como grau de certeza subjetiva sobre os julgamentos feitos”.

Os autores também indicam a triangulação de dados e métodos como forma de se ter confiabilidade nos estudos institucionalistas. A triangulação é entendida como uma combinação de múltiplas estratégias de pesquisa, combinando dimensões qualitativas e

quantitativas de análise, cujos benefícios são: congregar controle de vieses; congregar identificação de variáveis; completar um conjunto de fatos e causas; enriquecer constatações obtidas; e reafirmar a validade e confiabilidade das descobertas (DUFFY, 1987; MARTINS e THEÓPHILO, 2009).

Optou-se, portanto, por trabalhar com os seguintes instrumentos de pesquisa: análise de documentos, legislação e posicionamento de *experts* sobre o assunto e entrevista semi-estruturada e base de dados da pesquisa do projeto “Busca da Sustentabilidade para os Produtos Não-Madeiráveis (PFNM) para o Estado de Rondônia”, conforme descrição no subitem “operacionalização das variáveis”.

4.2 Identificação da população e definição da amostra

A unidade de análise da pesquisa foi o campo organizacional das Reservas Extrativistas de Rondônia sob as concepções teóricas de Dimaggio e Powell (1983) e Fligstein (2007), compreendidos como os atores sociais das organizações diretamente relacionados com a área legalmente protegida, definidos a partir do relatório final do projeto de pesquisa “Busca da Sustentabilidade para os Produtos Não-Madeiráveis (PFNM) para o Estado de Rondônia”.

Quadro 3 - População dos atores sociais que compõem o Campo Organizacional das Reservas Extrativistas

Atores públicos	Atores Privados
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM).	Extrativistas Organização dos Seringueiros de Rondônia (OSR), Associações e Cooperativas relacionadas.

Fonte: Elaborado pela autora.

Por ser uma pesquisa exploratória, procurou-se compreender o fenômeno por meio de estudo de campo, ao invés do *survey* sugerido por Tolbert e Zucker (2010). Entende-se que

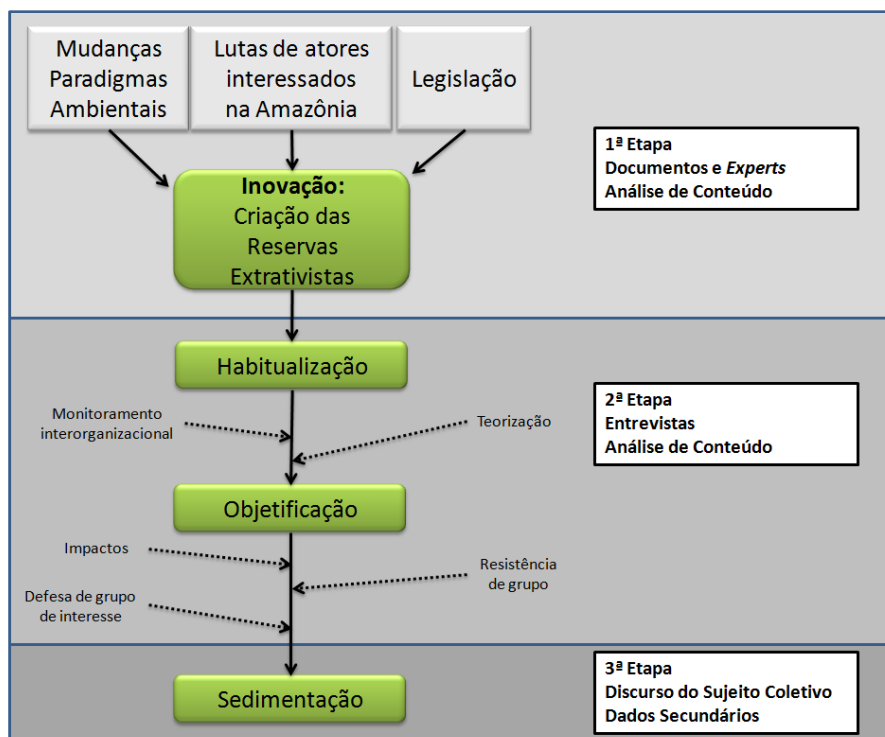
para essa pesquisa era mais importante compreender o fenômeno por meio de amostras intencionais e não probabilísticas, mas que contivesse atores-chaves do que uma amostra definida por estatística descritiva (GIL, 2002).

Foram, portanto, identificados dentro dessa população atores relevantes para essa pesquisa, conforme próprio diagnóstico apresentado em Siena *et al* (2011). A importância dos atores para essa pesquisa definiu qual instrumento de pesquisa deveria ser empregado.

4.3 Operacionalização do modelo de medição do grau de institucionalização

Para mensurar o grau de institucionalização, adaptou-se o modelo proposto por Tolbert e Zucker (2010), conforme figura 4. Como pode ser observado, a diferença entre essa figura e a apresentada pelos autores está nas fontes de inovação. A criação e institucionalização das Reservas Extrativistas tem sido um processo pautado nas mudanças da sociedade no que tange a sustentabilidade dos recursos naturais (Mudança Paradigmática), nas forças sociais exigindo que Unidades de Conservação do Meio Ambiente permitissem a presença humana (Forças Sociais), além das regras formais emanadas do poder público (Legislação).

Figura 4 – Processos de institucionalização



Fonte: Adaptado de Tolbert e Zucker, 2010, p.205.

A primeira etapa da pesquisa consistiu em compreender documentalmente a evolução do conceito de Reservas Extrativistas. Buscou-se compreender historicamente as condições pré-institucionalizantes desse conceito envolvendo a definição legal de uma área definida para atividade para extrativistas (social) e de preservação do meio ambiente. Além disso, buscou-se analisar a visão de *experts* que publicam em relatórios técnicos, livros e artigos acadêmicos e de revistas, servindo, portanto, para formar impressões mais aprofundadas acerca do tema.

Ainda nessa **primeira etapa**, buscou-se identificar leis e regulamentações sobre Reservas Extrativistas, bem como a evolução, também entendida como uma das forças que determinam as inovações. Toda essa primeira fase foi realizada por meio de técnica de análise de conteúdo, seguindo as etapas de leitura, codificação e categorização do conteúdo dos documentos definidos (BARDIN, 2004).

Evidências indicam que a habitualização tem ocorrido de forma diferenciada entre as duas principais organizações que executam e regulam as atividades de gestão e fiscalização das Reservas Extrativistas: a SEDAM e o ICMBio. Diante disso, essas organizações foram compreendidas como organizações-chaves para a institucionalização do conceito de Reservas

Extrativistas em Rondônia, bem como as associações dos extrativistas foram, da mesma forma, consideradas. Portanto, a **segunda etapa** consistiu realizar entrevistas semi-estruturadas com os responsáveis pelas organizações para compreensão de como ocorre o monitoramento interorganizacional, teorização, impactos, resistências de grupos, e defesa de grupos diretamente interessados.

Por fim, na **terceira etapa**, dados obtidos com a pesquisa “Busca da Sustentabilidade para os Produtos Não-Madeiráveis (PFNM) para o Estado de Rondônia” foram analisados a partir da perspectiva dos próprios atores, permitindo a identificação da consolidação interna do conceito de RESEX, por meio da comparação do nível de institucionalização destes atores. Sua análise foi realizada através do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) (LEFEVRE, CRESTANA e CORNETTA, 2003).

O quadro 4, a seguir, sintetiza as etapas de pesquisa e análise.

Quadro 4 - Etapas de pesquisa

Etapas	Amostra	Instrumento	Justificativa
1	Legislação, documentos e experts	Análise de conteúdo	Compreender os motivos da criação das Reservas Extrativistas e os posicionamentos subjacentes
2	CMBio e SEDAM; Associações de Extrativistas e outras Organizações Representativas.	Entrevistas Semi-estruturadas; Análise de conteúdo.	São as organizações executoras das atividades dentro das Reservas Extrativistas, suas ações são capazes de institucionalizar o seu conceito. Assim, pode evidenciar o desalinhamento do conceito de RESEX preconizado pelas organizações reguladoras e as representações dos extrativistas
3	Extrativistas	Dados Secundários; Discurso do Sujeito Coletivo.	Identificar como os Extrativistas se consideram dentro do conceito concebido.

Fonte: elaborado pela autora.

4.4 Tratamento dos dados e análise dos resultados

4.4.1 Análise dos documentos, legislação e posicionamento dos *experts*

Os dados coletados através da análise da documentação, legislação e posicionamento dos *experts* foram tratados a partir da análise de conteúdo. A análise de conteúdo foi

importante para a compreensão do caminho que levou a institucionalização do conceito de Reservas Extrativistas, e ainda para definição das variáveis-atributos que fundamentaram as entrevistas realizadas. Tal técnica foi desenvolvida por Pierre Bardin (2004). Para o autor, a análise de conteúdo é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter [...] indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 2004).

Sua análise foi sistematizada em etapas, tendo como principais a Pré-análise, Exploração do Material e Tratamento dos resultados e interpretações. A primeira consiste na coleta e organização dos materiais a serem utilizados na pesquisa. Em seguida, busca-se uma exploração mais profunda, organizando as informações em categorias. Por fim, faz-se a interpretação dos resultados, podendo utilizar operações estatísticas, visando a inferência (BARDIN, 2004; MARTINS e THEÓPHILO, 2009).

Para se chegar aos documentos para análise de conteúdo, teve-se como ponto de partida inicial as publicações do projeto “**Busca pela Sustentabilidade dos Produtos florestais Não-Madeiráveis de Rondônia**”, dentre os quais artigos publicados em anais de congressos, revistas e dissertações, a partir da qual se fez uma análise sistemática de suas referências (quadro 5).

Quadro 5 – Principais documentos publicados pelo Projeto “Busca pela Sustentabilidade dos Produtos florestais Não-Madeiráveis de Rondônia”

Item	Documentos
1	Constatações Sobre Reservas Extrativistas no Estado de Rondônia.
2	Ilhas de altas produtividades: inovação essencial para a manutenção dos seringueiros nas reservas extrativistas.
3	Problemas de gestão das reservas extrativistas em Rondônia (BR): a visão dos gestores.
4	Visões de sustentabilidade de atores da cadeia produtiva dos produtos florestais não-madeiráveis.
5	Reserva Extrativista “Chico Mendes”: meio ambiente ameaçado pelo desflorestamento.
6	A produção extrativa e o manejo florestal em reservas extrativistas: o caso da RESEX Aquariquara de Rondônia.
7	Valoração econômico-ambiental de uma alternativa produtiva na reserva extrativista “Chico Mendes”.
8	Produtos florestais não-madeiráveis (PFNM) no Estado de Rondônia e as visões de desenvolvimento, sustentabilidade e extrativismo.
9	Estimativa do estoque de madeira para os dez maiores municípios em relação ao número de empresas florestais cadastradas no estado de Rondônia.
10	Produtos Florestais Não Madeiráveis (PFNMs): as <i>filieres</i> do açaí e da castanha da Amazônia.
11	O produto florestal não madeirável (PFNM) Amazônico açaí nativo: proposição de uma organização social baseada na lógica da cadeia e rede para potencializar a exploração local.
12	Produtos Florestais Não-Madeiráveis (PFNMs) da Amazônia: uma visão autóctone da cadeia-rede da castanha-da-amazônia no estado de Rondônia.
13	Marketing de Relacionamento: estratégia para redução do grau de assimetria nas relações de produtores de produtos florestais não-madeiráveis e organizações de assessoria técnica, comportamental e informacional que os orientam.
14	Descrição da cadeia produtiva do látex e do óleo de copaíba produzidos no Estado de Rondônia.
15	Potencial para o desenvolvimento da cadeia produtiva do babaçu no médio e baixo Rio Madeira.
16	Gestão de marca sustentável para produtos florestais não-madeiráveis em Porto Velho.
17	Ambientalismo no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) na Amazônia Legal.
18	A sustentabilidade da produção extrativa da RESEX do Rio Ouro Preto (RO).
19	Produção sustentável em reservas extrativistas.
20	A sustentabilidade da produção extrativa na RESEX do Rio Ouro Preto/RO.
21	Marketing de relacionamento orientado para as trocas relacionais na rede de valor dos produtos florestais não madeiráveis.
22	Análise de viabilidade na reserva rio preto jacundá sob orientação da renda média nominal mensal da população tradicional.
23	Gestão do conhecimento em reservas extrativistas.
24	Sustentabilidade econômica da produção extrativista não-madeirável (PFNM) na reserva do Lago do Cunã.

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir desses trabalhos, buscou-se em suas referências bibliográficas títulos de trabalhos que continham termos como “Amazônia”, “Reservas Extrativistas”, “Populações Tradicionais”, “Extrativismo”, “RESEX”. Também ensejou a análises destes novos

referenciais, ampliando a busca, o que resultou na identificação dos principais autores relacionados com RESEX, os quais são citados no quadro 6, não excluindo os próprios documentos utilizados como ponto de partida.

Quadro 6 – Autores mais citados nas publicações do “Projeto Busca pela Sustentabilidade dos Produtos florestais Não-Madeiráveis de Rondônia”

Item	Autores	Citações	Item	Autores	Citações
1	A. A L. G. Andrade	2	17	Imazon - Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia	1
2	Alfredo K. O. Homma	10	18	ISA - Instituto Sócio-ambiental	1
3	Álvaro de Oliveira D'antona	2	19	José Fernandes do Rêgo	9
4	Ana Maria A. L. Almeida	1	20	Lúcia H. O. Cunha	1
5	Anadalvo J. Santos	2	21	M. M. B. Gama	1
6	Artur Souza Morét	1	22	Maria T. J. Pádua	2
7	Bertha K. Becker	14	23	Mário Otávio Batalha	1
8	Cláudia C. Cunha; Carlos F. Loureiro	2	24	Mary Helena Alegretti	22
9	Cristina Teixeira	2	25	Oscar Lameira Nogueira	1
10	D. Celentano; A. Verissimo	1	26	OSR - Organização dos Seringueiros de Rondônia	1
11	Danilo C. Iglioni	2	27	Paulo Kageyama	7
12	F. G. P. Guerra	1	28	Pedro Jacobi	1
13	Fábio Olmos	3	29	Raimundo C. G. Maciel	8
14	Francisco C. S. Cavalcanti	6	30	Rinaldo Arruda	3
15	GTA - Grupo de Trabalho Amazônico	2	31	Rosineide Bentes	1
16	IEA - Instituto de Estudos Amazônicos	1		TOTAL	112

Fonte: Elaborado pela autora.

Para a análise dos documentos, legislação e posicionamento dos *experts*, foram criadas 69 (sessenta e nove) categorias, 496 (quatrocentas e noventa e seis) citações conforme pode ser observado no Apêndice A. Dentre essas, as categorias que mais guardam aderência com a proposta dessa pesquisa e, portanto, exploradas foram: atores sociais; condições que geraram a formulação da proposta de RESEX; construção social de políticas públicas; inovação; problemas encontrados na gestão das RESEX; conceito de RESEX; entre outras.

Para executar a análise de conteúdo utilizou-se a ferramenta ATLAS.ti registrada pela marca ATLAS.ti Scientific Software Development GmbH, originária de Berlin, Alemanha. É um Programa para Análise de Dados Qualitativos com Auxílio de Computador (*Computer*

Assisted Qualitative Data Analysis Software - CAQDAS) desenvolvido para análise qualitativa. Sua principal função está em “[...] garantir uma maior sistematicidade para o seu trabalho de análise, através de uma melhor organização do material e do fornecimento de um suporte para as suas ideias” (ATLAS.TI, 2011).

4.4.2 Análise das entrevistas semi-estruturadas

Os dados coletados através de entrevistas semi-estruturadas, cujo objetivo foi explorar o grau do conceito de institucionalização dos atores de organizações envolvidas com RESEX, a partir da análise de seus pontos de vista. Estas organizações são responsáveis pelo monitoramento, gestão e fiscalização. As primeiras são representadas pela SEDAM e ICMbio, organizações responsáveis por ações coercitivas e normativas e, as organizações não-governamentais representadas pelas associações de moradores ou extrativistas, onde se verificou o desalinhamento do conceito pelo conjunto de organizações.

A análise de conteúdo também foi utilizada para explorar os dados obtidos através de entrevistas, uma vez que pode ser aplicada virtualmente a qualquer tipo de forma de comunicação (MARTINS e THEÓPHILO, 2009).

Foram realizadas 11 (onze) entrevistas com representantes das organizações, conforme especificado no quadro 7.

Quadro 7 – Síntese das entrevistas semi-estruturadas

Item	Instituição	Quantidade
1	SEDAM	3
2	ICMbio	4
3	Associações de moradores e/ou extrativistas	4
	Total de entrevistas	11

Fonte: dados de pesquisa.

Ao buscar a essência nos detalhes das entrevistas e, com a realização da etapa anterior de análise documental e visão de *experts*, buscou-se uma codificação (quadro 8) que permitisse a compreensão do posicionamento destes atores.

Quadro 8 – Códigos das entrevistas semi-estruturadas.

Item	Códigos
1	CONCEITO DE RESEX
2	GESTÃO E FISCALIZAÇÃO
3	NORMAS E LEGISLAÇÃO
4	RELAÇÃO INSTITUCIONAL
5	PRODUÇÃO E RENDA
6	PROBLEMAS E MELHORIAS

Fonte: elaborada pela autora, com base nos dados.

Os códigos, no entanto, resumem uma categorização bem mais expressiva, que encontra-se apresentados na análise dos resultados.

4.4.3 Análise dos dados secundários

A terceira etapa, que apresenta os dados obtidos com a pesquisa “Busca da Sustentabilidade para os Produtos Não-Madeiráveis (PFNM) para o Estado de Rondônia”, teve como objetivo verificar a consolidação interna do conceito de RESEX a partir da perspectiva dos próprios atores. Assim, a amostra consistiu em atores envolvidos com gestão das RESEX, extração e distribuição dos produtos, tais como os produtores, intermediários e organizações relacionadas, sendo, respectivamente, composta por 79 (setenta e nove) atores, destes, 46 (quarenta e seis) extrativistas ou produtores e 33 (trinta e três) representantes das organizações.

Por extrativistas se compreende os moradores das RESEX, cuja subsistência baseia-se na extração de produtos não-madeireiros. Por organizações compreende-se as organizações privadas tais como, associações de moradores rurais, de produtores, de seringueiros, bem como públicas, tais como Secretaria de Desenvolvimento Ambiental (SEDAM), Associação

de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia (EMATER), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária (SEAGRI).

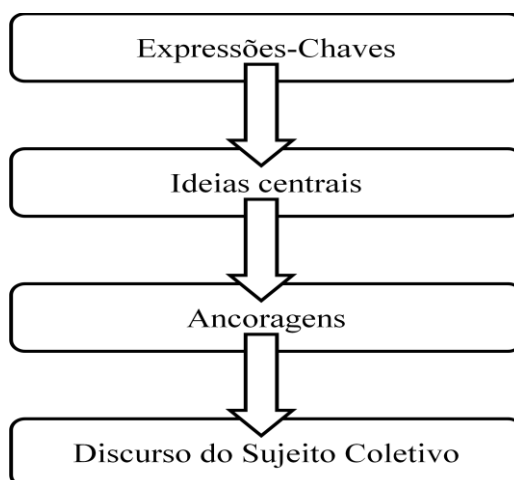
Foi perguntado a estes atores, de forma aberta, três questões com vistas a compreensão do conceito de reservas extrativistas conforme sua formulação inicial, a qual relaciona-se com desenvolvimento sustentável, tal como segue:

1. Para você qual o significado de extrativismo?
2. Para você qual o significado de desenvolvimento?
3. Para você qual o significado de sustentável?

Para análise dos dados optou-se pela utilização do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), que é uma proposta de organização e tabulação de dados qualitativos de natureza verbal, obtidos de depoimentos (LEFEVRE e LEFEVRE, 2006).

Esta técnica foi elaborada por professores da Universidade de São Paulo (USP) e Instituto de Pesquisa do Discurso do Sujeito Coletivo (IPDSC), esta última uma instituição particular utilizada para divulgação da técnica. A técnica do sujeito coletivo (DSC) pode ser utilizada como ferramenta de sistematização de experiências acumuladas (LEFEVRE, CRESTANA e CORNETTA, 2003). O DSC é uma proposta de organização e tabulação de dados qualitativos de natureza verbal, obtidos de depoimentos (LEFEVRE e LEFEVRE, 2006). Fundamenta-se na teoria da Reprodução Social e seus fundamentos sociológicos (LEFEVRE, CRESTANA e CORNETTA, 2003).

Sua matéria-prima é o depoimento organizado em um ou mais discursos-sínteses escrito na primeira pessoa do singular, expressando dessa forma o discurso como se uma coletividade fosse o emissor, como se fosse um único discurso (LEFEVRE, CRESTANA e CORNETTA, 2003; LEFEVRE e LEFEVRE, 2006). De cada resposta (de uma entrevista) individual ou depoimento, tira-se as “expressões-chaves”, que são partes mais significativas da mensagem, revelando a essência do conteúdo do discurso. Em seguida, destaca-se as ideias centrais que são uma síntese das expressões-chaves, as quais poderão ser descritas sinteticamente por meio da ancoragem, que por fim levarão a representação de um “eu coletivo” no discurso do sujeito coletivo em si (LEFEVRE *et al*, 2003; LEFEVRE; LEFEVRE, 2006).

Figura 5 - Etapas do DSC

Fonte: Elaborado pela autora.

Esta metodologia visa dar maior acuidade e validade à pesquisa, auxiliando a encontrar o “porquê” ao invés de apenas identificar um problema. Sua aplicação tem demonstrado eficácia para o processamento e expressão das opiniões coletivas (LEFEVRE; LEFEVRE, 2006). Conforme destaque de Lefevre e Lefevre (2006), o DSC, não deve ser confundido com uma representação social de uma coletividade, mas tão apenas como uma camada desta, podendo ser agregadas diversas outras camadas diretamente sobre a primeira.

Para auxiliar na análise foi utilizado o aplicativo QualiQuantSoft, desenvolvido por Lefèvre e Lefèvre (Faculdade de Saúde Pública da USP) com base no DSC.

A ideia de sujeito coletivo pode ser utilizada do ponto de vista da teoria institucionalista, cujo objeto, as relações sociais, são também vistas como um produto coletivizado das reações individuais tornadas comuns, permitindo a compreensão do discurso oriundo das populações extrativistas do estado de Rondônia.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 Análise dos documentos e posicionamento dos *experts*

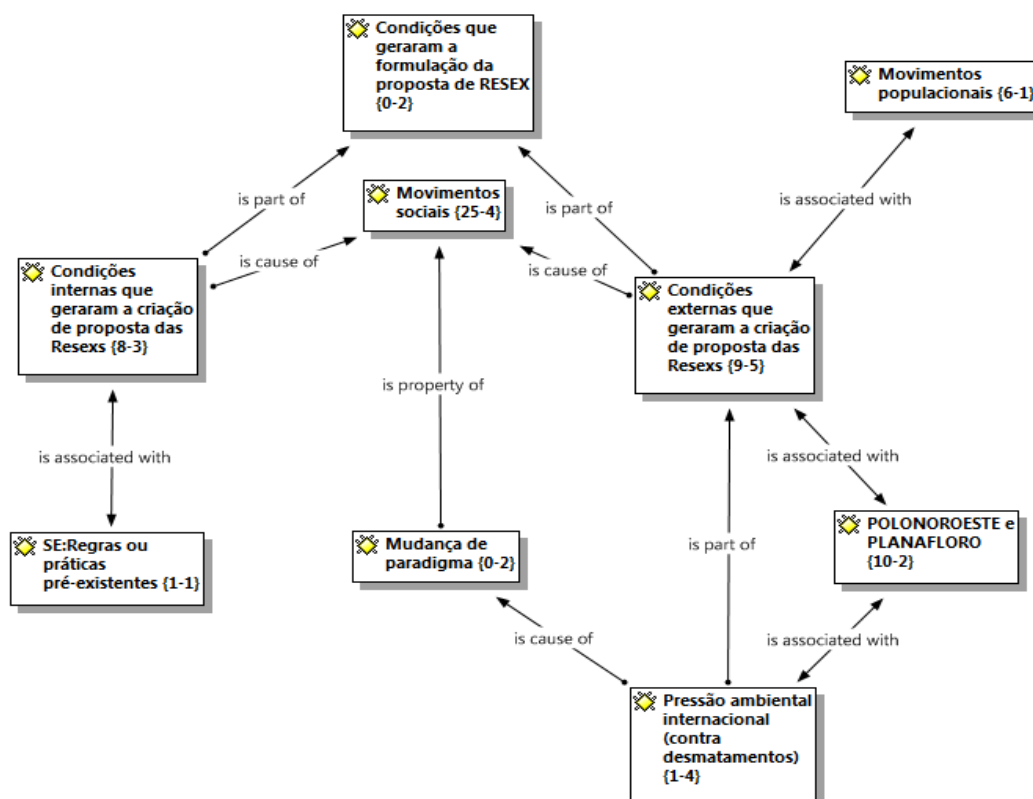
5.1.1 Condições que geraram a formulação da proposta de RESEX

As reservas extrativistas representam uma inovação na governança das florestas brasileiras, uma vez que um novo modelo passa a ser utilizado, congregando conservação e utilização sustentável. Conforme os *experts*, a criação das RESEX é resultante de um processo de mobilização social que se depreendeu como um movimento de contestação à ação coercitiva do governo federal, ao desencadear na região amazônica um processo de desenvolvimento incompatível com a realidade local. Tal processo buscava ampliar as fronteiras agrícolas, o que acarretava desflorestamento da cobertura vegetal e a marginalização das populações que viviam no interior da floresta.

O processo de criação das Reservas Extrativistas como inovação institucional foi claramente uma paulatina construção de uma nova perspectiva social. Essa nova ordem consiste em um arranjo socioeconômico onde os seringueiros passaram a ter o direito de uso das florestas para seu sustento (extrativismo), inserindo-os no mercado, gerando renda e emprego e, ao mesmo tempo, propiciando a conservação dos recursos naturais, onde os próprios seringueiros passam a atuar como protetores do meio ambiente. Do ponto de vista sociológico, trata-se de uma proposta altamente elaborada, posto que considera a permanência das populações nas RESEX, garantindo seu *habitat*, como resposta as lutas sociais, em um modelo que une o formato de reservas indígenas americanas com a realidade local (ALLEGRETTI, 2008).

Para compreender os fatores pré-institucionalizantes das Reservas Extrativistas, buscou-se, dentro da análise dos documentos, construir uma codificação de determinantes que ensejaram na proposta desse tipo de Unidade de Conservação. Essa codificação foi denominada *condições que geraram a formulação da proposta de RESEX*, conforme apresentado no Apêndice A, e sua construção foi realizada conforme figura 6.

Figura 6 - Condições que geraram a formulação da proposta de RESEX



Fonte: Dados de pesquisa.

Essas condições estão relacionadas a duas determinantes, as condições internas e as condições externas que se relacionam com as regras e práticas pré-existentes na Amazônia, efeito dos movimentos sociais, populacionais, mudanças de paradigmas pressões internacionais entre outros. Historicamente a grande migração populacional aos estados amazônicos ocorreu devido aos períodos áureos da borracha no final do século XIX até a primeira década do século passado, e posteriormente na segunda guerra mundial. Após o declínio da produção da borracha amazônica, os *barões da borracha* (seringalistas) abandonaram os seringais; entretanto, muitas famílias permaneceram nas florestas, tornando-se posteriormente as populações tradicionais, vivendo exclusivamente do que a floresta oferece (ARRUDA, 1999; MACIEL, 2003; ALLEGRETTI, 2008). Esse fato constitui, portanto, pedra fundamental do conceito de Reservas Extrativistas.

A partir da ação do governo sob uma perspectiva desenvolvimentista, em especial do Governo Militar, denota-se a implementação da política de expansão da fronteira agrícola brasileira. Programas voltados ao desenvolvimento da região amazônica são praticados, com destaque para o POLONOROESTE, “exercendo a ordem” a medida que impõe novo formato a realidade local e privilegiando os grandes fazendeiros que através da intermediação bancária passam a ser os novos donos dos seringais, modificando o processo produtivo – deixam de privilegiar o extrativismo em detrimento da agropecuária.

Essa situação coercitiva do governo brasileiro impactou diretamente os já estabelecidos povos amazônicos, e que depreciou suas condições de vida com a vinda dos novos donos da terra, marginalizando-os, e, sem seu local de habitação e sustento entram em conflitos visando a manutenção do seu direito de uso da floresta (ALLEGRETTI, 2002).

Este novo momento é caracterizado por restrições para os grupos que já viviam nas florestas, cuja posição se transforma em um movimento de contestação. Entretanto, o objeto desta contestação era exclusivamente a propriedade da terra. Destaca-se que naquele momento pré-institucionalizante o ponto principal em nada se relacionava à questões de degradação ambiental, desmatamento, sustentabilidade ou termos semelhantes. O problema central estava muito mais destacado sob a visão social da luta de classes. Os textos, embora rechacem a abordagem marxista, certamente, a discussão está em fundamentações dessa origem, muito embora com uma roupagem mais modernizada.

Conforme foi citado por Allegretti (2008, p. 41), os conflitos sociais,

Caracterizaram-se pelo confronto entre diferentes modalidades de acesso à propriedade da terra, tendo, de um lado, posseiros, e, de outro, grandes empresas que se apossaram destas terras por meios ilícitos, ou que as compraram de antigos proprietários sem respeitar direitos adquiridos dos que ali viviam.

Uma das formas utilizadas pelos povos da floresta na busca de estabelecer certa ordem social foi através dos “empates”. Os empates configuraram um movimento elaborado por pelos seringueiros contra o desmatamento e foi, provavelmente, a primeira ação organizada desses grupos sociais. Nos empates, os próprios seringueiros se colocavam como barreira, impedindo o avanço de máquinas e impedindo o desflorestamento (ALLEGRETTI, 1997; VALIANTE, 2008).

O que se pode destacar, no âmbito dessa pesquisa, é que o desenvolvimentismo fez surgir a crise que determinou os conflitos e a quebra da estabilidade pré-existente. E é a partir

dessa tensão, os conflitos no interior do campo extrativista, que foi direcionada a dinâmica do processo para definição de um conceito de Reserva Extrativista.

Foi possível verificar dentro do âmbito da pesquisa, que diversos trabalhos apontam para os movimentos sociais como aspecto importante na formação das RESEX (25 citações estabelecem essa ligação). Um movimento social relevante foi a criação da Aliança dos Povos da Floresta, em 1989, formada pelos seringueiros e indígenas superando quaisquer conflitos internos com a consciência de que ambos sofrem as consequências da exploração econômica dos seringais e esse grupo estabelecido formaram efetivamente coalizões políticas em prol de negociação comum que culminou na futura proposta de RESEX.

Com crescimento da visibilidade do movimento extrativista, variados segmentos unificaram-se em torno do mesmo objetivo: a garantia de um espaço institucionalmente determinado para a atividade extrativista. Entre estes se destacam não apenas os indígenas e seringueiros, mas também se unem a eles políticos de orientação socialista, ambientalistas, sindicatos, igreja católica, entre outros.

De fato, a força propulsora da ideia de uma área de proteção ambiental com a presença humana está diretamente relacionada aos fatos históricos descritos, entretanto, fica claro na análise dos documentos que as mudanças paradigmáticas em nível internacional, no que se refere à proteção do meio ambiente surge como fator determinante para o fortalecimento local dessa proposta.

A pressão gerada pelos movimentos internacionais gerou a oportunidade necessária para a coalizão dos povos da floresta encontrar o momento e as causas oportunas para a ação. Isso fica claro quando da criação de organizações que atuaram diretamente pela busca de uma solução para os problemas. Estas já com articulações baseadas nas dimensões econômicas (subsistência dos seringueiros), cultural e social (perpetuação das populações tradicionais) e ambiental (defesa do meio ambiente).

Fator de grande destaque nos documentos, bem como de conhecimento geral, é a atuação de líderes como Chico Mendes, cuja ação foi responsável pela unificação dos segmentos citados. Em busca de visibilidade para o movimento, Chico Mendes participa de diversas conferências, inclusive internacionais, alertando autoridades ambientais quanto aos ocorridos na região amazônica. Sob esse aspecto, importante frisar a perspectiva teórica que aponta a importância dos atores não organizacionais como relevantes no processo de institucionalização. Nesse caso Chico Mendes, certamente pode ser enquadrado como líder

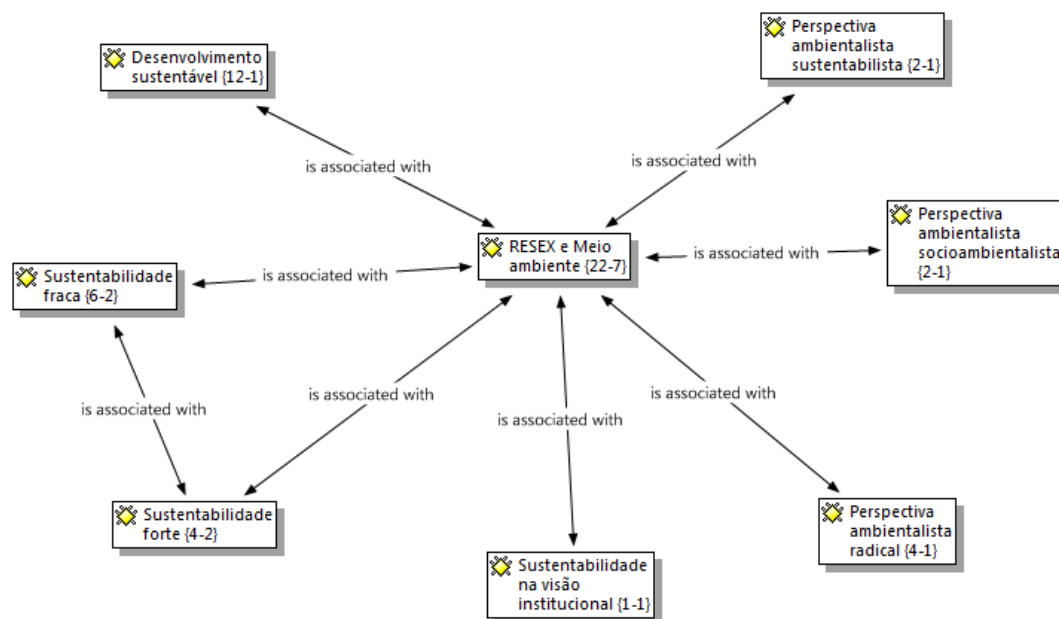
mais hábil do que os demais (FLINGESTEIN, 2007) no processo de institucionalização. Ou seja, o campo organizacional ainda em fase de estruturação tem Chico Mendes como ator chave representante de um grupo que busca melhores *payoffs* e que de fato aconteceu, valendo-se das condições internas e externas favoráveis à defesa das florestas.

5.1.2 RESEX, Meio ambiente e sustentabilidade

Conforme já mencionado, a coalizão de forças (seringueiros, índios, ambientalistas) foi determinante para o início do processo de institucionalização do conceito de RESEX. Embora todo o movimento histórico tenha relevância, se torna difícil acreditar que uma proposta de área protegida para atuação extrativista tivesse sido institucionalizada sem a perspectiva ambiental. Tanto é assim que a Reserva Extrativista é definida como Unidade de Conservação da biodiversidade conciliada com a presença humana, que extrai produtos das florestas sem as prejudicar.

Portanto, buscou-se nos documentos selecionados compreender quais as relações que foram estabelecidas entre as Reservas Extrativistas e a relação com o meio ambiente. Após triagem inicial, foi possível codificar termos como meio ambiente, desenvolvimento e meio ambiente, novo paradigma ambiental, sustentabilidade forte e fraca, perspectivas ambientalistas sustentabilistas, socioambientalistas, radical, sustentabilidade na perspectiva na visão institucional, retiradas de 53 (cinquenta e três) citações dos autores.

A figura 7 apresenta as categorias relacionadas ao conceito de RESEX e meio ambiente.

Figura 7 - RESEX e Meio Ambiente

Fonte: Dados de pesquisa.

Em nível internacional o conceito de desenvolvimento sustentável consensual foi formalizado com o relatório da Comissão Brundtland, em 1987. Entretanto, antevendo a necessidade de apoio para uma consolidação do conceito de RESEX, já em 1985, com a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), buscaram-se terminologias semelhantes como força para criação das RESEX. Na análise de vários documentos que se referem ao CNS o texto “[...] espaços territoriais destinados à utilização sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis” está sempre presente.

Como necessariamente a sustentabilidade deve levar em consideração a interpretação por parte dos atores sociais, a discussão acerca de conceitos de sustentabilidade passou a ter importância. Basicamente, a perspectiva econômica neoclássica sobre sustentabilidade tem dois enfoques: a sustentabilidade fraca e a sustentabilidade forte. Na primeira, a preocupação com o capital total fica evidente, na qual o declínio de recursos naturais em detrimento da elevação de capital produzido seria sustentável desde que o capital total permanecesse constante. Para a sustentabilidade forte, surge a necessidade de predefinição de um capital natural constante, intocável, baseado na compensação ambiental (AMAZONAS, 2002).

Essas duas formas de interpretar sustentabilidade economicamente implica diretamente na forma como a incorporação do conceito de Reservas Extrativistas foi

apropriado pelos atores sociais. Dessa forma, a sustentabilidade fraca seria uma perspectiva na qual o uso dos recursos madeireiros e não madeireiros dentro de RESEX não seria insustentável, desde que os benefícios sociais suplantassem as perdas ambientais. A outra perspectiva, um pouco mais prudente, define qual o limite de uso dos recursos naturais, como observância na capacidade de resiliência do ecossistema. Ainda sim, o centro da questão está mais calcado nos benefícios das populações tradicionais do que os ambientais³.

Outro ponto relevante diz respeito às perspectivas ambientais, categorizadas em ambientalista radical, sustentabilista e socioambientalista. A primeira refere-se uma perspectiva de preservação radical, cuja exclusão da presença humana é primordial para proteção do meio ambiente. A vertente sustentabilidade, por sua vez, pauta-se na ecoeficiência e modernização ecológica, preocupa-se com o crescimento econômico e os impactos ambientais, buscando desta forma, equilíbrio entre exploração econômica e conservação ambiental. A perspectiva socioambientalista, defende a conciliação de preservação ambiental e permanência das populações tradicionais, opondo-se à intocabilidade da natureza bem como sua modernização.

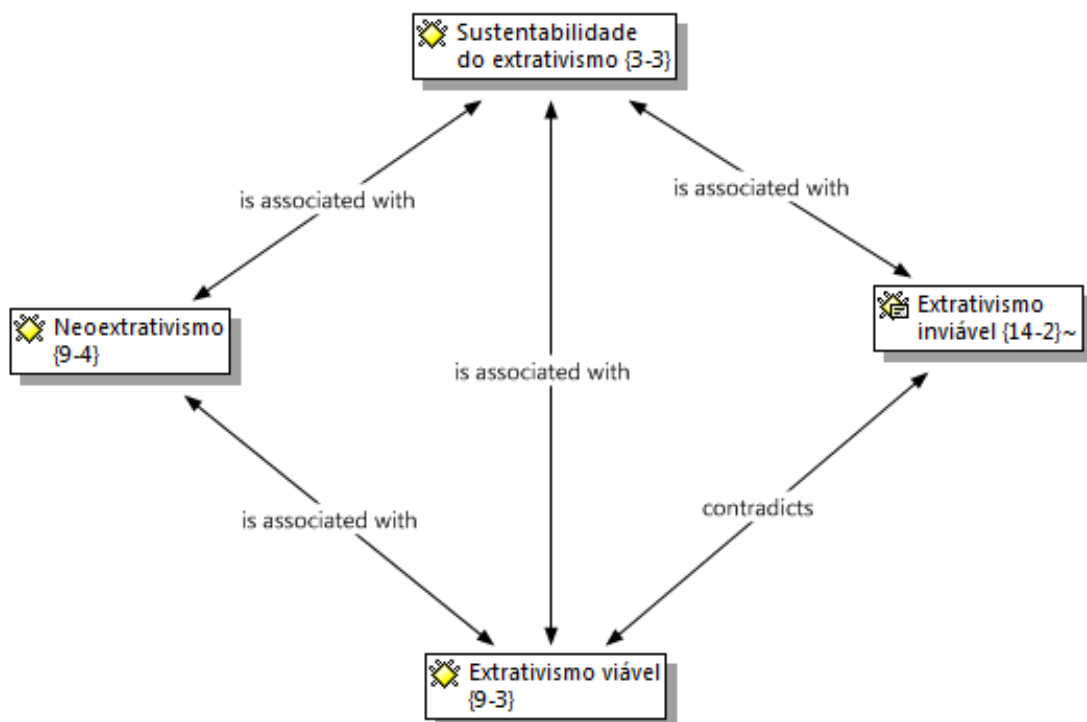
Considerando a institucionalização legal das RESEX, pode-se concluir que a influência da corrente socioambientalista prevaleceu, dado modelo de reserva adotado no Brasil. Entretanto a discussão entre os *experts* não é unânime acerca do assunto, muito pelo contrário. A divergência é grande e, de certo, esse dissenso reflete na forma de interpretação do conceito de Reservas Extrativistas de cada um dos atores, o que não raramente ocorre em observância aos interesses específicos.

Por fim, um aspecto não negligenciável acerca do posicionamento dos *experts* é o posicionamento sobre a viabilidade da atividade extrativa. Passados vinte anos da criação da primeira reserva a sua viabilidade é posta em cheque por diversos autores tais como Homma, Olmos e Pádua, que consideram que o extrativismo: é uma atividade fadada ao fracasso; não cumpre a função para qual foi proposta e; não possui relação com conservação. Por outro lado Rego, Maciel e Alegrete são *experts* que compreendem o extrativismo como legítimo.

³ Outras perspectivas econômicas são identificadas nos documentos como a economia ecológica, entretanto, essas duas perspectivas, de acordo com a análise proposta, foram as mais importantes.

Na figura 8 observa-se que apesar de terem sido identificadas 14 (quatorze) citações para a inviabilidade do extrativismo, sua viabilidade ainda permanece superior, com 18 (dezoito) citações.

Figura 8 - Visões sobre a viabilidade do extrativismo e das RESEX



Fonte: Dados de pesquisa.

Dois são os pontos focais: a utilização dos recursos naturais como modo eficaz de garantia da sobrevivência e resultados ambientais não muito claros em respeito a efetiva conservação das florestas. Se considerado restritivamente, ou seja, em sua forma pura (extração e coleta) qualquer tipo de inovação aplicada ao processo produtivo já o descaracterizaria. A propósito, RESEX e extrativismo não são necessariamente a mesma coisa, visto que uma consiste numa proposta de desenvolvimento para a região amazônica e o outro é uma atividade econômica. Conforme afirmou Allegretti (1994), as RESEX bem poderiam ter recebido a nomenclatura de “reservas de desenvolvimento sustentado” ou ainda “reservas de ecodeenvolvimento”.

No entanto, segundo argumentos de alguns *experts*, o extrativismo pode ser considerado viável se modificado para um formato que agregue outras formas de exploração econômica, tais como sistemas agroflorestais e ilhas de alta produtividade, ganhando uma nova nomenclatura: neoextrativismo. Pode ainda, ser considerado como agroextrativismo se combinado com atividade agrícola e agropecuária.

O neoextrativismo seria, portanto, a forma mais viável de exploração econômica, uma nova técnica subordinada aos padrões socioculturais dos extrativistas, em todas as instâncias de sua vida social.

Neoextrativismo é um conceito ligado à totalidade social, a todas as instâncias da vida social: a econômica, a política e a cultural. Na dimensão econômica, é um novo tipo de extrativismo, que promove um salto de qualidade pela incorporação de progresso técnico e envolve novas alternativas de extração de recursos associadas com cultivo, criação e beneficiamento da produção. (RÊGO, 1999).

O fato que parece claro é uma relação inequívoca entre o modelo apresentado pelo governo brasileiro, que aproxima-se do socioambientalismo – no qual os extrativistas vivem da comercialização de *commodities* florestais não madeiráveis – e a insustentabilidade econômica dos extrativistas e a ambiental da Unidade de Conservação. Estudos apontam para esse caminho (TEIXEIRA, 2010; MOREIRA, 2010; SIENA, OLIVEIRA, *et al.*, 2011) e parecem dar razão à *experts* como Homma. Mesmo os que defendem a viabilidade do extrativismo concordam com a inviabilidade na perspectiva socioambientalista, mas apontam para o neoextrativismo como forma de tornar viáveis as atividades dentro de RESEX por meio de inovações, um conceito que na prática pouco se percebe.

5.1.3 As normas e regulações do processo de institucionalização das RESEX

Até o momento a análise da institucionalização do conceito de Reserva Extrativista esteve relacionada à descrição dos fatos históricos pré-institucionalizantes, bem como a análise do posicionamento de *experts* acerca da definição dessa Unidade de Conservação, muito desses baseados na experiência brasileira de aproximadamente 20 anos desde a primeira Reserva Extrativista foi legalmente institucionalizada.

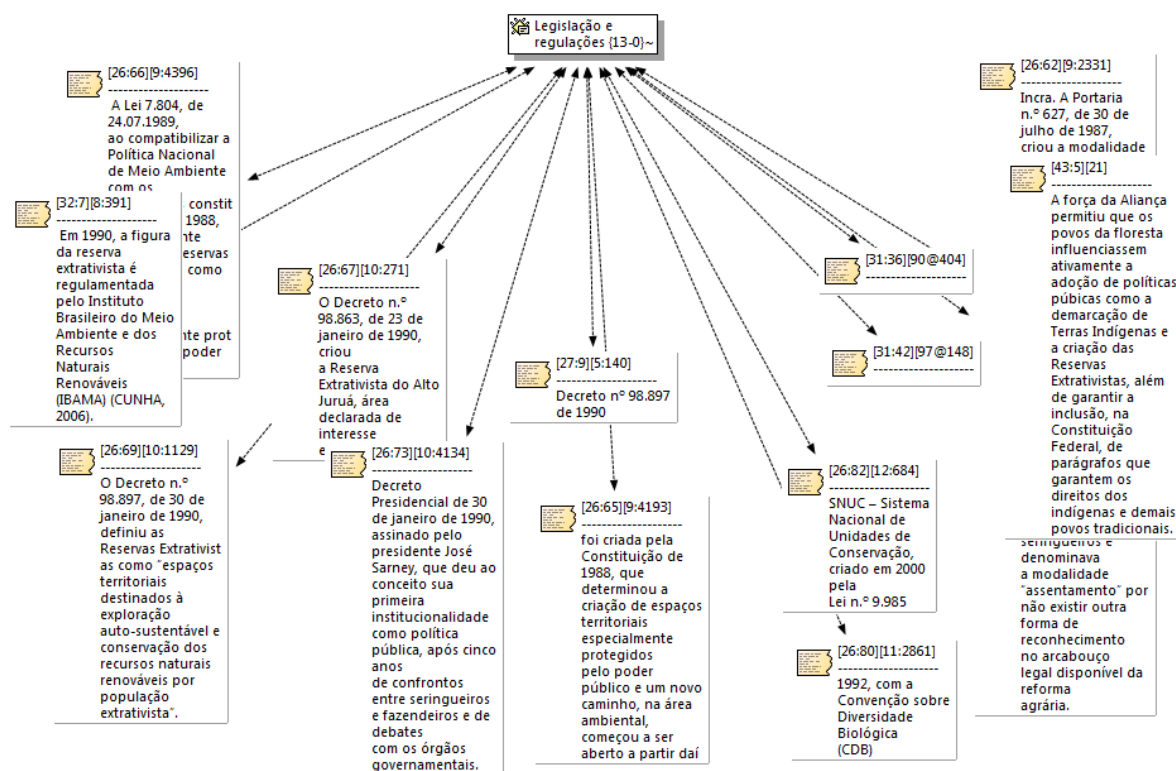
O resgate do conceito de instituição mostra também a legislação vigente como as “regras do jogo”, são as regras formalizadas e representam importante fonte de

parametrização do comportamento humano, ainda que essas regras formais podem não ser obedecidas por motivos diversos.

Assim, a evolução das leis marcam as instituições formais as quais podem ser interpretadas tanto na visão de Scott (1994), a partir do seu modelo em camadas, quanto na inovação de Tolbert e Zucker (2010).

A partir da documentação analisada foi possível identificar quais normas foram importantes para institucionalização das RESEX, do ponto de vista dos *experts*. A figura 9 apresenta as citações encontradas a esse respeito.

Figura 9 – Citações referentes normas e regulações



Fonte: Dados de pesquisa.

São leis e decretos que configuraram o ambiente das reservas, cujo marco inicial pode ser considerado a Lei de Terras (1850). Esta lei foi uma das primeiras que discutiu o direito agrário depois da independência brasileira. Estabeleceu a compra como única forma de acesso a terra e, com isto, permitiu que fosse transformada em mercadoria e explorada economicamente. A Lei de Terras pode ser considerada um marco para o desenvolvimento

capitalista no Brasil, visto que criou a moderna propriedade da terra e sua separação do trabalhador, seu meio de produção e ainda, instauração do trabalho assalariado. Assim, a ocupação de terras pode ser considerada do ponto de vista histórico, como uma forma eficaz de luta utilizada pelos movimentos sociais. A forma como o governo brasileiro agiu nos processos de colonização da Amazônia, seria então, um reflexo da importância da especulação fundiária, visto que, a titulação de novos donos foi uma ação comum nas décadas de 1960 e seguintes. O quadro 9, a seguir, apresenta as principais normas e regulações criadas durante todo o processo de institucionalização das reservas extrativistas.

Quadro 9 - Normas e Regulações importantes no processo de institucionalização das RESEX

Normas e Regulamento	Descrição
Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850 – Lei de Terras.	Define o direito a propriedade da terra bem como sua exploração social
Lei nº 1.806, de 06 de janeiro de 1953.	Cria o Plano de Valorização Econômica da Amazônia.
Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967.	Dispõe sobre loteamento urbano, responsabilidade do loteador concessão de uso e espaço aéreo e dá outras providências.
Portaria n.º 627, de 30 de julho de 1987.	Criar a modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista.
Constituição de 1988.	Criação de espaços territoriais protegidos pelo poder público.
Lei 7.804, de 18 de julho de 1989.	Compatibilizou a Política Nacional de Meio Ambiente com os dispositivos constitucionais de 1988.
Decreto nº 98.863, de 23 de janeiro de 1990.	Cria a Reserva Extrativista do Alto do Juruá, no Acre – a primeira RESEX.
Decreto 98.897, de 30 de janeiro de 1990.	Dispõe sobre as reservas extrativistas.
1992 – Eco-Rio.	Convenção sobre a Diversidade Biológica – CDB.
Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993.	Regulamenta a desapropriação para fins de reforma agrária.
Decreto 2.519 de 16 de março de 1998.	Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992.
Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.	Instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC
Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.	Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC.

Fonte: Dados de pesquisa.

Em seguida, como uma forma de valorizar a Amazônia a partir de uma matriz agropecuária e promover a integração regional, diminuindo o isolamento de algumas regiões do restante do país, foi criado o Plano de Valorização da Amazônia, instituído em 1953. Esta mesma lei cria a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia⁴ (SVPEA)

⁴ A SVPEA foi extinta através da Lei nº 5.173 de 27 de outubro de 1966, onde se dá a criação da SUDAM.

responsável pela implementação do plano. Mais tarde foi substituída pela Superintendência da Amazônia (SUDAM). É também através da Lei 1.806 que se dá a institucionalização da Amazônia Legal, o conceito político dado à Amazônia brasileira, incorporando parte dos estados do Maranhão, Goiás e Mato Grosso, de forma a planejar e desenvolver a região. Cavalcanti (2002, p.80) considera que a SVPEA não atingiu seus objetivos, no entanto, pode-se dizer que a lei auxilia na consolidação da responsabilidade do Estado diante do desenvolvendo da Amazônia.

O Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, trata entre outras questões, da concessão de uso dos terrenos públicos, cujo Art. 7º especifica os fins: “regularização fundiária de interesse social, urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra, aproveitamento sustentável das várzeas, preservação das comunidades tradicionais e seus meios de subsistência ou outras modalidades de interesse social em áreas urbanas”. O seu parágrafo 4º faz observância quanto a transferência inter vivos ou por sucessão legítima ou testamentária. Esta norma deixa claro a utilização sustentável dos recursos e a concessão para as comunidades, atuando como sustentáculo para o modelo de RESEX.

Em 1985, com a realização do 1º Encontro Nacional dos Seringueiros, onde foi criado o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), foi formulada a primeira proposta de reservas extrativistas, unindo o modelo de reservas indígenas com a possibilidade de concessão de uso e aproveitamento sustentável.

Em seguida, tendo em vista que as reivindicações dos extrativistas não estavam sendo atendidas, Chico Mendes consegue importante apoio da direção do INCRA que publica a Portaria n.º 627, em 1987, que cria a modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista “destinado à exploração de áreas dotadas de riquezas extrativas, através de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações que ocupem ou venham a ocupar as mencionadas áreas”. Allegretti (2008) observa que esta Portaria é um marco na história das reservas, pois, é a partir de sua publicação que se reconhece o modo de vida dos povos locais, tendo o termo ‘assentamento’ utilizado por não haver outra denominação mais adequada. O INCRA também possibilitou a inclusão das Reservas Extrativistas na Assembleia Nacional Constituinte como modalidade de assentamento (FACHINELLO e SIENA, 2009).

A Constituição de 1988, por sua vez, institucionaliza a desapropriação de terras para reforma agrária e cria espaços territoriais especialmente protegidos pelo poder público. Seu

Capítulo VI trata especificamente do Meio Ambiente, que no Art. 225 afirma que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. A Carta Magna traz em seu bojo clara alusão ao desenvolvimento sustentável e a competência de definir em todas as unidades da federação os espaços territoriais citados.

A Lei 7.804, de 18 de julho de 1989, altera a Política Nacional de Meio Ambiente buscando a tônica dada à Constituição. Dessa forma, em seu Art. 9^a, VI estabelece “a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público federal, estadual e municipal, tais como áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico e reservas”

O Decreto n.º 98.897, de 30 de janeiro de 1990, define em seu Art. 1º, que “as reservas extrativistas são espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista”. No entanto, a primeira RESEX foi oficialmente criada com o Decreto nº 98.863, de 23 de janeiro de 1990. Este cria a Reserva Extrativista do Alto Juruá, no Estado do Acre. O Art. 3º do Decreto cita a utilização da Constituição Federal (Art.225) e o Plano Nacional de Meio Ambiente como seu sustentáculo.

Allegretti (2008), cita que nesse mesmo período, o Presidente José Sarney assina o Decreto Presidencial de 30 de janeiro de 1990, que deu ao conceito de RESEX sua primeira institucionalidade como política pública, após cinco anos de confrontos entre seringueiros e fazendeiros e de debates com os órgãos governamentais.

A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) também pode ser considerado um marco na história das RESEX. A CDB foi assinada durante a ECO-92 por 175 países, sendo ratificada mais tarde por 168, inclusive o Brasil por meio do Decreto nº 2.519 de 16 de março de 1998. Estabelecia normas e princípios sobre o uso sustentável e proteção e conservação da diversidade biológica com destaque para o reconhecimento e valorização dos conhecimentos tradicionais. Allegretti (2008) faz um destaque sobre este último, uma vez que está associado “a práticas, saberes, inovações, que é produzido há séculos, ou de forma imemorial, por indígenas e comunidades tradicionais”.

No ano seguinte, é publicada a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que regulamenta os dispositivos constitucionais referentes à reforma agrária. É de grande importância o seu Art. 2º que prevê a desapropriação de propriedade rural para fins de

reforma agrária, visto que, juntamente com a concessão de uso, dará sustentáculo a futura Lei do SNUC.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), criado através da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, oferece as diretrizes para criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Divide as UC's em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável, neste último configuram as Reservas Extrativistas. Seu Art. 18 esclarece que:

A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

Em um só conceito reuniu as expressões “reservas extrativistas”, cuja atividade a ser realizada é o “extrativismo”, praticado pelas “populações tradicionais”, as quais devem ser protegidas juntamente com o meio ambiente.

A regulamentação das Reservas Extrativistas foi dada mais tarde por meio do Decreto nº 4.340, publicado em 22 de agosto de 2002. Este decreto determina as indicações necessárias para criação de uma RESEX, tais como sua denominação, a população tradicional residente e as atividades econômicas, de segurança e de defesa nacional envolvidas. Fica claro, que à criação de RESEX deverá ser precedido estudos técnicos e consulta pública, quando for o caso, bem como Plano de Manejo. O decreto também especifica como será realizada sua gestão, que se dará por meio do órgão executor e de forma compartilhada com a comunidade, através do conselho consultivo ou deliberativo.

Por fim, compreende-se que o processo de institucionalização do conceito de RESEX, teve como pilar principal a discussão social das populações tradicionais que se sentiram afrontados diante do crescimento do agronegócio na região norte do Brasil, dentro do bioma amazônico. A questão ambiental que até então era periférica passou a ter conotação central, dada a crescente importância do tema para a comunidade internacional, entretanto, o cerne do conceito ainda parece ser mais social do que ambiental, posto que caso o meio ambiente estivesse em primeiro lugar, certamente a política mais fácil de ser implementada seria a de definição de uma área de proteção sem a presença humana.

Destaca-se o fato de a lei colocar como objetivo básico a proteção dos meios de vida dos extrativistas, bem como sua cultura por meio de manuseio sustentável dos recursos

naturais, o que claramente reflete o posicionamento socioambientalista, mantendo a conciliação entre homem e natureza. Entretanto, a amplitude de como essa conciliação possa acontecer tem gerado grande discussão sobre como lidar com os recursos naturais dentro dessas áreas de conservação (o quanto desmatar, ou como recuperar), quais as características dos produtos comercializados (*commodities* ou inovações), entre outros. A ausência de respostas mais claras sobre essas questões amplia em muito as possibilidades de interpretação da função da Reserva Extrativista por parte de atores sociais sejam organizacionais ou não.

5.2 Organizações-chave: ICMBio, SEDAM e Associações de Extrativistas

Dando continuidade na segunda etapa da pesquisa, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, conforme descrito nos procedimentos metodológicos para compreender os movimentos que antecedem a Objetificação e Sedimentação do conceito de Reservas Extrativistas. A análise preliminar das entrevistas levou a 5 (cinco) codificações, as quais contém 24 (vinte e quatro) categorias, conforme Quadro 10.

Quadro 10 – Categorização das entrevistas semi-estruturadas com base no conceito de RESEX

CÓDIGOS	CATEGORIAS
CONCEITO DE RESEX	ENT:Proposta Inicial
	ENT:Questão Ambiental
GESTÃO E FISCALIZAÇÃO	ENT:Plano de Manejo
	ENT:Fiscalização
	ENT:Gestão
	ENT:Infraestrutura
	ENT:Estrutura
	ENT:Normatização
RELAÇÃO INSTITUCIONAL	ENT:ONGS
	ENT:Parceiros das RESEX
	ENT:SEDAM x Associação
	ENT:SEDAM x ICMBIO
	ENT:ICMBIO x Associação
PRODUÇÃO E RENDA	ENT:Agricultura
	ENT:Extrativismo
	ENT:Manejo Madeireiro
	ENT:Pesca
	ENT:Renda
	ENT:Inovação
PROBLEMAS E MELHORIAS	ENT:Problemas
	ENT:Conflitos
	ENT:Desmatamento
	ENT:Evasão
	ENT:Melhorias

Fonte: Dados de pesquisa.

Em relação ao conceito de Reserva Extrativista verificou-se que o conceito de RESEX apropriado pelo ICMBio e SEDAM é bastante diferenciado quando ambas são comparadas. As Reservas geridas pelo Estado de Rondônia possuem uma abertura maior para as atividades distintas das extrativas tradicionais. Muitas reservas de jurisdição estadual inclusive tem atividade madeireira em seu interior. Esse, sem dúvida, é um problema inclusive legal porque a atividade madeireira deveria ser, segundo Decreto 4.340, de 22 de agosto de 2002, um rendimento adicional e não central como se tem percebido em Rondônia, como por exemplo, o trabalho de Moreira (2010) mostrando a renda madeireira significativamente superior à extrativista.

A autorização da SEDAM para atuação madeireira dentro de RESEX é uma prática habitualizada conforme a inovação Reserva Extrativista, ou seja, foi o padrão encontrado pela organização diante desse novo conceito.

Madeira é que nem nós: nasce, cresce e morre. Eu sou a favor do plano de manejo de baixo impacto (planejado). Esse tipo corta o cipó com o mínimo de seis meses de antecedência, antes da árvore. Quando corta o cipó ele apodrece e quando corta a árvore ela cai sozinha, causando o mínimo de impacto possível. Quando não corta o cipó, quando vai cortar a árvore ela leva outras com ela. As estradas são planejadas, a retirada é planejada. Seria uma atividade complementar. A idéia é a comunidade ter sempre um tipo de renda alternativa. (Entrevistado do órgão estadual).

Primeiro porque está em desacordo com a legislação vigente, portanto, desrespeitando as regras do jogo. O segundo argumento é social, posto que, muito embora haja elevação de renda para os extrativistas, é difícil de acreditar que um conceito de RESEX concebida na base de “empates” estaria de acordo com desmatamento. Por fim, o mais óbvio dos motivos desse distanciamento é a perspectiva ambiental causado pelo desmatamento.

Para o entrevistado 1 do órgão estadual **“a RESEX se distanciou muito dos seus objetivos; isso é uma preocupação porque o extrativista cria alternativa para melhorar sua renda”**.

Do ponto de vista do ICMBio, tem-se o entendimento que a proposta inicial de RESEX permanece com poucas diferenças. A forma de gestão é apontada como um dos motivos para essa característica, embora tenha sido possível identificar na entrevista que a localização mais isolada das RESEX federais dificulta o acesso, facilitando a gestão, uma vez que problemas como invasão e retirada ilegal de madeira tendem a possuir menor ocorrência.

É importante frisar que a gestão federal está próxima da perspectiva socioambientalista concebida. Considerando o posicionamento dos *experts*, o socioambientalismo é uma perspectiva falida, inclusive por aqueles que defendem o extrativismo. Para esses, a solução é muito mais sustentabilista, considerando mais as inovações do que a prática de comercialização de produtos florestais não madeiráveis na condição de *commodities*. Nesse sentido, não foi possível identificar nas RESEX federais rondonienses nenhuma tentativa de inovação para maiores chances de viabilidade da atividade extrativa.

Percebe-se que o conceito de RESEX não está bem sedimentado, estando compreendido como a própria atividade econômica.

No quesito “gestão e fiscalização”, as diretrizes são dadas pela Lei do SNUC que determina que as reservas extrativistas devam ser regidas por Conselho Deliberativo, este presidido pelo representante do órgão gestor. Esse aspecto das RESEX requer o monitoramento constante, tanto no que diz respeito a relação com os seus moradores quanto entre as próprias organizações, levando a internalização das regras instituídas pela legislação. A existência de relação interorganizacional, no entanto, não eliminou as dificuldades pelas quais passam as reservas.

As RESEX estaduais apresentam maior dificuldade em garantir a fiscalização, visto a grande quantidade de reservas, bem como, sua área, que são acompanhadas por um número reduzido de recursos humanos. Tanto a gestão e a fiscalização são realizadas pelo mesmo órgão, que acumula ambas funções. De forma a garantir o acompanhamento de todas as reservas um gerente regional é indicado, que fica responsável pelas reservas daquela região. Dessa forma, tem-se a região de Guajará-Mirim, Porto Velho, Costa Marques e Machadinho. Esta última região, contém 16 reservas extrativistas e possui apenas um gestor, assim, um maior monitoramento das atividades e uso das florestas é necessário para garantir sua integridade, o que ocorre precariamente. A exceção está na região de Guajará-Mirim que, pela ausência de problemas, tem sua gestão e fiscalização facilitadas.

Já no que concerne as RESEX federais, a gestão é realizada de forma integrada com gestores de outras unidades de conservação, facilitando com isso o seu monitoramento. A gestão integrada foi uma forma encontrada de superar problemas que limitavam o monitoramento, tais como insuficiência de recursos humanos. As visitas são, portanto, agendadas e contam com técnicos e analistas da RESEX Barreiro das Antas, RESEX do Rio Ouro Preto e Parque Nacional Picaás Novos, no caso de Guajará-Mirim, aumentando a eficiência do monitoramento. Esse formato permite a otimização dos recursos financeiros e humanos, bem como, intercâmbio entre os gestores que passam a conhecer a realidade de outras UC's. No entanto, os gestores não conseguem atender a demanda, tendo que estabelecer prioridade, o que os levou a uma maior atuação na gestão compartilhada com a comunidade em detrimento das atividades de fiscalização, sendo estas realizadas, porém, abaixo do necessário. Conforme um dos gestores afirma, “a gente tem tentado focar a prioridade na questão do fortalecimento comunitário, pra que eles possam atuar na fiscalização, na vigilância”.

Muitos problemas de gestão ainda são pertinentes, tais como a existência de poucos profissionais, o que limita a efetividade da gestão e fiscalização. Um dos entrevistados afirmou que “o correto seria cada unidade ter um gerente. Olha Machadinho, ‘ele’ é gerente do escritório regional e ainda presidente do conselho que tem 16 reservas extrativistas. Olha o pepino que o cara tem!”, fazendo alusão a grande quantidade de RESEX estaduais. O problema parece ser o mesmo nas unidades federais, conforme relata o entrevistado do órgão federal,

[...] inclusive é até uma reivindicação dos servidores com relação ao quadro. Apesar de que tem bastante, mas ainda é precário pelo tamanho das unidades. O ICMBIO estabeleceu uma meta de ter dois analistas por unidades, mas não chega a isso. Na média até consegue, mas é muito pouco. Fiscalização não faz com dois, é no mínimo três. Então, tem unidade que existem mais de 40, outras têm um, principalmente na Amazônia.

No caso das reservas federais, também é aparente a evasão de servidores, uma vez que o concurso é realizado em nível nacional, são aprovadas pessoas de outras unidades federativas, as quais voltam para seu local de origem tão logo conseguem uma vaga.

O dispositivo legislativo impõe os critérios, que devem ser considerados na gestão e fiscalização de todas as unidades de conservação exigindo a elaboração de um Plano de Manejo. No entanto, negligência por parte do poder público tem deixado diversas unidades sem o plano, o que inviabiliza a execução de atividades no interior das reservas. Assim, algumas comunidades têm assumido esse papel buscando os meios para elaboração do projeto de manejo.

A legislação também define que além do Plano de Manejo, a atividade econômica no interior da RESEX deve ser auto-sustentável, no entanto, segundo representantes de reservas estaduais

Os criadores desta lei (SNUC) não imaginaram a dificuldade do estado e do governo federal. Fala que após a criação das RESEX o estado tem cinco anos pra criar os planos de manejos. Isso foi em 2000, nós já estamos em 2012, tá com doze anos e continuamos sem plano de manejo. E aí que só podemos fazer exploração madeireira, de ecoturismo se tiver plano de manejo. Aí, o estado não faz porquê falta pessoal, falta dinheiro e as comunidades ficam prejudicadas. A abertura do desenvolvimento da unidade de conservação é o plano de manejo... é a partir dele.. [...].

Uma vez que não existe Plano de Manejo, as atividades não estão regulamentadas e o monitoramento torna-se precário dificultando o controle sobre a sustentabilidade das atividades econômicas.

No que concerne às RESEX federais, constatou-se o contrário, a legislação, por vezes, gera empecilhos já que “tudo precisa de autorização, a gente não pode fazer nada, não pode vender uma madeira”, segundo entrevistado do órgão federal, o que aparenta gerar demora em algumas situações. No entanto, percebeu-se flexibilidade na alteração de normativas, caso que aconteceu com o manejo do jacaré na RESEX Lago do Cuniã, questão que foi amadurecida paulatinamente, criando-se os mecanismos necessários para o manejo do animal.

Institucionalmente, a ausência de investimento em melhorias para as comunidades extrativistas, gera impactos diversos transparecendo abandono do poder público. Isso fica notório, visto poucos mecanismos de estímulo à produção, tais como a Política de Preço Mínimo realizada pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. Política semelhante tem sido buscada pelo Estado, porém, ainda não obteve êxito. Em alguns casos, os moradores contam apenas com as próprias associações como parceiras, figurando vez por outra, organizações não governamentais que oferecem serviço de assistência social. A comparece aplicando treinamentos e fornecendo assistência técnica, porém, sem trabalho continuado na maioria das RESEX.

No geral, tanto a SEDAM, quanto o ICMBIO possuem bom trânsito com as associações realizando diversas atividades de fiscalização em conjunto. Ainda, como o conselho deliberativo é presidido pelo órgão gestor, obrigatoriamente estes estão presentes nas reuniões da comunidade juntamente com a associação. Recíproca semelhante se observa entre os órgãos gestores estadual e federal, também realizando atividades em conjunto quando necessário.

Ressalta-se, no entanto, a atuação do Batalhão de Polícia Ambiental (BPA), criado pela SEDAM para dar apoio às ações realizadas nas unidades de conservação, uma vez que os órgãos fiscalizadores não possuem poder de polícia. Outros parceiros identificados foram a Organização dos Seringueiros de Rondônia (OSR), o Ministério Público e a Polícia Federal.

Em relação à produção e renda, foi identificado junto às RESEX o extrativismo, manejo madeireiro, agricultura e pesca. Na região de Machadinho há predominância de manejo madeireiro que gera renda maior que o extrativismo, cujo mercado tem se reduzido gradativamente, diminuindo seu mercado e, logo, seus preços.

Teorizar segundo Tolbert e Zucker (2010, p. 207) consisti em, após a padronização das atitudes dada pela habitualização, “atribuir à estrutura uma legitimidade cognitiva e normativa” à essa padronização por meio de “avaliação positiva de uma estrutura como solução apropriada”. Nesse sentido, diversas teorizações foram postas a prova dentro das Reservas Extrativistas do Estado de Rondônia.

Nas reservas estaduais, em especial em Machadinho D'Oeste, foi possível identificar possíveis teorizações que conflitaram entre si. A mais clara é a questão do tecido da floresta como uma inovação sustentabilista que agrega preço ao produto final. Entretanto, esse produto não deu certo. Em entrevista com os representantes da Associação foi dito que a atividade pereceu por falta de investimento em beneficiamento, o que impossibilitou a concorrência. Problemas relacionais foram percebidos, visto que o processo de fabricação foi repassado a empresa concorrente por um seringueiro.

A teorização que se destaca, no entanto, foi a atividade madeireira concebida com anuência do órgão estadual. Um grupo contendo representante da associação e membro do órgão estadual foi criado para fazer um levantamento dos favoráveis a criação de reserva, cujo objetivo foi de implantar o Manejo Madeireiro.

É por isso que eu digo, o manejo veio, se não tivesse vindo a gente tava na Reserva Rio Cautário. Não veio por acaso, veio por uma necessidade. Madeira é proibido, a gente vamos fazer o possível pra legalizar, na época, a sedam era contra, é reserva extrativista, não podia explorar, hoje não, hoje vê de outra forma. (Representante de Associação).

Estes atores desempenharam a função de *champions*, cuja teorização foi a exploração madeireira.

No caso da RESEX federal Lago do Cuniã o manejo do jacaré foi uma teorização implementada em 2011, como forma de diminuir os acidentes provocados pelo excesso de população do réptil e, possibilitando o aumento da renda dos moradores. Sua exploração que iniciou no ano de 2011 ocorre mediante estudos previamente realizados de viabilidade garantindo o abate dentro dos limites de perpetuação da espécie.

Em Machadinho, os moradores das reservas estaduais, através de sua associação iniciaram conversações com uma empresa paulista, especializada em comercializar serviços ambientais, especificamente, com interesse na redução de emissões de carbono. Outra inovação buscada pelos mesmos extrativistas foi a produção do tecido vegetal, feito a partir

do látex e cuja produção foi encerrada por falta de incentivos e dificuldades para enfrentar a concorrência de uma empresa paulista que teve acesso a forma de produção do tecido desenvolvendo uma máquina que produz o tecido, inclusive pintado. Assim, a produção local não tem condições de concorrer no mercado. Este tipo de teorização tem conseguido resultado no caso madeireiro, fato que tem sido disseminado para outras reservas.

Em relação aos problemas, muitos já foram descritos na literatura, porém cabe destacar sua permanência, mesmo depois de duas décadas da criação das RESEX, tais como a falta de infraestrutura pública, uma vez que não há postos de saúde e escolas, exigindo que os extrativistas, muitas vezes, transportem-se para a cidade a fim de dar continuidade aos estudos dos filhos. O problema da evasão das famílias parece ocorrer em ambas as RESEX, contrariando o discurso de que “as RESEX iam ser incapazes de suportar a população que ia crescer, mas a realidade tá sendo o contrário em muitos lugares...” Além disso, há casos em que a família é composta por uma única pessoa.

Problemas fundiários também estão presentes, casos que se desenrolam desde a criação, com o aparecimento de títulos de terras que fazem parte de UC's, principalmente pelo fato de que alguns lotes foram vendidos na década de 1980 aos soldados da borracha, não tendo sido assumidos por muitos destes.

Nas RESEX estaduais de Guajará-Mirim apenas foram citados alguns conflitos existentes com indígenas devido a invasão de território, sendo este considerado um problema de governo e necessitando de um trabalho conjunto dos órgãos afins, estaduais e federais, para que se encontre a solução adequada. As famílias de seringueiros estão na iminência e um possível despejo a ser realizado naquela parte da reserva.

Com essa expectativa de serem expulsos, quando eles veem um barco na reserva, eles choram, os mais idosos é que tem um sentimento mesmo, de amor.

Nesta mesma região foi constatada a venda de castanha coletada no interior da RESEX diretamente para fábricas bolivianas, que ensacam e vendem como sua produção.

Desmatamento e extração ilegal de madeira, atuação de pequenos grileiros. Em Machadinho, a existência de muitas estradas favorecem a retirada de madeira. Na RESEX Lago do Cuniã, ocorre a extração “formiguinha”, onde o retirante extrai uma ou duas árvores por vez. Em Guajará-Mirim o isolamento das reservas não permite esse tipo de ação.

Além desses problemas são citados queimadas isoladas e falta de assistência técnica continuada.

Percebe-se nas entrevistas a existência clara de diversos grupos: os extrativistas, os atores de organizações e madeireiros. Os extrativistas buscam a defesa de seu meio de vida, assentados, de preferência, no extrativismo. Os atores de organizações, que dividem-se entre representantes comunitários e governamentais têm o entendimento de que é preciso buscar meios que garantam o bem-estar dessas populações. Os madeireiros, enquanto grupo oposto, busca forma de aumentar sua renda, muitas vezes se utilizando de meios não oficiais.

As melhorias propostas tanto pelos representantes dos órgãos federal e estadual, quanto por representantes de associação não diferem muito entre si, os quais reivindicam mais recursos humanos, sendo este considerado o ponto mais importante, além de incentivos públicos que garantam a geração de renda para os produtores além de infraestrutura pública. No seu conjunto, estas ações garantiriam a permanência das famílias no interior das RESEX.

De forma geral, percebeu-se uma boa compreensão do conceito de RESEX por ambos os atores, bem institucionalizado no seio das organizações, apresentando, no entanto, problemas em sua implementação.

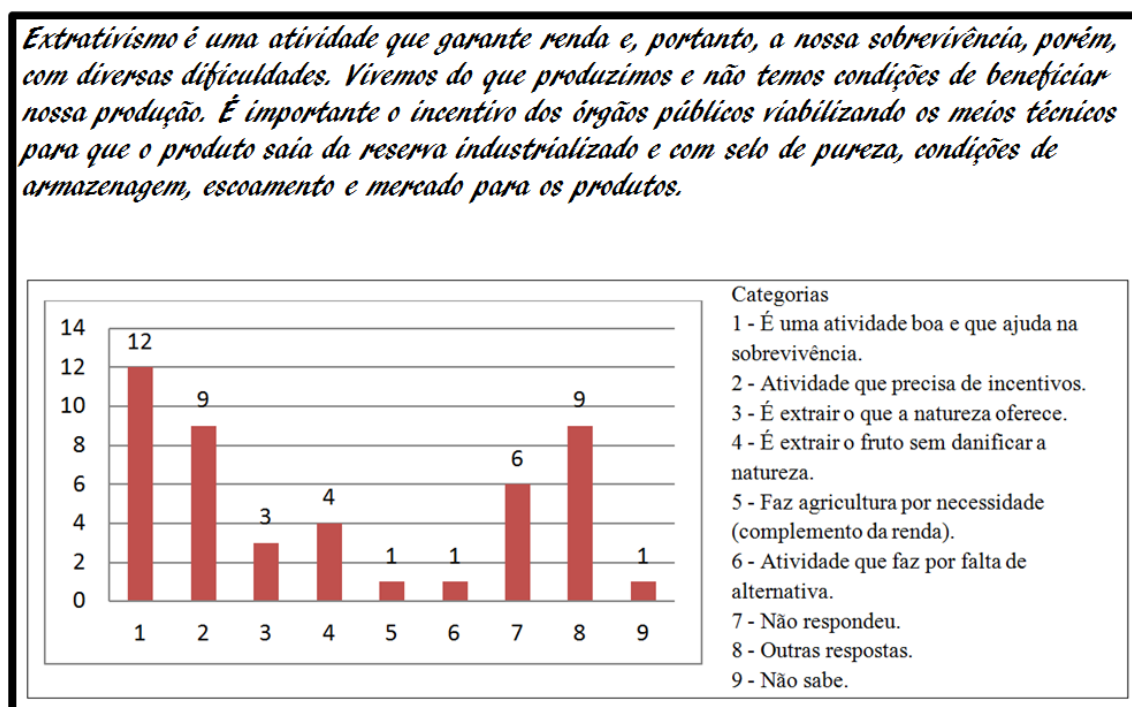
5.3 Discurso do sujeito coletivo (DSC)

A análise dos dados secundários, os quais foram obtidos por meio do Projeto Casadinho: “Busca da Sustentabilidade para os Produtos Não-Madeiráveis (PFNM) para o Estado de Rondônia”, teve como objetivo demonstrar a sedimentação do conceito de RESEX pelos atores sociais. Para este fim, o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) foi apropriado.

Primeiramente buscou-se o DSC do termo EXTRATIVISMO, por parte dos extrativistas e organizações.

Na Figura 10 é mostrado o Discurso do Sujeito Coletivo **EXTRATIVISTA**.

Figura 10 - Discurso do Sujeito Coletivo **EXTRATIVISTA** e categorias com maior grau de incidência no que se refere a definição de **EXTRATIVISMO**.



Fonte: Dados de pesquisa.

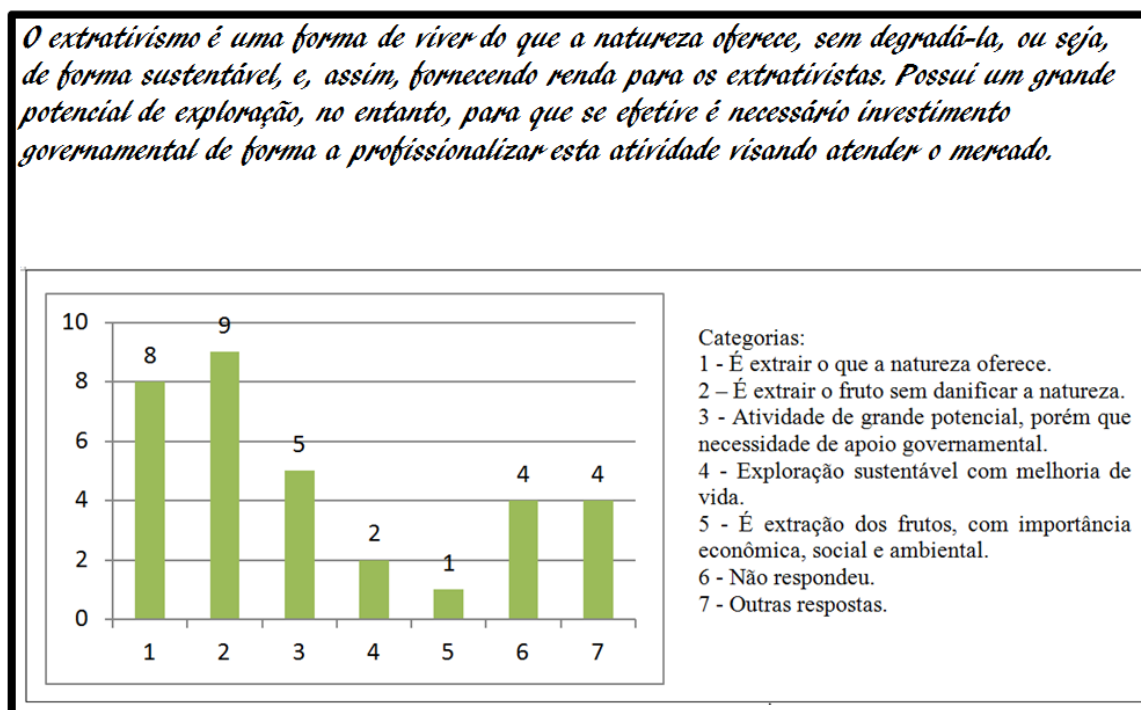
De forma geral, os extrativistas vinculam a sua atividade à questão da sobrevivência, dando uma conotação de que ser extrativista significa lutar para se manter vivo. Certamente, é reconhecido em alguns trabalhos (VALIANTE, 2008; MOREIRA, 2010; TEIXEIRA, 2010) que a renda do extrativista é, via de regra, bastante reduzida, motivo pela qual essa afirmação aparece de forma bastante clara.

Outra situação de destaque é o fato de um número muito grande de extrativistas que não responderam, não sabem e outros cujas respostas estiveram tão distantes da definição de extrativismo, que não puderam ser classificadas, somando um total de 16 respostas, o que demonstra *a priori*, uma situação na qual os moradores dessas Unidades de Conservação não compreendem o que o extrativismo representa em uma perspectiva mais ampla, ou seja, não sabem o porquê eles vivem nessas áreas, o que certamente está relacionado a um baixo grau de institucionalização do conceito central que criou as Reservas Extrativistas.

No outro lado, as organizações compostas pelas associações e entes de apoio públicos e privados que gravitam em torno dessas áreas demonstram em seu discurso que

estão alinhados aos pensamentos que vinculam o extrativismo dentro das Reservas Extrativistas à sustentabilidade (Figura 11).

Figura 11 - Discurso do Sujeito Coletivo **ORGANIZAÇÕES** e categorias com maior grau de incidência no que se refere a definição **EXTRATIVISMO**.



Fonte: Dados de pesquisa.

São frequentes as organizações discursarem utilizando terminologias “sustentável”, “ausência de degradação”, “potencial de exploração”. Conforme se esperava, esse discurso está de acordo com a missão dessas organizações, em especial o ICMBio, SEDAM, EMATER e CONAB.

Certamente, os dois discursos das organizações e dos extrativistas são basicamente distintos uns dos outros. Em termos comparativos, demonstra-se que aquilo que está institucionalizado nas organizações diverge daquilo que os extrativistas compreendem de sua própria atividade, e que indica que embora se conheça o conceito da função sustentável da atividade extrativista, as organizações, no mínimo, pouco fazem para que essa informação chegue aos primeiros atores.

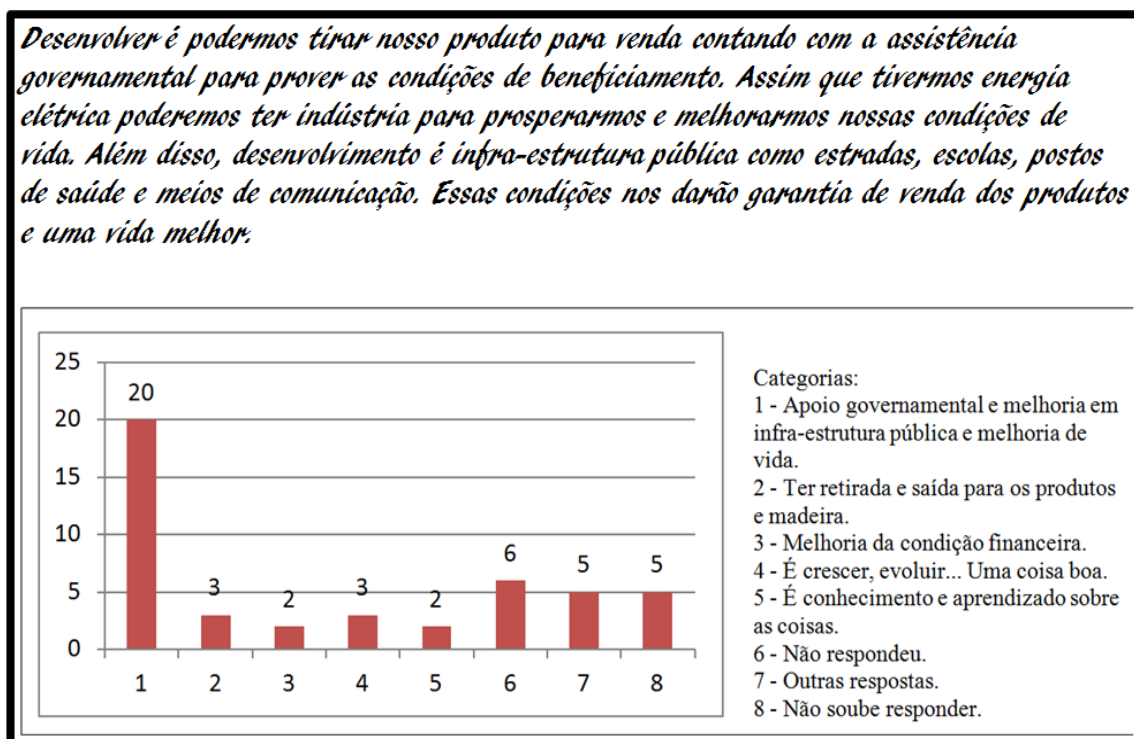
O único ponto de convergência dos dois discursos é a necessidade de apoio governamental para que a atividade extrativa tenha êxito, para os extrativistas, com

observância em suas rendas econômicas, com pouca perspectiva ambiental, e para as organizações, temos como “potencial extrativista” seja usufruído, mas sem “danificar a natureza” são bastante utilizados.

O reconhecimento das organizações, em especial as públicas, da necessidade de apoio, demonstra que de forma geral, estas não estão conseguindo concorrer para que a vida dos extrativistas melhore, e mostra evidências que o discurso “politicamente correto” está ainda distante de atitudes que possam de fato melhorar a vida das populações tradicionais.

Na Figura 12 é mostrado o discurso dos extrativistas quanto a visão de desenvolvimento.

Figura 12 - Discurso do Sujeito Coletivo **EXTRATIVISTA** e categorias com maior grau de incidência no que se refere a definição **DESENVOLVIMENTO**.



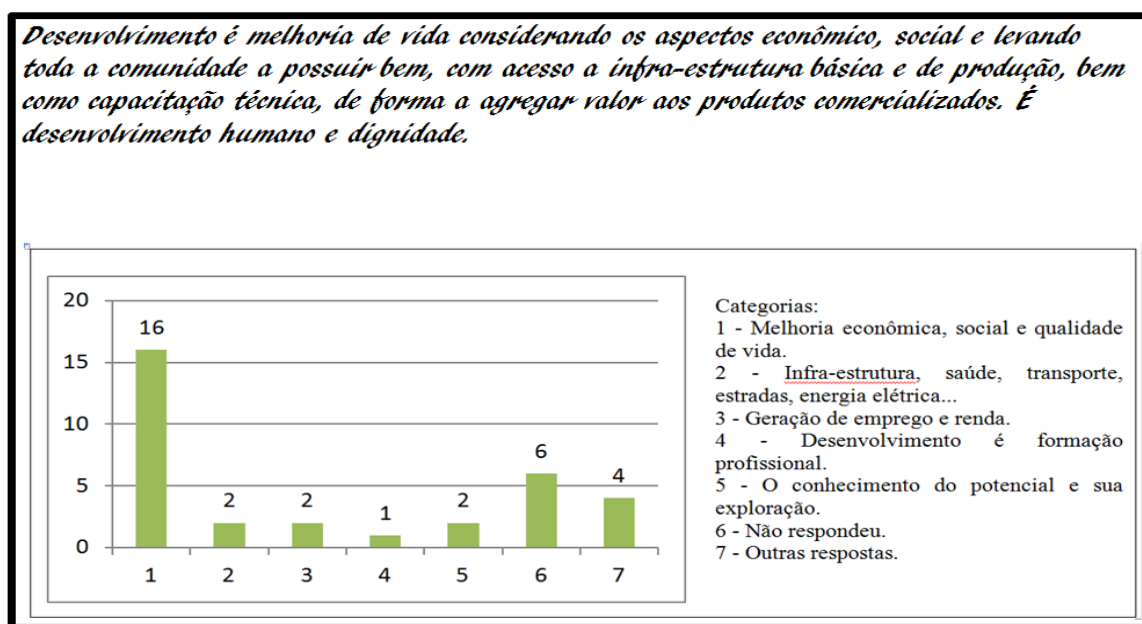
Fonte: Dados de Pesquisa.

Pelo discurso apresentado pelos extrativistas, é possível identificar que pouco deste refere-se a questões de desenvolvimento sustentável, estando diretamente relacionado a investimentos de infraestrutura, beneficiamento de produtos florestais, e investimentos na área social, tais como escolas. A categoria “apoio governamental” de maior incidência (20) deixa clara a posição.

Certamente, esse posicionamento está relacionado a extrativistas cujas Reservas estão bastante próximas das cidades, e que os mesmos as veem como uma oportunidade de uma nova vida, ou que a vida dentro das RESEX seja semelhante, mas com o direito de uso da terra. Os costumes da cidade adquiridos pelos extrativistas demonstra forte descaracterização de suas atividades com a finalidade primeira da criação das Reservas Extrativistas. Decorre disso que as regras informais, emanadas pelos extrativistas, ou seja, seus costumes, estão claramente em desacordo com aquilo que foi concebido na lei de criação dessas Unidades de Conservação.

Por outro lado, a visão das organizações acrescenta a definição de desenvolvimento à questão social, mas com pouco emprego do termo sustentabilidade em seu discurso (Figura 13). Talvez o que explique esse discurso é o fato de se ter a definição de sustentabilidade como certo pelo fato de a lei de criação das Unidades de Conservação restringir atividades além da atividade extrativista. Conforme diz a lei “(...) subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte (...)” (LEI Nº 9.985, 18 de julho de 2000).

Figura 13 - Discurso do Sujeito Coletivo **ORGANIZAÇÕES** e categorias com maior grau de incidência no que se refere a definição **DESENVOLVIMENTO**.



Fonte: Dados de Pesquisa.

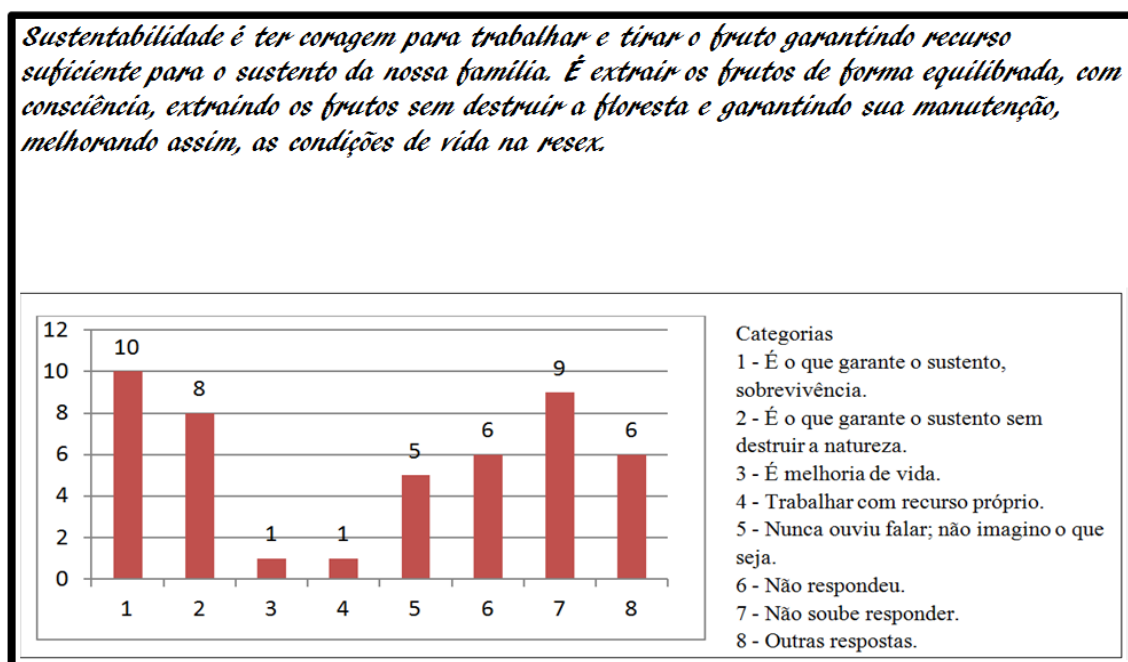
Por outro lado, é importante salientar que pelo menos uma organização – SEDAM – tem autorizado atividades madeireiras nas RESEX de jurisdição do estado e pode explicar o porquê a conservação do meio ambiente não é indicado como um fator a ser levado em consideração no discurso, bem como as associações que se beneficiam financeiramente da extração madeireira, alavancando suas atividades.

Conforme já foi verificado em Fachinello e Siena (2009) fica claro que organizações públicas de apoio têm institucionalizado formas alternativas de renda para os extrativistas, destoando da concepção original da criação das Reservas Extrativistas. O resultado geral desse descompasso entre a proposta original de RESEX como área sustentável e a atual liberação das atividades madeireiras é que oportunidades inovadoras, como o tecido da floresta, deixam de ser vistas como uma possibilidade viável (MOREIRA e MULLER, 2011).

A Figura 14 explicita o pensamento dos extrativistas em relação à sustentabilidade. A exemplo das respostas anteriores, percebe-se que os mesmos colocam a sua sobrevivência em primeiro lugar, considerando floresta é seu meio de vida. No entanto, alguns extrativistas quando deparados com o conceito, demonstraram em seus discursos possuir entendimento da necessidade de conservação da natureza.

Entretanto, um número expressivo de extrativistas teve dificuldade de se posicionar, deixando claro que o conceito de sustentabilidade não se encontra totalmente institucionalizado. Importante salientar que 05 (cinco) extrativistas afirmaram nunca ter ouvido falar e, portanto, que não imaginam do que se trata tal conceito, demonstrando claramente uma dissociação com a proposta de Reserva Extrativista, pelo menos em parte.

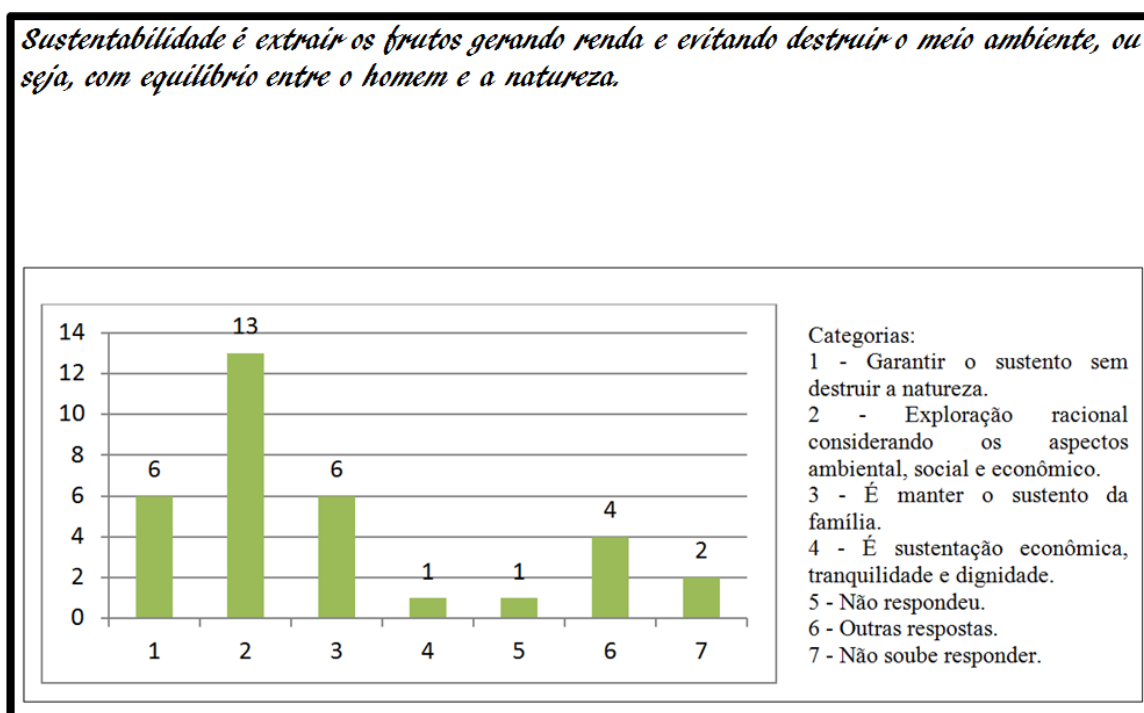
Figura 14 - Discurso do Sujeito Coletivo **EXTRATIVISTA** e categorias com maior grau de incidência no que se refere a definição **SUSTENTABILIDADE**.



Fonte: Dados de Pesquisa.

Por outro lado, o DSC das organizações demonstra o conhecimento de uma visão multifacetada de sustentabilidade, congregando em um só conceito a questão ambiental, social e econômica (Figura 15). Entretanto, é o que se espera das organizações, principalmente as públicas, visto que é sua função zelar sua implementação. Conforme consta no texto da lei, “A Reserva Extrativista (...) tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações (extrativistas), e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade” (LEI Nº 9.985, 18 de julho de 2000). Ou seja, produção sustentável é uma premissa básica e que deve figurar no entendimento de ambos os atores, extrativistas e organizações. Entretanto, o descolamento das informações desses dois grupos de atores indica que a aproximação que deveria acontecer, no momento não está ocorrendo.

Figura 15 - Discurso do Sujeito Coletivo **ORGANIZAÇÕES** e categorias com maior grau de incidência no que se refere a definição **SUSTENTABILIDADE**.



Fonte: Dados de Pesquisa

Ainda em relação às organizações, se percebe um número quase irrisório de atores que não souberam se posicionar ou que não responderam, o que talvez possa ser explicado pela existência de uma escolaridade um pouco mais elevadas dos atores não extrativistas.

6 CONCLUSÃO

A dinâmica do processo de formação das RESEX na Amazônia foi pautado por luta de grupos sociais afetados pelo modelo desenvolvimentista agropecuário nacional. Apesar da região já possuir regras pré-institucionalizadas, uma vez que já estavam presentes populações consideradas tradicionais, oriundas dos ciclos áureos da borracha, foi apenas a partir da década de 1960 que o movimento de resistência local se intensificou. O produto foi obtido no ano de 2000, concretizado pela Lei do SNUC, que institucionalizou as Unidades de Conservação, e, dentre elas, as Reservas Extrativistas.

Analizou-se a dinâmica de institucionalização do conceito de Reservas Extrativistas e concluiu-se que a estrutura formatada em pouco se assemelha ao conceito central que representou a criação dessa Unidade de Conservação, ainda que o resultado tenha sido diferenciado. Para as RESEX estaduais, sob qualquer tipo de olhar que se atenham, o conceito de RESEX está em desacordo com a concepção dessas áreas.

Por outro lado, as áreas federais estão mais próximos da perspectiva socioambientalista, inclusive com todos os problemas de inviabilidade que esse modelo parece ter. Isto é, uma forma de gestão bastante correta no que se refere a proteção ambiental, mas autorizando a produção e comercialização tão somente de produtos na condição de *commodities*, sem valor agregado.

Certamente, esse modelo vem sendo questionado por outros que possam vir a ser mais viáveis, os modelos considerados sustentabilistas, ou neoextrativistas, entretanto, nenhuma política do governo federal foi identificada como uma forma de buscas inovativas para soluções dentro das RESEX Federais.

Importante ressaltar que as fases não são necessariamente contínuas e excludentes, fato que se tornou útil para compreensão do conceito de RESEX, tendo em vista que se tornam superpostos em alguns momentos. Assim, cada uma das fases possui nuances que merecem ser destacadas.

Em relação ao processo de HABILITAMENTO, os pontos principais foram a inovação gerada pela mudança paradigmática, uma vez que o movimento ambiental internacional foi crucial para alavancagem do movimento local; as próprias lutas sociais e; a

legislação, os quais corroboraram no empreendimento que teve como produto o modelo de RESEX adotado no Brasil.

O processo de institucionalização do conceito de RESEX foi, primeiramente, resultado das políticas nacionais coercitivas, indissociadas da realidade local, que gerou o estopim para a organização do movimento social local. Através de seus líderes obteve oportunamente as parcerias e apoio necessários para a resolução dos conflitos, unindo seringueiros e indígenas na defesa da floresta, e mais tarde, unindo-se ao movimento ambientalista internacional, que passa a exercer pressão sobre o governo brasileiro. A partir dos anos de 1990, a resposta governamental é dada com projetos ambientais voltados para a região, tais como o PLANAFLORO.

O processo legislativo também foi construído paulatinamente, à medida que o movimento amadureceu e ganhou apoio de órgãos como o INCRA a partir de suas normativas que regulamentaram a concessão de uso da terra.

O processo de OBJETIFICAÇÃO é identificado na visão das organizações que estão diretamente relacionadas com as RESEX. Estas organizações são responsáveis pelo monitoramento contínuo das atividades no seu interior; tem a oportunidade de participar da teorização em cima das problemáticas e possíveis soluções em conjunto com a comunidade; e podem atuar diretamente na busca de equilíbrio entre os grupos interessados.

Em vista das dificuldades que estas populações enfrentam e frequente negligência estadual, uma vez que não há investimento em infraestrutura e recursos humanos, as associações comunitárias ou de extrativistas tem identificado os problemas e as possíveis soluções, o que requer sensibilidade para captação de informação para posterior teorização que garanta ações positivas.

O formato de gestão, no entanto, que de acordo com o SNUC deve ser compartilhada, exige a atuação das comunidades em conjunto com os órgãos gestores, o que amplia a capacidade de monitoramento das reservas extrativistas.

O estágio da SEDIMENTAÇÃO do conceito de RESEX, por sua vez, é analisado a partir do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) dos extrativistas, bem como, das organizações do em torno das RESEX. Neste, percebe-se uma pouca institucionalização do conceito de RESEX entre os atores extrativistas.

Destaca-se a visão paternalista por parte destes extrativistas, que acreditam haver uma maior responsabilidade do Estado em incentivos, tanto em infraestrutura (postos de saúde,

escolas, estradas) quando na produção. É provável que esse fato se dê pela proximidade de algumas RESEX com as cidades, mesclando seu modo de vida.

Com relação às organizações, a presença de um discurso “pronto” foi marcante, dando a impressão de um discurso previamente decorado, porém relacionando o conceito com sustentabilidade, dentro do paradigma ambiental.

Como já foi mencionado, cada fase apresenta um nível específico de institucionalização. A habitualização apresenta-se conforme o processo histórico de institucionalização das RESEX; a objetificação demonstra o processo de compreensão tanto do conceito, quanto das ferramentas de teorização e monitoramento pertinentes e; a sedimentação, por sua vez, demonstrando certa fragilidade no entendimento de conceitos correlacionados como extrativismo, desenvolvimento e sustentabilidade, o que implica em fragilidade no entendimento do próprio conceito de RESEX, principalmente por parte dos extrativistas, que representam o grupo de maior interesse no êxito das reservas extrativistas.

Por fim, conclui-se que mesmo havendo grau diferenciado de institucionalização das Reservas Extrativistas, é ainda necessário estudos mais aprofundados sobre a questão de forma a identificar as razões e possíveis formas de mitigar os problemas percebidos, os quais devem dar vazão aos anseios de melhoria da população tradicional, bem como, garantindo a conservação e preservação da floresta amazônica.

Ressalta-se, no entanto, que diversas dificuldades foram encontradas no decorrer da pesquisa de campo, uma vez que o isolamento de algumas RESEX e o seu distanciamento impediram uma maior amostra.

Outrossim, propõe-se o retorno às comunidades extrativistas para nova coleta de dados de forma a se realizar uma comparação com o resultado da pesquisa ora apresentada, permitindo verificar a evolução do conceito.

REFERÊNCIAS

AGRA, K. L. O. Visão colonizadora e desenvolvimento de Rondônia. **Primeira Versão**, Porto Velho, v. Ano II, n. 137, p. 02-09, março 2004.

ALLEGRETTI, H. Ambientalismo político y reforma agrária: de Chico Mendes al movimiento de los sien tierra. **Nueva Sociedad**, n. 150, p. 57-68, Julio-Agosto 1997.

ALLEGRETTI, M. A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Desenvolvimento e Meio Ambiente. Editora UFPR**, n. 18, p. 39-59, jul/dez 2008.

ALLEGRETTI, M. H. **A construção social de políticas ambientais**. Brasília: Tese de doutorado. Universidade de Brasília., 2002.

AMAZONAS, M. C. Desenvolvimento sustentável e teoria econômica: o debate conceitual nas perspectivas neoclássica, institucionalista e da economia ecológica. In: NOBRE, M.; AMAZONAS, M. C. **Desenvolvimento sustentável: institucionalização de um conceito**. São Paulo: Ed. Ibama, 2002.

AMAZÔNIA, P. **Rede Amazônica. 2001-2012**, 2012. Disponível em: <<http://www.portalamazonia.com.br/secao/amazoniadeaz/interna.php?id=134>>.

ANDRADE, D. C. Economia e meio ambiente: aspectos teóricos e metodológicos nas visões neoclássica e da economia ecológica. **Leituras de Economia Política**, v. 14, p. 1-31, ago/dez 2008.

ANDRADE, J. F. D.; LIMOEIRO, D. Rui Barbosa e a política externa brasileira: considerações sobre a Questão Acreana e o Tratado de Petrópolis (1903). **Rev. Bras. Polít. Int.**, v. 46, n. 1, p. 94-117, 2003.

ARRUDA, R. "Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**, v. Ano II, n. 5, p. 79-252, 2o Semestre 1999.

ATLAS.TI. **User Guide and Reference**. Berlin: [s.n.], 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BECKER, B. K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, n. 12, p. 135-159, Setembro 2001.

BENTES, R. A intervenção do ambientalismo internacional na Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, p. 225-240, 2005.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 33ª. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1996 [1974].

BRASIL. LEI Nº 9.985, 18 de julho de 2000.

BRASIL. Lei nº 1.806, 06 de janeiro 1953.

C.M.M.A.D. **Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente. Nosso futuro comum.** Rio de Janeiro: FGV, 1988.

CAMELO, A. M.; NETO, J. M. D. S. Marketing de relacionamento orientado para as trocas relacionais na rede de valor dos produtos florestais não madeiráveis. **VIII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica**, Cuiabá, p. 1-21, Agosto 2009.

CARVALHO, C. A. P.; VIEIRA, M. M. F.; LOPES, F. D. Contribuições da perspectiva institucional para a análise das organizações. **EnANPAD**, São Paulo, 1999.

CAVALCANTI, F. C. S. A política ambiental na Amazônia: um estudo sobre as reservas extrativistas. **Tese de doutorado. UNICAMP**, Campinas, 2002.

CÉSARIS, L. E. U. Reconceitualizando o institucionalismo histórico: path dependence, agência e mudança institucional. **Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo**, São Paulo, 2009.

CONCEIÇÃO, O. A. C. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. **R. Econ. contemp.**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 119-146, jul./dez. 2002.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativo e misto.** 3ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**, v. 48, n. 2, p. 147-160, Apr 1983.

DUFFY, M. Methodological triangulation: a vehicle for merging quantitative and qualitative research methods. **Journal of Nursing Scholarship**, v. 19, n. 3, p. 130-133, 1987.

EMBRAPA, E. B. D. P. A. <http://www.machadinho.cnpm.embrapa.br/conteudo/polono.html>. **CNPM, Centro Nacional de Monitoramento por Satélite**. Acesso em: 13 fevereiro 2012.

FACHINELLO, D. T.; SIENA, O. Problema de gestão das reservas extrativistas de Rondônia (BR): a visão dos gestores. **VIII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica**, Cuiabá, Agosto 2009.

FACHINELLO, D. T.; SIENA, O. Problemas de gestão das reservas extrativistas de Rondônia (BR): a visão dos gestores. **VIII ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA**, Cuiabá, Agosto 2009.

FLIGSTEIN, N. Habilidade social e a teoria dos campos. **RAE**, v. 47, n. 2, abr/jun 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRANOVETTER, M. Economic Action and Social Struture: The Problem of Embeddedness. **The American Journal of Sociology**, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.

HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**, n. 58, p. 193-224, 2003.

HOMMA, A. K. O. Extrativismo, biodiversidade e biopirataria na Amazônia. **Embrapa Inf. Tecnológica**, Brasília. Texto para discussão, 2008. ISSN 1677-5473.

HOMMA, A. K. O. Amazônia: meio ambiente, tecnologia agrícola e segurança alimentar. **Anais da 61ª Reunião Anual da SBPC**, Manaus, Julho 2009.

IPAM, I. D. P. A. D. A. Aliança dos povos da floresta – histórico, 2008. Disponível em: <www.ipam.org.br/download/livro/Alianca-dos-Povos-da-Floresta/14> e. Acesso em: 20 Fevereiro 2012.

JEPPERSON, R. L. Institutions, institutional effects, and institutionalism. In: POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. J. **The new institutionalism in organizational analysis**. London: The University of Chicago Press, 1991. p. 143-163.

LEFEVRE, A. M. C.; CRESTANA, M. F.; CORNETTA, V. K. A utilização da metodologia do discurso do sujeito coletivo na avaliação qualitativa dos cursos de especialização “Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos em Saúde-CADRHU”, São Paulo – 2002. **Saúde e Sociedade**, v. 12, n. 2, p. 68-75, jul/dez 2003.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C. O sujeito coletivo que fala. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 10, n. 20, p. 517-524, jul/dez 2006.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; GUARIDO FILHO, E. R.; ROSSONI, L. Campos Organizacionais: Seis Diferentes Leituras e a Perspectiva de Estruturação. **Revista de Administração Contemporânea**, n. Edição Especial, p. 109-147, 2010. ISSN artigo 5.

MACIEL, R. C. G. Ilhas de alta produtividade: inovação essencial para a manutenção dos seringueiros nas reservas extrativistas. **Dissertação de mestrado. UNICAMP**, Campinas, 2003.

MACIEL, R. C. G.; REYDON, B. P. Reserva extrativista “Chico Mendes”: meio ambiente ameaçado pelo desflorestamento. In: **VII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica**, Fortaleza, 2007. 01-13.

MARTINS, G. D. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MENEZES, D. S.; SIENA, O. Ambientalismo no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) na Amazônia Legal. **O&S**, Salvador, v. 17, n. 54, p. 479-498, Julho/Setembro 2010.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized Organization: Formal Struture as Myth and Ceremony. **The American Journal of Sociology**, v. 82, n. 2, p. 340-363, 1977.

MOREIRA, R. C. S. A produção extrativa e o manejo florestal em reservas extrativistas: o caso da Resex Aquariquara de Rondônia. **Dissertação de Mestrado. PPGMAD-UNIR**, Porto Velho, 2010.

MOREIRA, R. C. S. et al. Estimativa do estoque de madeira para os dez maiores municípios em relação ao número de empresas florestais cadastradas no estado de Rondônia. **47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, Porto Alegre, p. 1-08, Julho 2009.

MOREIRA, R. C. S.; MULLER, C. A. D. S. A produção extrativista e o manejo florestal na reserva extrativista Aquariquara no Estado de Rondônia. **RARA - Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, Porto Velho, v. 3, n. 2, p. 1-13, mai/ago 2011.

MOREIRA, R. C. S.; MULLER, C. A. D. S.; LEITE, H. C. T. Descrição da cadeia produtiva do látex e do óleo de copaíba produzidos no Estado de Rondônia. **RARA - Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, Porto Velho, v. 3, n. 2, p. 14-24, mai/ago 2011.

MOREIRA, R. C. S.; MULLER, C. A. D. S.; SIENA, O. Análise de viabilidade na reserva rio preto jacundá sob orientação da renda média nominal mensal da população tradicional. **48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, Campo Grande, p. 1-17, Julho 2010.

MOURÃO, P. R. O Institucionalismo Americano – raízes e presente. **Enciclopédia Virtual**, 2007. Disponível em: <<http://www.eumed.net/eve/resum/06-04/prm.htm>>.

MPOG, M. D. P. O. E. G. Programa Agropecuário e Florestal de Rondônia - PLANAFLORO, Brasília, 2002.

OLMOS, F. As Reservas Extrativistas são Unidades de Conservação?, 2007. Disponível em: <<http://www.oeco.com.br/todos-os-colunistas/44-fabio-olmos/16765>>. Acesso em: 13 fev. 2012.

PAES-DE-SOUZA, M. et al. O produto florestal não madeirável (PFNM) Amazônico açaí nativo: proposição de uma organização social baseada na lógica da cadeia e rede para potencializar a exploração local. **RARA - Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, Porto Velho, v. 3, n. 2, p. 75-87, mai/ago RARA.

PAES-DE-SOUZA, M.; BORRERO, M. A. V.; FILHO, T. A. D. S. Potencial para o desenvolvimento da cadeia produtiva do babaçu no médio e baixo Rio Madeira. **RARA - Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, Porto Velho, v. 3, n. 2, p. 75-87, mai/ago 2011.

PEDROZO, E. Á. et al. Produtos Florestais Não Madeiráveis (PFNMs): as filières do açaí e da castanha da Amazônia. **RARA - Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, Porto Velho, v. 3, n. 2, p. 88-110, mai/ago 2011.

PERES, P. S. Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 68, Outubro 2008.

POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. J. **The new institutionalism in organizational analysis**. London: The University of Chicago Press, 1991.

REGINATO, L. F. O capital social e as redes de cooperação: a influência dos fatores sociais nas redes de cooperação de serviços no RS. **Dissertação**. , Porto Alegre, 2007.

RÊGO, J. F. A. D. E. A. N. Revista Ciência Hoje, 1999. Disponível em: <http://www.ciencia.iao.usp.br/tudo/exibir.php?midia=chj&cod=_amazonia-doextrativismoaoneoextrativismo-opiniaocienciahoje147mar1999>. Acesso em: 16 fevereiro 2012.

REYDON, B. P.; MACIEL, R. C. G. Valoração econômico-ambiental de uma alternativa produtiva na reserva extrativista “Chico Mendes”. In: **IV Congreso Internacional del Medio Ambiente y Desarrollo Sustentable**, Viña Del Mar-Chile, 2002. 01-14.

RIBEIRO, B.; VERÍSSIMO, A.; PEREIRA, K. O Estado da Amazônia: o avanço do desmatamento sobre as áreas protegidas em Rondônia. **IMAZON**, 2005. Disponível em: <www.imazon.org.br>. Acesso em: 15 março 2012.

ROMEIRO, A. R. **Desenvolvimento sustentável e mudança institucional: notas preliminares. Texto para discussão**. IE/UNICAMP. Campinas. 1999. (68).

SBF, S. B. F.-. **Cadastro Nacional de Florestas Públicas: Atualização 2011**, 2011. Disponível em: <http://www.sfb.gov.br/informacoes-florestais/cadastro-nacional-de-florestas-publicas/index.php?option=com_k2&view=item&layout=item&id=1147&Itemid=374>. Acesso em: 16 junho 2012.

SCOTT, R. W. Unpacking institutional arguments. In: POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. J. **The new institutionalism in organizational analysis**. London: The University of Chicago Press, 1991. p. 164-184..

SCOTT, R. W. Institutions and organizations: toward a theoretical synthesis. In: SCOTT, R. W.; MEYER, J. W. **Institutional environments and organizations: structural complexity and individualism**. California: Sage Publicações, 1994. p. 55-80.

SCOTT, W. R.; MEYER, J. W. The organization of societal sector. In: MEYER, J. W.; SCOTT, W. R. **Organizational environments: ritual and rationality**. Beverly Hills: Sage, 1983. p. 129-153.

SERVA, M.; ANDION, C. Teoria das organizações e a nova sociologia econômica: um diálogo interdisciplinar. **Revista de Administração e Empresas - RAE**, v. 46, n. 2, p. 10-21, Abr/Jun 2006.

SIENA, O. **Metodologia da pesquisa científica: elementos para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos**. GEPEs, PPGMAD, Departamento de Administração da Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho – RO: [s.n.], 2007 (2009).

SIENA, O. et al. Sustentabilidade dos produtos florestais não-madeiráveis (PFNM) do estado de Rondônia. **RARA. Revista de Administração e Negócios da Amazônia. Versão impressa**, Porto Velho, v. II, n. 1, 2011.

SIENA, O.; FACHINELLO, D. T.; MAIA, D. D. S. Constatações Sobre Reservas Extrativistas no Estado de Rondônia. **V Encontro Nacional da Anppas**, Florianópolis, Outubro 2010.

SIENA, O.; MENEZES, D. S. Gestão do conhecimento em reservas extrativistas. **Revista da FAE**, Curitiba.

SIENA, O.; MULLER, C. A. D. S.; FACHINELLO, D. T. Visões de sustentabilidade de atores da cadeia produtiva dos produtos florestais não-madeiráveis. **V Encontro Nacional da Anppas**, Florianópolis, p. 1-19, 2010.

SILVA-NETO, J. M. D. et al. Marketing de Relacionamento: estratégia para redução do grau de assimetria nas relações de produtores de produtos florestais não-madeiráveis e organizações de assessoria técnica, comportamental e informacional que os orientam. **RARA - Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, Porto Velho, v. 3, n. 2, p. 32-43, mai/ago 2011.

SOUZA-FILHO, T. A. D.; PEDROZO, E. Á.; PAES-DE-SOUZA, M. Produtos Florestais Não-Madeiráveis (PFNMs) da Amazônia: uma visão autóctone da cadeia-rede da castanha-da-amazônia no estado de Rondônia. **RARA - Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, Porto Velho, v. 3, n. 2, p. 58-74, mai/ago 2011.

STERLING, S. **Sustainable education: re-visioning learning and change**. Bristol, UK: Green Books, 2001.

SWEDBERG, R. Sociologia econômica: hoje e amanhã. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 16, n. 2, 2004a.

SWEDBERG, R. The toolkit of economic sociology. **Cornell University, Department of Sociology**, 2004b.

TEIXEIRA, O. T. S. Sustentabilidade econômica da produção extrativa não madeirável(pfnm) na reserva do lago de Cuniã (RO). **Dissertação de Mestrado. PPGMAD UNIR**, Porto Velho, 2010.

THERÉT, B. As instituições ente as estruturas e as ações. **Lua Nova**, n. 58, p. 225-256, 2003.

TOLBERT, P. S.; ZUCKER, L. A institucionalização da teoria institucional. In: CLEGG, S. R., et al. **Handbook de estudos organizacionais**. 1ª. ed. São Paulo: Atlas, 2010. Cap. 6, p. 194-225.

VALENTE, N. Breves Considerações sobre a Nova Economia Institucional. **Conselho Federal de Economia**, 2007. Disponível em: <www.cofecon.org.br>. Acesso em: 12 fevereiro 2012.

VALIANTE, J. O. A sustentabilidade da produção extrativa da RESEX do Rio Ouro Preto (RO). **Dissertação de Mestrado. PPGMA-UNIR**, Porto Velho, 2008.

VALIANTE, J. O.; SIENA, O. Produção sustentável em reservas extrativistas. **XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, Rio Branco, p. 1-14, Julho 2008.

VALIANTE, J. O.; SIENA, O. A sustentabilidade da produção extrativa na RESEX do Rio Ouro Preto/RO. **VIII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica**, Cuiabá, p. 1-21, Agosto 2009.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**: fundamnetos da socioogia compreensiva. São Paulo: UNB, v. II, 1999.

ZUCKER, L. G. The role of institutionalization in cultural persistence. **American Sociological Review**, California, v. 42, n. 5, p. 726-743, Oct. 1977.

ZYLBERSZTAJN, D. Estrutura de governança e coordenação do agribusiness: uma aplicação da nova economia das instituições. **Tese (Livre Docência) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo**, São Paulo, 1995.

APÊNDICE A – Categorias da análise dos documentos e *experts*

Continua...

Item	Categorias	Citações
1	A formulação da proposta de RESEX	0
2	Alternativas para as RESEX	3
3	Assassinatos	4
4	Atores sociais das RESEX	12
5	Ciclos econômicos	4
6	Colonização e desenvolvimento de Rondônia	4
7	Conceito de Extrativismo	6
8	Conceito de Reserva Extrativista	15
9	Concepções de RESEX	7
10	Condições externas que geraram a criação de proposta das RESEX	9
11	Condições internas que geraram a criação de proposta das RESEX	8
12	Condições que geraram a formulação da proposta de RESEX	0
13	Conflitos em Rondônia	1
14	Conflitos sociais	10
15	Constituição de condição socioeconômica baixa	1
16	Construção social de políticas públicas	0
17	Contexto histórico	3
18	Contribuição das RESEX	5
19	Democratização do Estado brasileiro	1
20	Desenvolvimento e meio ambiente	7
21	Desenvolvimento sustentável	11
22	Desmatamento em Rondônia	1
23	Desmatamentos	3
24	Direitos de propriedade	1
25	Exploração sustentável dos recursos naturais	1
26	Extrativismo inviável	14
27	Extrativismo viável	10
28	Êxito do Movimento	1
29	Gestão das RESEX	1
30	Identidade coletiva	2
31	Inovação	45
32	Institucionalização da política socioambiental	1
33	Legislação e regulações	16
34	Meio ambiente	16
35	Modelo de desenvolvimento brasileiro (militar)	4

APÊNDICE A – Categorias da análise dos documentos e *experts*

Continuação

36	Modelo sociocultural brasileiro	5
37	Modernização das RESEX?	1
38	Movimentos populacionais	6
39	Movimentos sociais	25
40	Movimentos sociais - teoria	9
41	Movimentos sociais -objetivos	4
42	Mudança de paradigma	0
43	Neoextrativismo	9
44	O êxito do movimento pró-RESEX	10
45	O poder público	1
46	Organizações importantes na formulação da proposta de RESEX	11
47	Perspectiva ambientalista radical	4
48	Perspectiva ambientalista socioambientalista	2
49	Perspectiva ambientalista sustentabilista	2
50	Plano de Valorização da Amazônia	1
51	Política de incentivo à produção de borracha natural	2
52	Políticas públicas	86
53	POLONOROESTE e PLANAFLORO	10
54	Pressão ambiental internacional (contra desmatamentos)	1
55	Problemas em Rondônia	1
56	Problemas encontrados na gestão das RESEX	24
57	Produção da borracha	10
58	Produção madeireira e não madeireira	3
59	Reformulação do conceito de RESEX	0
60	RESEX - Novo paradigma ambiental	4
61	RESEX em Rondônia	2
62	Soluções e superação de problemas das RESEX	8
63	Subsídios e benefícios sociais	1
64	Sustentabilidade do extrativismo	3
65	Sustentabilidade forte	4
66	Sustentabilidade fraca	6
67	Sustentabilidade na visão institucional	1
68	Tipos de extração e extrativismo	4
69	Valor simbólico e legitimação em relação às RESEX	9
	TOTAL	496

APÊNDICE B – Lista de documentos utilizados na análise de conteúdo

Continua...

	Documentos	Autores
1	Constatações Sobre Reservas Extrativistas no Estado de Rondônia	Osmar Siena Dirlei Terezinha Fachinello Daniele da Silva Maia
2	Ilhas de altas produtividades: inovação essencial para a manutenção dos seringueiros nas reservas extrativistas.	Raimundo Cláudio Gomes Maciel
3	Problemas de gestão das reservas extrativistas em Rondônia (BR): a visão dos gestores.	Dirlei Terezinha Fachinello Osmar Siena
4	Visões de sustentabilidade de atores da cadeia produtiva dos produtos florestais não-madeiráveis.	Osmar Siena Carlos André da Silva Muller Dirlei Terezinha Fachinello
5	Reserva Extrativista “Chico Mendes”: meio ambiente ameaçado pelo desflorestamento.	Raimundo Cláudio Gomes Maciel Bastiaan P. Reydon
6	A produção extrativa e o manejo florestal em reservas extrativistas: o caso da RESEX Aquariquara de Rondônia.	Rodrigo César Silva Moreira
7	Valoração econômico-ambiental de uma alternativa produtiva na reserva extrativista “Chico Mendes”.	Bastiaan P. Reydon Raimundo Cláudio Gomes Maciel
8	Produtos florestais não-madeiráveis (PFNM) no Estado de Rondônia e as visões de desenvolvimento, sustentabilidade e extrativismo.	Dirlei Terezinha Fachinello
9	Estimativa do estoque de madeira para os dez maiores municípios em relação ao número de empresas florestais cadastradas no estado de Rondônia.	Rodrigo César Silva Moreira Carlos André da Silva Muller Márcio Heleno de Souza Rodrigues Vilmar dos Santos Alves
10	Produtos Florestais Não Madeiráveis (PFNMs): as <i>filières</i> do açaí e da castanha da Amazônia.	Eugênio Ávila Pedrozzo Tania Nunes da Silva Suzenir Aguiar da Silva Sato Nilza Duarte Aleixo de Oliveira
11	O produto florestal não madeirável (PFNM) Amazônico açaí nativo: proposição de uma organização social baseada na lógica da cadeia e rede para potencializar a exploração local.	Mariluce Paes-de-Souza Tania Nunes da Silva Eugênio Ávila Pedrozzo Theophilo Alves de Souza Filho
12	Produtos Florestais Não-Madeiráveis (PFNMs) da Amazônia: uma visão autóctone da cadeia-rede da castanha-da-amazônia no estado de Rondônia.	Theophilo Alves de Souza Filho Eugênio Ávila Pedrozzo Mariluce Paes-de-Souza

APÊNDICE B – Lista de documentos utilizados na análise de conteúdo

Continuação

13	Marketing de Relacionamento: estratégia para redução do grau de assimetria nas relações de produtores de produtos florestais não-madeiráveis e organizações de assessoria técnica, comportamental e informacional que os orientam.	José Moreira da Silva Neto Osmar Siena Clésia Maria de Oliveira André Mejia Camelo
14	Descrição da cadeia produtiva do látex e do óleo de copaíba produzidos no Estado de Rondônia.	Rodrigo César Silva Moreira Carlos André da Silva Muller Haroldo Cristovam Teixeira Leite
15	Potencial para o desenvolvimento da cadeia produtiva do babaçu no médio e baixo Rio Madeira.	Mariluce Paes-de-Souza Manoel Antônio Valdés Borrero Theophilo Alves de Souza Filho
16	Gestão de marca sustentável para produtos florestais não-madeiráveis em Porto Velho.	Cristiano Borges Rodrigues Haroldo Cristovam Teixeira Leite
17	Ambientalismo no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) na Amazônia Legal.	Daniel Santos Menezes Osmar Siena
18	A sustentabilidade da produção extrativa da RESEX do Rio Ouro Preto (RO).	José Otávio Valiante
19	Produção sustentável em reservas extrativistas.	José Otávio Valiante Osmar Siena
20	A sustentabilidade da produção extrativa na RESEX do Rio Ouro Preto/RO.	José Otávio Valiante Osmar Siena
21	Marketing de relacionamento orientado para as trocas relacionais na rede de valor dos produtos florestais não madeiráveis.	André Mejia Camelo José Moreira da Silva Neto
22	Análise de viabilidade na reserva rio preto jacundá sob orientação da renda média nominal mensal da população tradicional.	Rodrigo César Silva Moreira Carlos André da Silva Muller Osmar Siena
23	Gestão do conhecimento em reservas extrativistas.	Osmar Siena Daniel Santos Menezes
24	Sustentabilidade econômica da produção extrativa não-madeirável (PFNM) na reserva Lago do Cuniã.	Ozanam Thales Silva Teixeira

APÊNDICE C – Roteiro da Entrevista Semi-Estruturada

Gestão:

1. Considerando a função das RESEX como provedoras de recursos para sobrevivência das populações extrativistas, bem como de proteção dos recursos naturais, qual sua opinião em relação à forma de gestão adotada?
2. Em relação às atividades de fiscalização, como esta é exercida atualmente?
3. As ações de fiscalização têm sido efetivas?
4. Quais problemas interferem nas ações de fiscalização?
5. De forma geral, como a gestão das RESEX poderia ser melhorada?
6. Que (outros) órgãos dão apoio? Como?
7. Como você vê a relação da proposta de RESEX, tal como formulada na década de 80 com a realidade atual das RESEX?

Relação com os extrativistas/associações/organizações:

8. Como é a relação entre o órgão gestor e as entidades representativas dos seringueiros?
9. Como você vê a atuação das ONGs junto às RESEX e aos extrativistas?
10. Existência de conflitos? Quais?
11. O que você compreende que de fato levou à criação de RESEX?

Relação entre SEDAM e ICMBIO:

12. Qual a relação existente entre o órgão gestor com o órgão gestor da outra esfera administrativa?

Questão ambiental:

13. Na prática, como é tratada a questão do meio ambiente? Há programas de educação ambiental juntos às comunidades ou outra forma de conscientização?
O que é repassado sobre a questão ambiental para os extrativistas: entendimento sobre o que é sustentabilidade e ambientalismo?

Questões diversas:

14. Qual a posição do órgão gestor em relação às invasões de território? E quais as medidas que estão sendo tomadas?
15. Qual sua opinião em relação ao extrativismo enquanto forma de sobrevivência das populações extrativistas? Qual sua opinião em relação ao manejo florestal madeireiro enquanto atividade exercida no interior das RESEX?

16. Qual a melhor alternativa econômica?

17. Qual sua opinião a cerca da aplicação da legislação ambiental (eficiência, problemas, etc.)?